

DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

2024



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

FICHA TÉCNICA

Título

Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo 2024

Documento elaborado por:

Divisão de Coesão Social da Câmara Municipal de Viana do Castelo
Núcleo Executivo do CLAS de Viana do Castelo

Colaboração

Rede Social de Viana do Castelo



Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

27 de setembro de 2024

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Viana do Castelo



Índice

Introdução	15
Rede Social de Viana do Castelo	16
Metodologia	19
1. Enquadramento Nacional	23
1.1 Demografia	23
1.2 Pobreza e exclusão social	25
1.3 Terceiro setor	27
2. Enquadramento Municipal	33
2.1 Contexto Demográfico	33
2.2 Setor económico e empregabilidade	41
2.3 Habitação	50
2.4 Saúde	65
2.5 Educação	87
2.6 Criminalidade	100
3. Pessoas em situação de vulnerabilidade social	107
3.1 Famílias	108
3.2 Crianças e jovens em perigo	122
3.3 Idosos	130
3.4 Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	142
3.5 Pessoas em situação de sem-abrigo	151
3.6 Minorias	155
3.7 Migrantes	161
3.8 Outros	174
4. Respostas Sociais do Concelho	185
5. Áreas Prioritárias de Intervenção Social	199
5.1 Saúde e Qualidade de Vida	200
5.1.1 Envelhecimento	200
5.1.2 Saúde Mental	203
5.1.3 Deficiência e/ou Incapacidade	205
5.2 Famílias e Comunidade	207
5.2.1 Pessoas em situação de sem-abrigo	208
5.2.2 Migrantes	210
5.2.3 Habitação	212
5.3 Infância e Juventude	214
5.4 Setor Social e Inovação	217
6. Referências Bibliográficas e Sites Consultados	223
7. Anexos	229

Índice de Tabelas, Gráficos, Figuras e Anexos

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2011 e 2021 e sua variação ...	35
Tabela 2 – População residente, por território, nos anos de 2011 e 2021 e sua variação (N.º e %)	36
Tabela 3 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o género, nos anos de 2018 e 2021 e sua variação (N.º e %)	36
Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários 2011-2021 (%)	38
Tabela 5 – Indicadores de população (2021)	39
Tabela 6 – Indicadores de empresas e estabelecimentos nos municípios da Região do Alto Minho (2021)	41
Tabela 7 – Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Viana do Castelo (2011 e 2021) (%)	44
Tabela 8 – População empregada, residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o sexo e o ramo de atividade (2021) (N.º)	44
Tabela 9 – População empregada, residente no concelho de Viana do Castelo, por situação na profissão (2011 e 2021) (N.º)	45
Tabela 10 – População empregada por conta de outrem, no município de Viana do Castelo, por nível de habilitações (2021) (N.º)	45
Tabela 11 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (dados relativos ao mês de dezembro 2023) (N.º)	47
Tabela 12 – Parque habitacional dos municípios da Região do Alto Minho (2018 e 2021) (N.º)	50
Tabela 13 – Edifícios clássicos, por freguesia (2021) (N.º e %)	51
Tabela 14 – Tipo de utilização dos Edifícios, por freguesia (2021) (N.º)	52
Tabela 15 – Índice de envelhecimento dos edifícios e proporção de edifícios com necessidades de reparação no concelho de Viana do Castelo (2021) (N.º e %)	53
Tabela 16 – Tipologia de alojamentos do concelho de Viana do Castelo (2021) (N.º)	54
Tabela 17 – Regime de ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual (2021) (N.º e %)	54
Tabela 18 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Viana do Castelo (2021) (N.º e %)	55
Tabela 19 – Valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, na Região do Alto Minho (2º semestre de 2019, 2020 e 2021) (€)	57
Tabela 20 – Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alto Minho (2015)	58
Tabela 21 – Distribuição das frações de Habitação Social Municipal, por tipologia e por freguesia (agosto 2020) (N.º)	59

Tabela 22 – Urbanizações municipais (agosto 2024).....	60
Tabela 23 – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde Primários – Concelho de Viana do Castelo (setembro 2024)	65
Tabela 24 – Recursos humanos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários - Concelho de Viana do Castelo (agosto 2024)	66
Tabela 25 – Utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Viana do Castelo, por Unidades Funcionais (setembro 2024) (N.º e %)	67
Tabela 26 – Partos por município de residência da mãe (2018 e 2023) (N.º)	69
Tabela 27 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2014/2018 e 2017/2021) (%)	70
Tabela 28 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2018 e 2022) (%).....	72
Tabela 29 – Consultas externas de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, na Região Norte (2022) (N.º)	74
Tabela 30 – Serviço de Psiquiatria da ULSAM, 2023 (Adultos)	74
Tabela 31 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (óbitos por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente) 2017 e 2023 (N.º).....	75
Tabela 32 – Cuidadores informais com estatuto deferido e ativo em 2023, residentes no concelho de Viana do Castelo, por Tipo de Estatuto (Nº)	79
Tabela 33 – Cuidadores informais com estatuto deferido e ativo em 2023, residentes no concelho de Viana do Castelo, por sexo (Nº)	80
Tabela 34 – Cuidadores informais com estatuto deferido e ativo em 2023, residentes no concelho de Viana do Castelo, por escalão etário (Nº)	80
Tabela 35 – Diferença de população residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário, entre os anos 2021-2011e 2011-2021 (Nº).....	88
Tabela 36 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por freguesia (N.º e %) (2021)	89
Tabela 37 – Índice de dependência de jovens dos municípios da Região do Alto Minho (2011, 2014, 2018, 2023) (Nº)	90
Tabela 38 – Indicadores de educação público e privado (2021/2022) (%)	91
Tabela 39 – Número de alunos inscritos nos Jardins de Infância, no ano letivo 2024/25, por agrupamento e escola (Nº).....	92
Tabela 40 – Número de alunos inscritos nas escolas de 1º ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2024/25, por agrupamento e escola (Nº)	93
Tabela 41 – Número de alunos inscritos no 2º ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2024/25, por agrupamento (Nº)	94
Tabela 42 – Número de alunos inscritos no 3º ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2024/25, por agrupamento (Nº)	94

Tabela 43 – Número de alunos inscritos no Secundário, Curso Científico-Humanístico, no ano letivo 2024/25, por agrupamento (N.º)	95
Tabela 44 – Número de alunos inscritos no Secundário, Curso Profissional, ano letivo 2024/25, por agrupamento (N.º)	95
Tabela 45 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico e secundário (2021/22) (%).....	96
Tabela 46 – Taxa de retenção ou desistência por Agrupamento de Escolas do concelho de Viana do Castelo, no ano letivo 2021/22 (%)	97
Tabela 47 – População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (2021) (N.º)	97
Tabela 48 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2022) (€).....	109
Tabela 49 – Pensionistas da Segurança Social, segundo o tipo de pensão (2022) (N.º).....	111
Tabela 50 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, segundo o sexo (2022) (N.º)	112
Tabela 51 – Subsídios por doença da Segurança Social, segundo o sexo (N.º e €) (2022) ...	113
Tabela 52 – Principais prestações familiares da Segurança Social (N.º e €) (2022).....	114
Tabela 53 – Principais prestações familiares da Segurança Social (2022) (N.º e €) (Cont.)...	115
Tabela 54 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2022) (N.º e €)	116
Tabela 55 – Beneficiários de Complemento Social para Idosos no concelho de Viana do Castelo, por sexo (2019, 2020, 2021, 2022, 2023) (N.º)	116
Tabela 56 – Beneficiários/as do rendimento social de inserção, segundo sexo (2022) (N.º) ..	117
Tabela 57 – Volume processual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Castelo nos anos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.....	123
Tabela 58 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Castelo nos anos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.....	125
Tabela 59 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Castelo no ano 2023, por grupo etário (N.º).....	126
Tabela 60 – Diferença de população residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário (N.º)	131
Tabela 61 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário (N.º) (2021)	132
Tabela 62 – Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região do Alto Minho (2011, 2021, 2023) (N.º)	134
Tabela 63 – População residente no distrito de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, com apenas um integrante no agregado familiar (2021) (N.º e %)	135
Tabela 64 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (setembro 2024) (N.º)	137
Tabela 65 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (setembro 2024) (N.º)	138

Tabela 66 – Número de pessoas inscritas no projeto “Vencer a Idade com Saúde”, em 2023/2024	139
Tabela 67 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2021) (N.º)	143
Tabela 68 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2021) (N.º)	146
Tabela 69 – Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Viana do Castelo (2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023) (N.º)	153
Tabela 70 – Saldo migratório dos municípios da Região do Alto Minho, nos anos 2011, 2016, 2017, 2020, 2021, 2022 e 2023.....	162
Tabela 71 – População residente (N.º) no concelho de Viana do Castelo segundo a nacionalidade da população (2021) (N.º)	163
Tabela 72 – População estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo, por nacionalidade e grupo etário (2021) (N.º)	165
Tabela 73 – Cidadãos registados como desempregados no concelho de Viana do Castelo, por nacionalidade (julho, 2024) (N.º)	166
Tabela 74 – Distribuição de alunos/as migrantes, por agrupamentos de escolas e por ciclos, no ano letivo 2023/2024	167
Tabela 75 – Alunos/as inscritos no ensino superior no concelho de Viana do Castelo, por nacionalidade e ano letivo	168
Tabela 76 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com Título de Residência e Vistos de longa duração. (2014 - 2021) (Nº)	168
Tabela 77 – Residentes estrangeiros no concelho de Viana do Castelo, por nacionalidade (2016, 2018, 2019, 2020 e 2021) (Nº)	170
Tabela 78 – População estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo, por sexo (2013-2022) (Nº)	171
Tabela 79 – Creches (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	185
Tabela 80 – Estabelecimento de Educação Pré-Escolar (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	186
Tabela 81 – Centro de Atividades de Tempos Livres (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	187
Tabela 82 – Outras respostas (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	187
Tabela 83 – Casas de Acolhimento (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera).....	188
Tabela 84 – Estrutura Residencial Para Idosos (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	189
Tabela 85 – Serviço de Apoio Domiciliário (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera).....	190
Tabela 86 – Centro de Dia (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera) .	191

Tabela 87 – Centros de Convívio (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	191
Tabela 88 – Intervenção precoce (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	192
Tabela 89 – Lar de Apoio (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera) ...	192
Tabela 90 – Lar Residencial (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	192
Tabela 91 – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	192
Tabela 92 – Centro de Apoio à Vida Independente (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	193
Tabela 93 – Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e incapacidade (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	193
Tabela 94 – Apoio em Regime de Ambulatório (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	193
Tabela 95 – Centro Emprego Protegido (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	193
Tabela 96 – Centros de Recursos para a Inclusão (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	194
Tabela 97 – Banco de Ajudas Técnicas (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	194
Tabela 98 – Unidade de Pernoita (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	195
Tabela 99 – Refeitório/Cantina Social (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	195
Tabela 100 – Comunidade de Inserção (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	195
Tabela 101 – Acolhimento de Vítimas de Violência Doméstica (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	195
Tabela 102 – Centro de Apoio e Aconselhamento Parental (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)	196

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo a freguesia, no ano de 2021 (N.º)	37
Gráfico 2 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo grupos etários, nos anos de 2011 e 2021 (N.º)	38
Gráfico 3 – Pessoal ao serviço, em empresa e estabelecimento, municípios da Região do Alto Minho (2021) (Nº)	42

Gráfico 4 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo, inscritas no Centro de Emprego, segundo o sexo (N.º)	46
Gráfico 5 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º).....	47
Gráfico 6 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo o grupo etário (dados relativos ao mês de dezembro 2023) (N.º).....	48
Gráfico 7 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo os níveis de escolaridade (dados relativos ao mês de dezembro 2023) (N.º)	48
Gráfico 8 – Densidade de alojamentos na Região do Alto Minho (N.º de Alojamentos/Km²) ...	53
Gráfico 9 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos no concelho de Viana do Castelo (2021) (%).....	55
Gráfico 10 – Alojamentos familiares vagos em Viana do Castelo, nos anos 2011 e 2021, por tipologia (N.º)	56
Gráfico 11 – Edifícios concluídos para habitação familiar em Viana do Castelo, entre os anos 2011 e 2023 (N.º)	56
Gráfico 12 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (análise comparativa entre 2011, 2015, 2018 e 2023) (‰)	68
Gráfico 13 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2002, 2007, 2012, 2017,2023) (‰).....	71
Gráfico 14 – Mortes por Suicídio.....	76
Gráfico 15 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, nos anos de 2001, 2011 e 2021 (N.º).....	87
Gráfico 16 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2021 (N.º)	87
Gráfico 17 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Viana do Castelo entre 2021 e 2023 (‰).....	100
Gráfico 18 – Taxa de criminalidade no concelho de Viana do Castelo por categoria de crime em 2023 (‰).....	100
Gráfico 19 – Crimes registados pelas autoridades no concelho de Viana do Castelo, por categoria de crime, entre 2013 e 2023 (%)	101
Gráfico 20 – Número de participações de violência doméstica em Portugal e Viana do Castelo, em 2022 e 2023.....	102
Gráfico 21 – N.º médio de dias das prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2022) (N.º)	110
Gráfico 22 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, por concelho da Região do Alto Minho (2022) (N.º)	111
Gráfico 23 – Beneficiários/as de subsídios de desemprego da Segurança Social do concelho de Viana do Castelo, segundo a idade (2022) (%)	113
Gráfico 24 – Beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção, segundo faixa etária (2022) (N.º).....	118

Gráfico 25 – Volume processual por grupo etário, nos anos 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 (%)	124
Gráfico 26 – Crianças e jovens acompanhados nos anos 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 por sexo (%)	125
Gráfico 27 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, nos anos de 2001, 2011 e 2021 (N.º)	130
Gráfico 28 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2021 (N.º)	131
Gráfico 29 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2021) (%)	133
Gráfico 30 – População residente no concelho de Viana do Castelo com mais de 65 anos, com apenas um integrante no agregado familiar (2021) (N.º)	136
Gráfico 31 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021) (N.º)	144
Gráfico 32 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2021) (N.º)	145
Gráfico 33 – Grupo étnico cigano, segundo a faixa etária (2024) (N.º)	156
Gráfico 34 – Grupo étnico cigano, segundo o nível de escolaridade (Ano letivo 2023/2024) (N.º)	157
Gráfico 35 – Grupo étnico cigano, segundo a situação face ao trabalho (2024) (%)	158
Gráfico 36 – Grupo étnico cigano, segundo a situação de habitação (2024) (N.º)	159
Gráfico 37 – População estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo, por sexo (2021) (N.º)	172

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Composição do Núcleo Executivo, em agosto de 2024	17
Figura 2. CSF e CSIF do concelho, em agosto de 2024	17
Figura 3. Grupos de trabalho temáticos do CLAS, em agosto de 2024	18
Figura 4. NUTS III	33
Figura 5. Concelho de Viana do Castelo	33
Figura 6. Freguesias do concelho de Viana do Castelo	34

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1. Questionário de recolha de dados às instituições	223
--	-----

LISTA DE SIGLAS

- AAS** - Atendimento e Acompanhamento Social
- ACES** - Agrupamentos de Centros de Saúde
- ACM** - Alto Comissariado para as Migrações
- AIMA** - Agência para a Integração, Migrações e Asilo
- APAV** - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- APCVC** - Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo
- APPACDM** - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
- ARA** - Apoio em Regime Ambulatório
- ARS Norte** - Administração Regional de Saúde do Norte
- ARU** - Áreas de Reabilitação Urbana
- AUGI** - Áreas Urbanas de Génese Ilegal
- BAT** - Banco de Ajudas Técnicas
- BNAUT** - Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
- CAARPD** - Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade
- CACI** - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
- CAD** - Comportamentos Aditivos e Dependências
- CAE** - Centro de Acolhimento de Emergência
- CAFAP** - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- CAMP** - Centro Atendimento Médico e Psicológico
- CASES** - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
- CATL** - Centro de Atividades de Tempos Livres
- CAVI** - Centro de Apoio à Vida Independente
- CC** - Centro de Convívio
- CD** - Centro de Dia
- CDSSVC** - Centro Distrital Segurança Social de Viana do Castelo
- CDT** - Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
- CEB** - Ciclo do Ensino Básico
- CIF** - Classificação Internacional de Funcionalidade
- CIG** - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- CLAIM** - Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes
- CLAS** - Conselho Local de Ação Social
- CMIN** - Centro Materno-Infantil do Norte
- CMVC** - Câmara Municipal de Viana do Castelo
- CPCJ** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- CPSI** - Contrato Público para Solução Inovadora
- CRI** - Centros de Recursos para a Inclusão
- CRTIC** - Centro de Recursos TIC
- CSSES** - Conta Satélite da Economia Social

CSF - Comissão Social de Freguesia
CSI - Complemento Solidário para Idosos
CSIF - Comissão Social Interfreguesias
DAE - Desfibrilhador Automático Externo
DCS - Divisão de Coesão Social
DDN - Dia da Defesa Nacional
DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGS - Direção-Geral da Saúde
EB - Ensino Básico
ECSM-IA - Equipa Comunitária de Saúde Mental - Infância e Adolescência
ECTAD - Estudo sobre o consumo de álcool, tabaco e droga
ELH - Estratégia Local de Habitação
EMAT - Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal
ENEAS - Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável
ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas idosas
ERRMD - Equipas de Redução de Riscos e Minimização de Danos
ES - Economia Social
ESDE - Comissão sobre a Evolução do Emprego e da Situação Social na Europa
ESE - Escola Superior de Educação
GAF - Gabinete de Atendimento à Família
GNR - Guarda Nacional Republicana
HACCP - *Hazard Analysis and Critical Control Points*
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
INE - Instituto Nacional de Estatística
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica
INME - Inquérito Nacional em Meio Escolar
IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS - Instituto da Segurança Social
IVG - Interrupção Voluntária de Gravidez
LNES - Linha Nacional de Emergência Social
n/a - Não aplicável
NAVVD - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica
NIAVE - Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
NPISA - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
NPT - Nacionais de Países Terceiros
NUTS II - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos - Norte
NUTS III - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos - Alto Minho
OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos

ODAE - Operadores de Desfibrilhação Automática Externa
ODS - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ORU - Operações de Reabilitação Urbana
PASA - Posto de Assistência Social de Alvarães
PDM - Plano Diretor Municipal
PHDA - Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção
PIB - Produto Interno Bruto
PMACI - Programa Municipal de Apoio aos Cuidadores Informais
POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
PORI - Plano Operacional de Respostas Integradas
PSP - Polícia de Segurança Pública
RAP - Resposta de Apoio Psicológico
RASI - Relatório Anual de Segurança Interna
RNAVVD - Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica
RRMD - Redução de Riscos e Minimização de Danos
RSI - Rendimento Social de Inserção
SAD - Serviço de Apoio Domiciliário
SCMVC - Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SESS/ECI - Sistema de Estatísticas da Segurança Social
SGMAI - Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SLAT - Serviço de Luta Anti Tuberculose
SNS - Serviço Nacional de Saúde
SPA - Substâncias Psicoativas
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
UAT - Unidade de Apoio na Toxicodependência
UCC - Unidade de Cuidados Continuados
UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
UE - União Europeia
UF - União de Freguesias
ULSAM - Unidade Local de Saúde do Alto Minho
UMS - Unidades Móveis de Saúde
USAG - Unidade de Serviços e Apoio Geral
USF - Unidade de Saúde Familiar
VAB - Valor Acrescentado Bruto
VD - Violência Doméstica

INTRODUÇÃO

A Rede Social, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º115/2006 de 14 de junho, é uma plataforma que coordena os diversos parceiros públicos e privados, baseada numa colaboração alargada, eficaz e dinâmica. O seu principal objetivo é o planeamento estratégico da intervenção social a nível local, promovendo a cooperação entre os diferentes agentes da comunidade para o desenvolvimento social, funcionando através de uma parceria entre a autarquia, serviços públicos, organizações não governamentais e outros parceiros locais, incentivando o trabalho em conjunto para identificar, planear e intervir nas áreas sociais prioritárias do concelho.

O seu trabalho é orientado por instrumentos estratégicos, como o presente Diagnóstico Social, que identifica as principais problemáticas sociais, e o Plano de Desenvolvimento Social, que define as linhas de atuação.

Assim, este documento resulta dos contributos recolhidos junto dos diversos parceiros locais que foram mobilizados para este processo, complementados pela análise de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE) os Censos, e outros órgãos da administração pública, bem como de documentos internos fornecidos pelos diferentes Serviços do Município e por parceiros.

É objetivo do Diagnóstico Social a identificação dos problemas sociais do concelho nas mais diversas áreas, com vista à definição da estratégia social do concelho e das prioridades de intervenção. Ou seja, este diagnóstico reúne toda a informação que permita obter o conhecimento da realidade do Município, determinando os problemas, necessidades e, conseqüentemente, as causas para a definição de um plano de intervenção, devidamente participado e integrado, assente numa base de compromisso e de responsabilização de todos os parceiros.

É importante conhecer e compreender as causas dos problemas, identificar as vulnerabilidades e as ameaças, mas também as potencialidades e as oportunidades para atuar sobre estas e, dessa forma, contribuir para a coesão e o desenvolvimento social e económico do Concelho.

REDE SOCIAL DE VIANA DO CASTELO

Tendo como missão a criação de condições para uma planificação estratégica da intervenção social, promovendo a proatividade da comunidade do concelho de Viana do Castelo, em prol do desenvolvimento social local, a Rede Social tem vindo a constituir-se como uma referência.

A Rede Social do concelho de Viana do Castelo é composta pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS), pelo respetivo Núcleo Executivo, pelas Comissões Sociais de Freguesia/Comissões Sociais Interfreguesias (CSF/CSIF) e por cinco grupos de trabalho temáticos.

O CLAS é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de delegar a presidência na Vereadora da Coesão Social da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o que acontece com frequência. Este é constituído por 151 entidades parceiras (à data de agosto de 2024). Fazem parte do CLAS, Entidades ou Organismos do setor público, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG's), Associações, Cooperativas, Juntas de Freguesia, Agrupamentos de Escolas, e tem como principais objetivos:

- ▶ Estimular a reflexão e discussão, fomentando o seu crescente envolvimento na comunidade e sua participação/colaboração;
- ▶ Sinalizar, caracterizar e priorizar os atuais problemas sociais locais e identificar os recursos e as potencialidades existentes;
- ▶ Implementar de forma generalizada metodologias de trabalho assentes no planeamento estratégico, na monitorização e avaliação;
- ▶ Promover o desenvolvimento social local.

Por sua vez, as CSF/CSIF são órgãos locais de dinamização e articulação de parcerias, de identificação, apreciação e análise dos problemas sociais da Freguesia e das propostas de solução, e de orientação, encaminhamento e articulação com o CLAS de Viana do Castelo. Ainda dentro da Rede Social, existem os grupos de trabalho temáticos, criados pelo CLAS em 2023, previstos na alínea c) do Artigo 26.º do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, dinamizados pelo Núcleo Executivo do CLAS, de acordo com a alínea h) do Artigo 28.º do mesmo diploma.

Apresenta-se, de seguida, esquema da composição da rede social de Viana do Castelo.

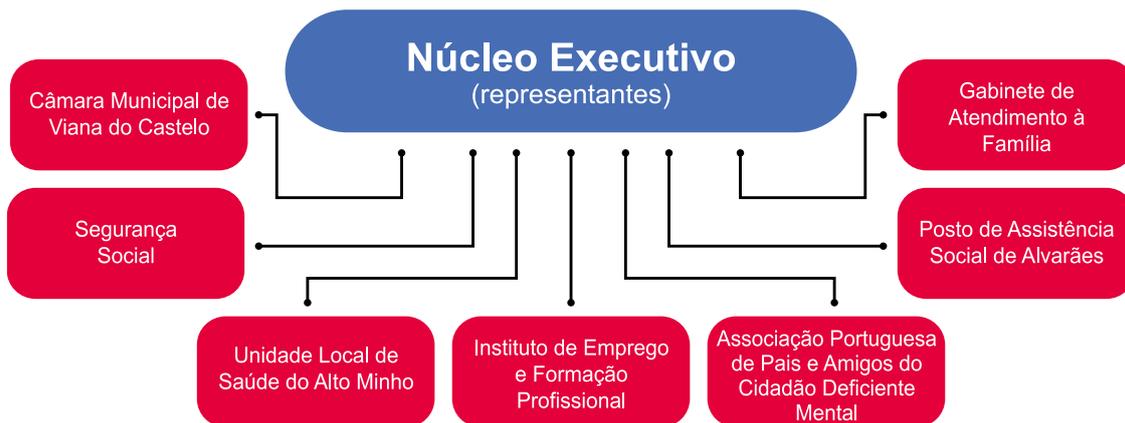


Figura 1 - Composição do Núcleo Executivo, em agosto de 2024.



Figura 2- CSF e CSIF do concelho, em agosto de 2024.

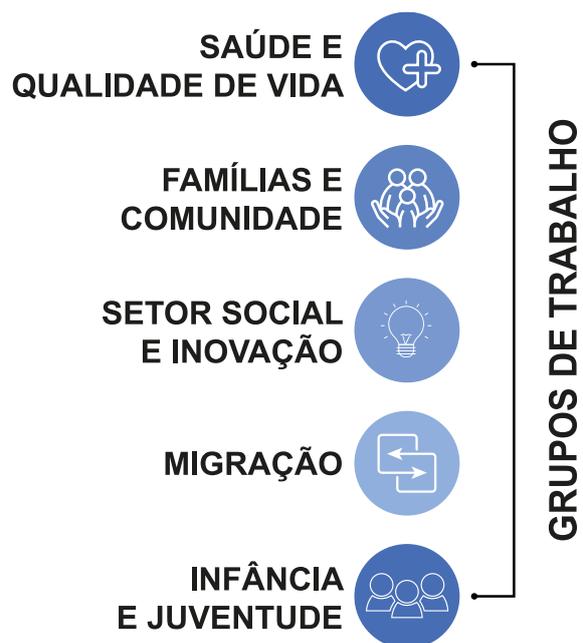


Figura 3- Grupos de trabalho temáticos do CLAS, em agosto de 2024.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a elaboração do presente Diagnóstico Social de Viana do Castelo foi baseada em dois tipos de informação diferenciada e complementares entre si. Primeiramente, os dados estatísticos oficiais, relativos às áreas que são abordadas e aprofundadas no presente documento, e depois os contributos dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social, no concelho de Viana do Castelo.

Os contributos dos profissionais dos diversos parceiros da Rede Social, relativamente aos seus territórios e áreas de atuação, foram fundamentais para a elaboração e estruturação do atual diagnóstico. Esta informação foi recolhida aplicando dois métodos de recolha: reuniões dos grupos de trabalho do CLAS (*focus group*) e um inquérito por questionário, difundido por e-mail para todas as entidades com intervenção social no concelho.

Previamente o CLAS definiu cinco áreas prioritárias de intervenção, baseadas nos eixos de intervenção do Plano de Desenvolvimento Social para 2021-2025. Foram criados grupos de trabalho temáticos em cada área, para que cada parceiro da Rede Social pudesse aderir e designar um representante no grupo. Assim, aplicando uma metodologia de *focus group*, os parceiros identificaram as principais dificuldades e necessidades, bem como propostas de intervenção para colmatar as mesmas, em sessões de *brainstorming*.

Relativamente ao questionário online (anexo 1), difundido por todas as entidades da área social do concelho, foram recolhidos os dados quantitativos e qualitativos de cada resposta, sobre a identificação de dificuldades e necessidades, assim como soluções e propostas (foram obtidas 42 respostas ao questionário).

Para além do levantamento de todas estas perceções e dados setoriais, foi realizada a análise documental de um conjunto alargado de estatísticas oficiais de referência, instrumentos de planeamento, planos e relatórios referentes às várias áreas que integram o presente Diagnóstico Social, para além das referências bibliográficas identificadas, fundamentais para a produção deste documento.

Após a recolha dos dados, foi realizada a sua interpretação e análise, resultando de uma abordagem de complementaridade e triangulação de perspetivas entre

informações de naturezas distintas, o que possibilitou, para além da caracterização do território de Viana do Castelo, a identificação dos principais constrangimentos para os quais será prioritário encontrar estratégias de atuação adequadas, as quais constituem a componente fundamental do que será o Plano de Desenvolvimento Social.

Relativamente às limitações sentidas na recolha e análise da informação, prenderam-se sobretudo com o período de tempo reduzido para a atualização deste documento, devido aos prazos a cumprir com a candidatura “Radar Social”. Outra limitação menos significativa foi a recolha de dados junto das entidades, dado o curto período para resposta solicitado às entidades. Além disso, e no que respeita às respostas sociais, verificou-se uma disparidade entre os dados constantes na Carta Social e os dados cedidos por cada instituição.

No geral, a colaboração da Rede Social foi positiva e conclui-se que a metodologia utilizada foi a mais adequada, tendo em conta as limitações mencionadas.

1.

Enquadramento Nacional



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

1. ENQUADRAMENTO NACIONAL

No presente capítulo, abordar-se-á três pilares fundamentais para a compreensão da realidade social: a demografia, a pobreza e exclusão social, e o papel do terceiro setor. A análise demográfica permitirá contextualizar a composição populacional do país, as suas dinâmicas de crescimento e envelhecimento, bem como o risco de pobreza. De seguida, expõe-se brevemente o estudo da pobreza e exclusão social. Por fim, será explorado o papel do terceiro setor, composto por organizações não governamentais e instituições sem fins lucrativos, que desempenham uma função crucial no combate às desigualdades, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

1.1 DEMOGRAFIA

A evolução da demografia nacional traduz-se num acentuado envelhecimento da população residente. Este é o resultado de um conjunto complexo de fatores económicos, sociais e culturais, parte dos quais diretamente associados ao desenvolvimento do país nas últimas décadas. Este fenómeno tem-se acentuado, quer pelo topo da pirâmide, em consequência do aumento da esperança média de vida (81,17 anos em 2023) - o que é positivo - quer pela base, resultado do adiamento da maternidade (em 2022 a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é de 30,3 anos) e do reduzido número médio de filhos por mulher em idade fértil (o índice sintético de fecundidade em 2022 é de 1,42 filhos).

Portugal foi o décimo sexto país com maior número de nascimentos entre os países da União Europeia (27 países), no ano de 2022, com uma taxa de fertilidade de 37,8‰. Apesar de se verificar um aumento da natalidade nos últimos anos, este não é significativo face à diminuição que se tem vindo a observar desde a década de 90.

O envelhecimento da população contribui igualmente, de forma determinante, para a evolução da estrutura do mercado de trabalho. Em 2021, 21,02% da população ativa tinha mais de 55 anos. A taxa de inatividade da população com mais de 55 anos foi, em 2021, de 73,06%.

Os desequilíbrios demográficos daqui decorrentes acarretam consequências diversas, que em contexto de crise económica e social se tornam particularmente sensíveis: o agravamento da relação entre a população em idade ativa e os dependentes; a crescente presença da 4ª idade na sociedade portuguesa (mais de 11% da população

portuguesa com idade superior a 80 anos, segundo os Censos 2021); a maior pressão sobre os sistemas de saúde e de proteção social ou a necessidade de novos ajustamentos entre a oferta e a procura de serviços de proximidade.

O risco de pobreza na população idosa foi crescente até ao ano de 2020, onde 20,1% das pessoas com mais de 65 anos se encontravam em risco, após receberem transferências sociais. Em 2021 este valor teve um decréscimo considerável para 17,0%, e em 2022 a taxa de risco de pobreza neste grupo etário foi de 17,1%. Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS) 2017-2025.

A estas dinâmicas naturais acresce o incremento dos movimentos migratórios da população em idade jovem, seja de retorno dos imigrantes aos seus países de origem, seja de saída de emigrantes para outros países.

A mobilidade humana entre diferentes territórios faz parte de qualquer sociedade e não pode ser dissociada dos processos de transformação social capazes de modelar as sociedades e os seus distintos processos. Este movimento é muitas vezes confrontado com diversos obstáculos, nomeadamente culturais e de inexistência de uma rede de suporte, que determinam a necessidade da promoção de medidas políticas, económicas, sociais e jurídicas de forma a minimizar os impactos negativos beneficiar destes fluxos.

Nos últimos anos registaram-se mudanças no enquadramento legal relativo à entrada, permanência, saída e afastamento de migrantes do território nacional, o que induziu a alguma mudança nas tendências dos fluxos migratórios, uma vez que as dinâmicas de acolhimento e de integração podem influenciar positiva ou negativamente os fluxos de entrada de migrantes, bem como todas as fases subsequentes da sua entrada num novo país.

1.2 POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

De acordo com os dados recolhidos, Portugal apresentava em 2021 uma diminuição da taxa de pobreza, estando esta fixada em 16,4%. Esta taxa avalia “quão pobres são os pobres” e teve uma diminuição de quatro pontos percentuais desde 2003. Estes dados demonstram-nos que houve uma melhoria significativa da condição socioeconómica das famílias nos últimos anos.

O contexto nacional difere entre regiões, sendo que as regiões Norte, Centro, Lisboa e Alentejo registaram uma diminuição da taxa de pobreza, ao invés do Algarve que registou um ligeiro aumento, resultante do impacto que a crise provocada pela pandemia teve nesta região.

No que respeita aos grupos mais vulneráveis, a taxa de pobreza das crianças e jovens fixou-se em 18,5% em 2021, o valor mais baixo desde 2003 e fixou-se em 17% no grupo dos idosos, um valor muito abaixo do registado em 2003, por exemplo, onde a taxa de pobreza nesta faixa etária era de 28%.

Verifica-se que estes valores se mantêm acima dos valores apresentados anteriormente, o que nos faz refletir sobre a vulnerabilidade destes dois grupos e sobre as medidas que ainda é necessário adotar para reduzir esta disparidade.

A taxa de pobreza por composição do agregado familiar merece uma análise específica, uma vez que, segundo o INE, se verifica uma maior percentagem nas famílias monoparentais e nas famílias com três ou mais dependentes, apesar deste último grupo ter apresentado uma descida significativa ao longo dos anos. As famílias monoparentais registavam em 2021 uma taxa de pobreza de 28% e as famílias com três ou mais dependentes uma taxa de 22,7%.

Também a análise da taxa de pobreza segundo a condição de empregado ou desempregado se demonstra essencial, uma vez que a população em situação de desemprego tem uma maior predisposição a uma elevada taxa de pobreza, registando em 2021 43,4%, sendo o desemprego um dos principais fatores de pobreza.

A população empregada em situação de pobreza regista, conforme o INE, uma taxa de 10,3% em 2021, estes dados merecem uma reflexão e a adoção de medidas concretas

para este grupo de população, que apesar de empregado, ainda se encontra em situação de pobreza.

No geral, a situação da população portuguesa melhorou consideravelmente, sendo ainda necessário ter atenção a alguns grupos mais vulneráveis, com a adoção de medidas específicas para estes grupos.

1.3 TERCEIRO SETOR

O terceiro setor, também conhecido como setor não lucrativo, setor social ou economia social, desempenha um papel vital e fortificante na sociedade portuguesa, complementando as funções das entidades públicas e privadas na prestação de serviços básicos e fundamentais a uma grande parte da população, em especial aos mais vulneráveis.

Com um elevado número de organizações espalhadas por todo o território nacional, o terceiro setor impacta quotidianamente e de modo extremamente significativo a sociedade e a economia portuguesas. Através das suas atividades, o terceiro setor, por meio das organizações que o representam, contribui para a coesão social, com a oferta de serviços de apoio a grupos vulneráveis, como idosos, crianças, pessoas com deficiência e desempregados (Silva, 2017), para a inclusão, na medida em que trabalha para garantir que todas as pessoas tenham acesso aos recursos e oportunidades necessários para participar plenamente na sociedade (Gomes, 2018) e com isso, de forma natural, para a promoção da igualdade entre os cidadãos. O terceiro setor é, também, um importante gerador de emprego em Portugal, empregando milhares de pessoas em diversas áreas de atividade e agente promotor de voluntariado, oferecendo a oportunidade para que cidadãos contribuam ativamente para o bem-estar da comunidade (INE, 2019) e para a equidade.

Dois dos marcos mais recentes, que exemplificam a importância fundamental e a valorização do terceiro setor como agente de integração de valor multifatorial em Portugal, são a promulgação da Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013), em 8 de maio de 2013 e a criação da Conta Satélite da Economia Social (CSES) pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, em 14 de abril de 2011.

De forma mais detalhada, a Lei de Bases da Economia Social em Portugal, aprovada pela Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, estabelece as bases gerais para o incremento da solidez e desenvolvimento das entidades que compõem o terceiro setor (Silva, 2014) e tem como principal objetivo a promoção de uma economia verdadeiramente centrada nas pessoas, valorizando as organizações que a constituem e o seu papel enquanto agentes fundamentais do desenvolvimento socioeconómico nacional. Visa, ainda, assegurar a sustentabilidade destas organizações, promover a inovação social e aumentar a sua visibilidade e reconhecimento institucional (Rodrigues, 2015). A Lei de Bases da Economia Social está alicerçada em vários princípios fundamentais como a

solidariedade, justiça social, autonomia, democracia, subsidiariedade, participação, transparência e responsabilidade (Cabral, 2016) e prevê várias medidas de promoção e apoio às entidades da economia social, tais como o apoio financeiro, a formação e a capacitação, a inovação e o desenvolvimento, as parcerias e as redes de cooperação (Matos, 2018).

Relativamente à CSES, podemos entendê-la como um instrumento estatístico desenvolvido para medir e analisar o impacto da economia social numa dada sociedade. A implementação da CSES trouxe ao terceiro setor, de forma mais abrangente ao próprio país, múltiplos benefícios, tais como melhores índices de transparência e reconhecimento (INE, 2023) e uma melhor capacidade de planeamento estratégico (Monzón & Chaves, 2012). O que permitiu e permite o próprio fortalecimento do setor impactando positivamente na atração de mais recursos e apoio para a economia social (Barea & Monzón, 2006).

A CSES é, portanto, uma ferramenta essencial para compreensão e valorização do papel da economia social na sociedade portuguesa contemporânea. Nesse sentido, a edição mais recente da CSES, publicada em 6 de setembro de 2023, permite a execução de uma análise detalhada sobre os impactos da pandemia de COVID-19 no setor da economia social, e o testemunho da resiliência e o comportamento contracíclico das organizações que compõem o terceiro setor português.

Em 2020, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social (ES) representou 3,2% do VAB da economia nacional, tendo aumentado ligeiramente (0,4%), face a 2019. Esta evolução foi contrária à que se observou na economia nacional, cujo VAB diminuiu 5,8%, no primeiro ano em que se sentiram os efeitos adversos da pandemia COVID-19.

Entre 2019 e 2020, as organizações da ES foram responsáveis por 5,1% e 5,2% do emprego total e por 5,8% e 5,9% do emprego remunerado da economia nacional. Ademais, é de notar que o emprego e o emprego remunerado na ES aumentaram ligeiramente (0,3% e 0,4%, respetivamente), revelando uma evolução também oposta à que se observou na economia nacional (diminuição de 2,2% e 1,4%, respetivamente).

A CSES salienta como especificidade desta Conta Satélite o forte impacto em 2020 da pandemia mundial provocada pela doença COVID-19. A Economia Social, veiculada por Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações, IPSS, Associações com fins Altruísticos e os Subsetores comunitário e autogestionário, revelou um comportamento económico positivo quando comparado com o da economia nacional.

Consequentemente, e mais uma vez, este setor revelou o seu carácter resiliente e contracíclico na resposta a um momento de crise.

Em 2019 e 2020 foram identificadas, respetivamente, 73.574 e 73.851 entidades da ES. O total de entidades da ES aumentou 2,3% em 2019, face à anterior edição da CSES (2016), mantendo-se praticamente inalterado entre 2019 e 2020. É de notar que desde 2010, o número de entidades que integram o setor da ES cresceu cerca de 33%.

Foram identificadas 5.511 e 5.476 entidades com o estatuto de IPSS ou equiparado, em 2019 e 2020, respetivamente, observando-se um decréscimo face às duas anteriores edições da CSES (5.584 em 2013 e 5.622 em 2016). As IPSS desenvolveram a sua atividade sobretudo nos serviços sociais (cerca de 55%), seguindo-se a saúde (cerca de 27%) e a educação (7,0%).

O setor enfrenta, contudo, desafios que têm limitado o seu potencial. A escassez de recursos financeiros, a burocracia excessiva e a falta de reconhecimento pleno da sua importância são obstáculos que muitas organizações sociais em Portugal enfrentam diariamente. Desde logo, a imagem que têm junto da maioria da população - de setor subsidiado pelo Estado que não gera qualquer riqueza. Mas a verdade é que, como vimos, tem um valor económico muito significativo, para além de toda a riqueza gerada para além da economia.

Por outro lado, não obstante o impacto na criação de emprego, o setor da economia social vive maioritariamente de trabalho precário sendo, por isso, fundamental a valorização do capital humano.

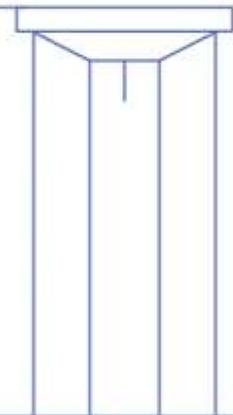
Finalmente, e a propósito de procedimentos, desafios jurídicos resultantes da circunstância de ser um setor fortemente regulado, levando a que os próprios profissionais do setor tenham dificuldades na interpretação e aplicação prática das normas que o regulam.

Neste sentido a qualificação dos quadros superiores das instituições do setor da economia social é um dos pilares mais importantes para se potenciar a qualidade do serviço prestado. O exercício de funções de gestão e liderança nas instituições sociais exige um conjunto de competências multidisciplinares que resultam dos conhecimentos de vários domínios científicos como a gestão, economia, serviço social, sociologia, contabilidade e psicologia.

É genericamente reconhecido que os/as gestores/as das instituições sociais têm um défice de qualificações no domínio da gestão aplicada. Este défice é consequência quer da inexistência de uma oferta formativa agregadora e multidisciplinar, que responda às várias necessidades de gestão aplicada a instituições sociais, mas também, por vezes, da reduzida orientação destes profissionais e órgãos de gestão para a importância da formação contínua promotora do aumento da qualidade do serviço prestado.

2.

Enquadramento Municipal



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

2. ENQUADRAMENTO MUNICIPAL

A partir dos dados do INE, nos seus ‘Dossiês Temáticos – Municípios’, onde se apresenta um conjunto de indicadores relevantes para a caracterização socioeconómica do concelho de Viana do Castelo e a partir de outros dados estatísticos fornecidos pelos parceiros da Rede Social, apresenta-se, de seguida, o enquadramento municipal de Viana do Castelo.

Neste retrato municipal os dados estão atualizados, sempre que disponíveis (a agosto de 2024) e incluem uma visão sobre alguns dos principais dados que integram as dimensões: demografia, atividade económica e empregabilidade, habitação, saúde, educação e criminalidade.

2.1 CONTEXTO DEMOGRÁFICO

O território de Viana do Castelo localiza-se na Região Norte (NUTS II), na Sub-Região de Alto Minho (NUTS III) e é a capital de Distrito. O concelho apresenta uma área total de 319,02km², sendo o terceiro município com maior área da Região do Alto Minho.

Figura 4 – NUTS III



Figura 5 – Concelho de Viana do Castelo



Após a reorganização administrativa do território das freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), o concelho encontra-se subdividido em 27 freguesias e Uniões de Freguesia: Afife, Alvarães, Amonde, Areosa, Carreço, Castelo do Neiva, Chafé, Darque, Freixeiro de Soutelo, Lanheses, Montaria, Mujães, Neiva, Outeiro, Perre, Santa Marta de Portuzelo, União de freguesias (UF) de Barroselas e Carvoeiro, UF de Cardielos e Serreleis, UF de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia, Moreira) e Deão, UF de Mazarefes e Vila Fria, UF de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda, UF de Subportela, Deocriste e Portela Susã, UF de Torre e Vila Mou, UF de Viana Castelo (Santa Maria Maior, Monserrate e Meadela), Vila Franca, Vila Nova de Anha e Vila Punhe.

Figura 6 – Freguesias do concelho de Viana do Castelo, após a reorganização administrativa de 2013



O concelho é limitado a norte pelo concelho de Caminha, a sul pelo concelho de Barcelos e Esposende, a oeste pelo oceano atlântico e a leste pelo concelho de Ponte de Lima.

No ano de 2021, o número médio de habitantes por Km², no concelho de Viana do Castelo foi de 268,9 hab/Km² sendo o município com maior densidade populacional da Região do Alto Minho.

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2011 e 2021 e sua variação

Território	Densidade populacional (N.º de habitantes por Km ²)		Varição (%)
	2011	2021	2011-2021
Portugal	114,5	112,2	-2,0
Região Norte	173,3	168,5	-2,8
Região do Alto Minho	110,3	104,2	-5,5
Arcos de Valdevez	51,0	46,3	-9,2
Caminha	122,2	115,7	-5,3
Melgaço	38,7	32,6	-15,8
Monção	91,0	84,3	-7,4
Paredes de Coura	66,6	62,5	-6,2
Ponte da Barca	66,2	60,6	-8,5
Ponte de Lima	135,8	128,5	-5,4
Valença	120,6	116,3	-3,6
Viana do Castelo	278,1	268,9	-3,3
Vila Nova de Cerveira	85,3	82,2	-3,6

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Entre 2011 e 2021, verificou-se uma variação negativa em todo o território, apresentando o valor de -2,0% a nível nacional. Na Região do Alto Minho (-5,5%), os municípios de Melgaço e Arcos de Valdevez destacam-se com os números negativos mais acentuados (-15,8% e -9,2%, respetivamente), seguidos de Ponte da Barca com -8,5%. Vila Nova de Cerveira é o município com o número menos acentuado com -3,1%.

Entre os anos 2011 e 2021, registou-se uma diminuição da população residente em todo o território nacional (-2,1%). A Região do Alto Minho verificou uma diminuição de 13.570 pessoas, traduzindo-se numa variação negativa de -5,5%. Desta mesma região, Viana do Castelo é o município que apresenta menor variação, com o valor de -3,3%.

Tabela 2 – População residente, por território, nos anos de 2011 e 2021 e sua variação (N.º e %)

Território	2011	2021	Variação 2018 – 2021 (%)
Portugal	10562178	10343066	-2,1
Região Norte	3689682	3586586	-2,8
Região do Alto Minho	244836	231266	-5,5
Arcos de Valdevez	22847	20718	-9,3
Caminha	16684	15797	-5,3
Melgaço	9213	7773	-15,6
Monção	19230	17816	-7,4
Paredes de Coura	9198	8632	-6,2
Ponte da Barca	12061	11044	-8,4
Ponte de Lima	43498	41164	-5,4
Valença	14127	13623	-3,6
Viana do Castelo	88725	85778	-3,3
Vila Nova de Cerveira	9253	8921	-3,6

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

No ano de 2021, residiam no concelho de Viana do Castelo 85.778 habitantes, 52,8% dos quais mulheres (45.279) e 47,2% homens (40.499).

Entre os anos 2011 e 2021, registou-se um decréscimo na população residente no concelho de Viana do Castelo, verificando-se uma grande semelhança quanto às variações percentuais negativas na população feminina e na população masculina.

Tabela 3 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o género, nos anos de 2018 e 2021 e sua variação (N.º e %)

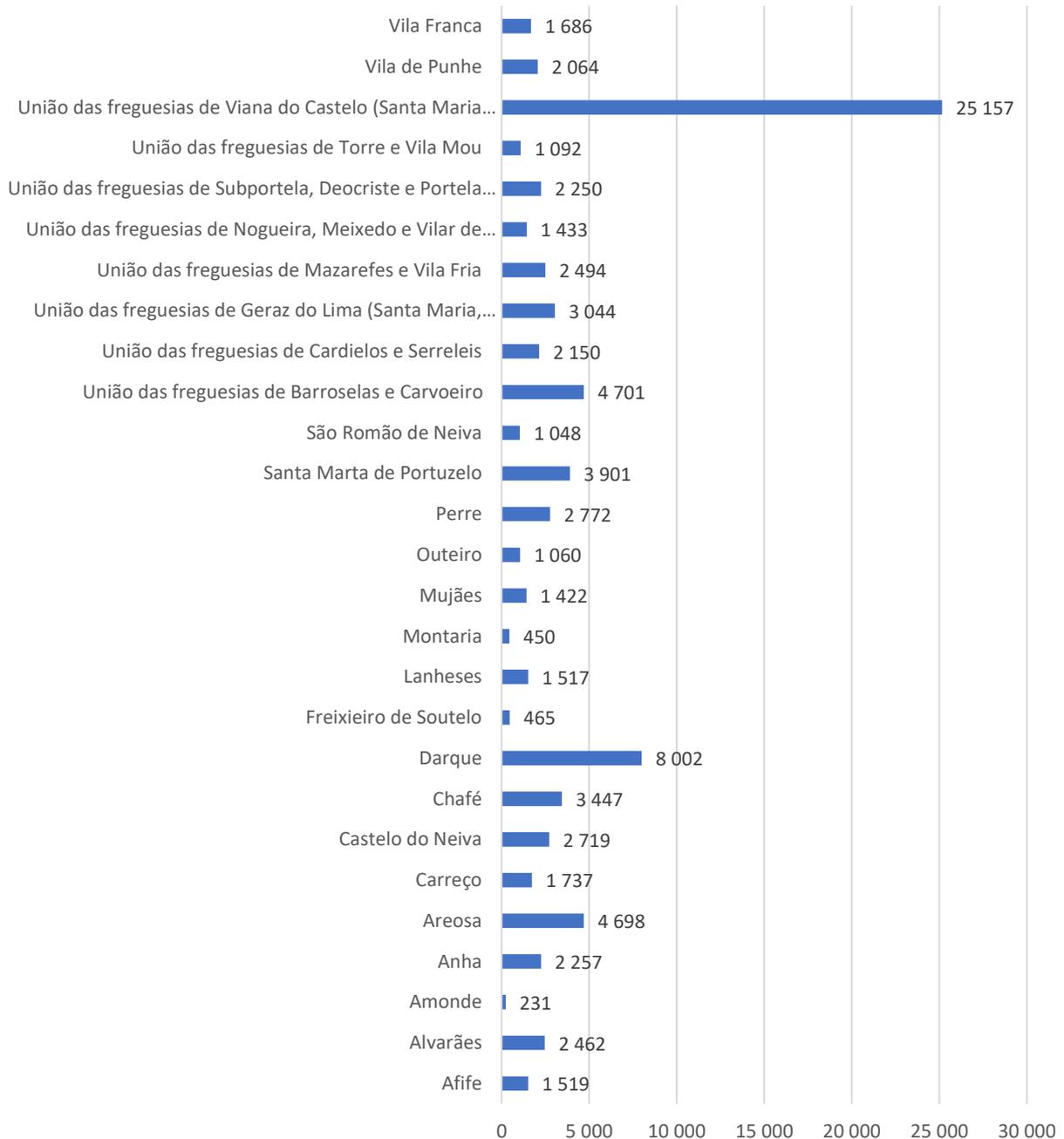
Território	2011		2021		Variação 2018-2021 (%)	
	H	M	H	M	H	M
Viana do Castelo	41889	46836	40499	45279	-3,31	-3,32

Fonte: INE, Censos 2021 e 2021

Territorialmente, e aquando dos Censos 2021, a freguesia com maior número de residentes do concelho era a UF de Viana Castelo (Santa Maria Maior, Monserrate e

Meadela), com 25.157 residentes e a freguesia com menor número de população residente era a freguesia de Amonde, com 231 habitantes.

Gráfico 1 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo a freguesia, no ano de 2021 (N.º)

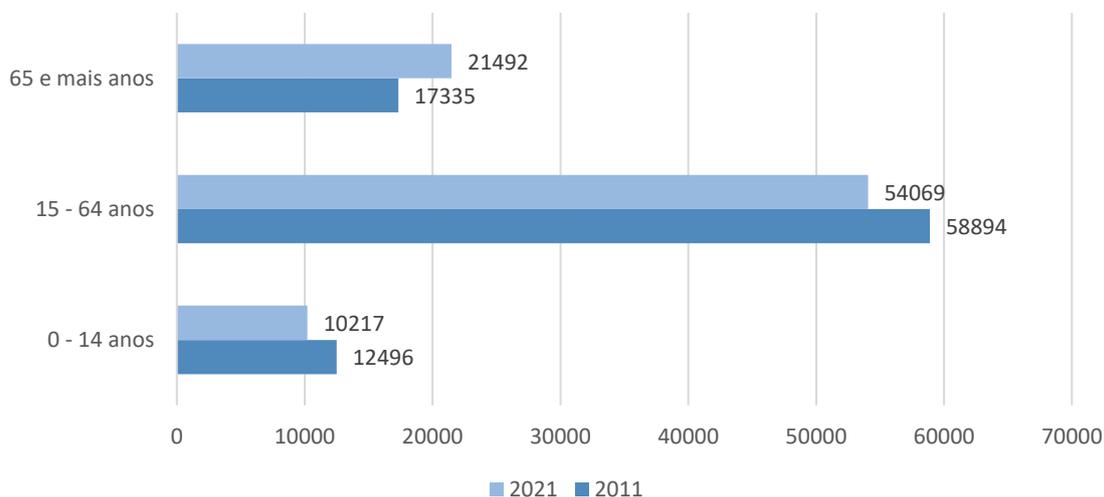


Fonte: INE, Censos 2021

A UF de Viana do Castelo representava em 2021, 29,33% da população residente no concelho, seguindo-se as freguesias de Darque (9,33%) e a UF de Barroselas e

Carvoeiro (5,5%). No polo oposto, a freguesia de Amonde representava apenas 0,3% da população do concelho.

Gráfico 2 – População residente no concelho de Viana do Castelo, segundo grupos etários, nos anos de 2011 e 2021 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Relativamente à distribuição etária dos residentes do concelho, é no grupo entre os 15 e os 64 anos que se encontra a maior parte da população (54.069, 63,03%, em 2021), seguido do grupo dos 65 ou mais anos (21.498, 25,06%, em 2021) e por último, do grupo com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (10.217, 11,91%, em 2021).

Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários 2011-2021 (%)

Grupos etários	Variação percentual do número de residentes
	2011-2021
0 – 14 anos	-18,2
15 – 64 anos	-8,2
65 e mais anos	24,0

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Relativamente à variação do número de residentes por grupo etário, é possível observar que desde o ano 2011, se tem vindo a verificar uma diminuição significativa do número de residentes com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e um aumento do número de residentes

Tabela 5 – Indicadores de população (2021)

Território	Taxa de crescimento efetivo ¹	Taxa bruta de natalidade ²	Taxa bruta de mortalidade ³
	%	‰	
Portugal	- 0,19	7,7	12,0
Região Norte	- 0,17	6,9	10,3
Região do Alto Minho	- 0,51	6,0	13,8
Arcos de Valdevez	- 0,55	5,3	17,3
Caminha	- 0,44	5,4	14,7
Melgaço	- 1,00	3,6	22,7
Monção	- 0,58	4,4	16,7
Paredes de Coura	- 0,76	4,9	15,5
Ponte da Barca	- 0,81	5,1	17,4
Ponte de Lima	- 0,54	6,6	11,5
Valença	- 0,27	7,4	14,6
Viana do Castelo	- 0,44	6,6	11,5
Vila Nova de Cerveira	- 0,23	6,0	15,4

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

O concelho apresenta uma taxa de crescimento efetivo negativa (-0,44), tendo mesmo assim um valor mais baixo do que a Região Norte (-0,17) e que a nível nacional (-0,19). No mesmo ano, registaram-se aproximadamente sete nascimentos por cada mil habitantes (7,7‰), sendo Viana do Castelo, em igualdade com Ponte de Lima, o segundo concelho da Região que apresenta uma taxa bruta de natalidade mais alta. A taxa de mortalidade em Viana do Castelo é superior à registada a nível da Região Norte, sendo ainda assim a primeira mais baixa da Região do Alto Minho, novamente em igualdade com Ponte de Lima, com cerca de 11 óbitos em cada mil habitantes (11,5‰), no ano de 2021.

¹ **Taxa de crescimento efetivo:** Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

² **Taxa bruta de natalidade:** Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

³ **Taxa bruta de mortalidade:** Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

Em Síntese:

- ▶ Dos 10 municípios da Região do Alto Minho, Viana do Castelo é o segundo município com maior área territorial (319,02 Km²);
- ▶ O concelho é composto por 27 Freguesias, após a reorganização administrativa de 2013;
- ▶ Viana do Castelo teve uma diminuição populacional de 2.947 pessoas, equivalente a uma variação de -3,3%, entre 2011 e 2021;
- ▶ O município de Viana do Castelo é o que apresenta em 2021 uma maior densidade populacional da Região do Alto Minho (268,9 hab./Km²);
- ▶ No ano de 2021, o número de população residente no concelho de Viana do Castelo foi de 85.778 habitantes (45.279 mulheres e 40.499 homens);
- ▶ A UF de Viana do Castelo apresentava o maior número de residentes em 2021, com cerca de 25.157 habitantes;
- ▶ No ano de 2021, 63,03% da população residente no concelho tinha entre 15 e 64 anos, 25,06% tinha 65 ou mais anos e 11,91% tinha entre 0 e 14 anos;
- ▶ Desde 2011, o número de residentes com idade inferior a 15 anos e o número de residentes entre os 15 e os 64 anos de idade têm vindo a diminuir, contudo o número de residentes com 65 ou mais anos têm vindo a aumentar significativamente;
- ▶ Em 2021 a taxa bruta de natalidade foi de 6,6‰ e a taxa bruta de mortalidade foi de 11,5‰.

2.2 SETOR ECONÓMICO E EMPREGABILIDADE

O concelho de Viana do Castelo, tal como a Região do Alto Minho, caracteriza-se por ter uma forte dinâmica económica e social, com base em setores que evidenciam elevados ritmos de crescimento do emprego na região.

Segundo o Anuário Estatístico Regional 2022, Viana do Castelo é o concelho da região do Alto Minho com maior densidade de empresas e estabelecimentos por Km² (33,1 empresas/Km² e 34,6 estabelecimentos/Km²), sendo que 69,75% são empresas individuais. Na proporção de empresas com menos de 10 trabalhadores, Viana do Castelo destaca-se com o menor valor (95,9%), enquanto que na proporção de estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores é o segundo concelho com valor mais baixo, ultrapassado por Vila Nova de Cerveira (95,6% e 95,5%, respetivamente).

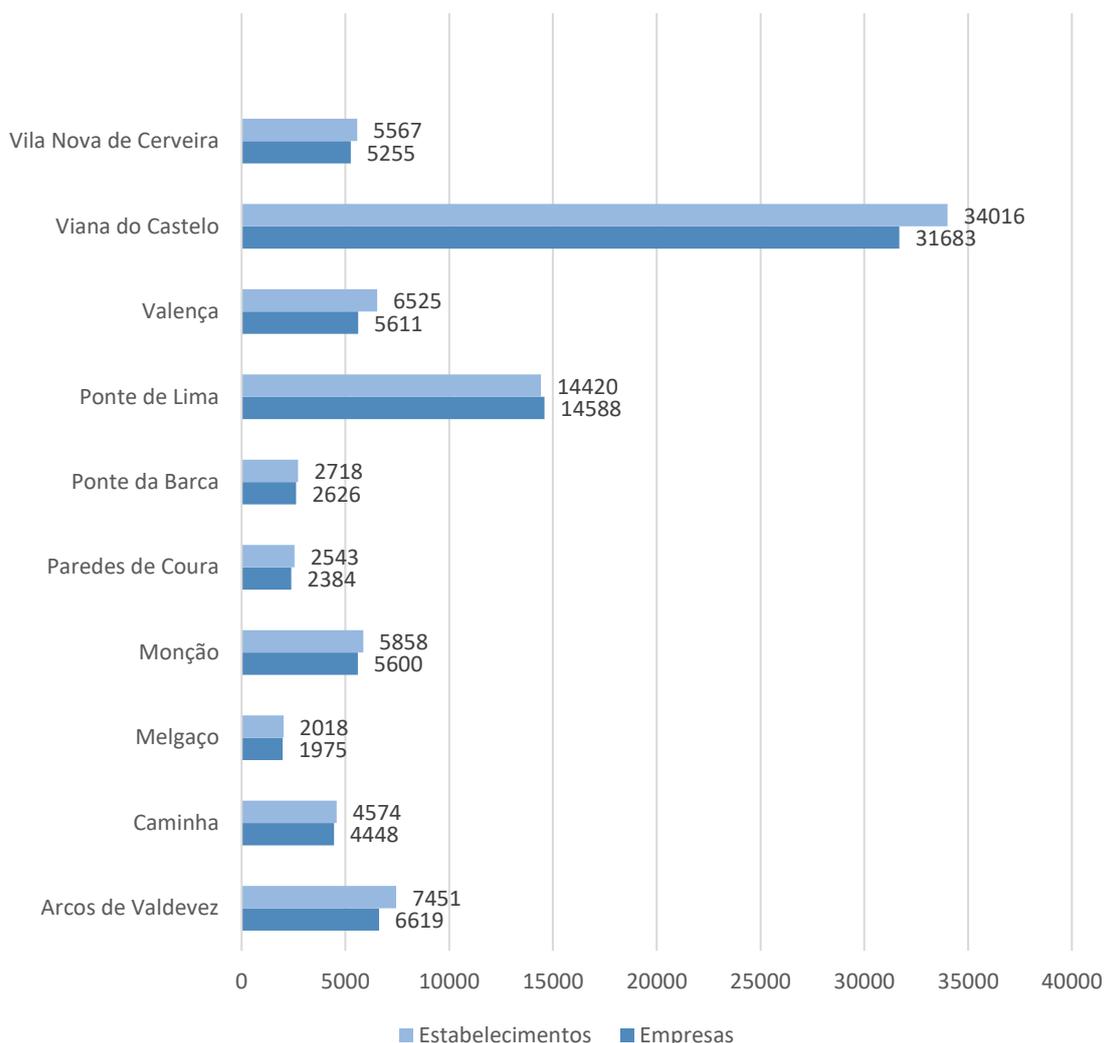
Tabela 6 – Indicadores de empresas e estabelecimentos nos municípios da Região do Alto Minho (2021)

Território	Densidade de empresas	Densidade de estabelecimentos	Proporção de empresas individuais	Proporção de empresas com menos de 10 trabalhadores	Proporção de estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores
	N.º/Km ²		%		
Portugal	14,6	15,2	65,07	96,2	95,9
Região Norte	21,4	22,2	65,79	95,7	95,5
Região do Alto Minho	13,9	14,4	71,97	96,7	96,6
Arcos de Valdevez	6,4	6,6	75,52	97,3	97,5
Caminha	17,3	17,8	74,43	97,7	97,7
Melgaço	5,3	5,4	85,27	98,6	98,8
Monção	14,7	15,1	78,20	97,6	97,6
Paredes de Coura	8,1	8,2	78,88	97,6	97,4
Ponte da Barca	7,5	7,7	73,40	97,5	97,5
Ponte de Lima	16,3	16,6	70,66	96,3	96,2
Valença	15,9	16,6	58,39	96,5	96,2
Viana do Castelo	33,1	34,6	69,75	95,9	95,6
Vila Nova de Cerveira	10,0	10,4	66,61	96,0	95,5

Fonte: Anuário Estatístico Regional 2022

No ano de 2021, os estabelecimentos e as empresas sediadas no concelho de Viana do Castelo empregavam 34.016 e 31.683 pessoas, respetivamente.

Gráfico 3 – Pessoal ao serviço, em empresa e estabelecimento, municípios da Região do Alto Minho (2021) (Nº)



Fonte: Anuário Estatístico Regional 2022

Segundo o INE, em 2021, foi possível verificar que, das 10.560 empresas sediadas no município de Viana do Castelo, a maioria enquadra-se no setor do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (1.817), seguidas as empresas que se dedicam à construção (1.259) e em terceiro lugar, surgem as empresas relacionadas com as atividades administrativas e dos serviços de apoio (1.087). Como setor minoritário apresentam-se as empresas de indústrias extrativas (7) e de captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; gestão de resíduos e despoluição (15).

Ao compararmos os dados da região do Alto Minho, verificamos que o município de Viana do Castelo é o que apresenta maior número de empresas e estabelecimentos em quase todos os setores de atividades. A exceção verifica-se nos setores da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, e nas indústrias extrativas.

No que respeita à dimensão, verifica-se, conforme o INE, que se encontram sediadas no concelho 12 grandes empresas⁴, que empregam 250 ou mais trabalhadores. Atualmente, existem em Viana do Castelo três Parques Empresariais (Praia Norte, Meadela e Lanheses) e a Zona Industrial de Neiva (1ª e 2ª fases), onde se concentram algumas das empresas existentes no concelho.

Relativamente ao mercado de trabalho no concelho de Viana do Castelo, verifica-se que a taxa de desemprego, em 2021, registava o valor de 6,14%, sendo inferior à observada a nível nacional (8,13%) e na Região Norte (8,42%). Comparativamente ao ano de 2011, Viana do Castelo apresenta valores positivos no que diz respeito à taxa de desemprego, sendo que estes valores diminuíram consideravelmente de 13,18% para 8,13%.

No ano 2021, a taxa de atividade registada no concelho de Viana do Castelo foi de 46,04%, com uma ligeira diferença em relação ao ano de 2011 com o valor de 46,87%. Comparativamente ao nível nacional (46,58%) e na Região Norte (47,09%), Viana do Castelo apresenta valor menor. A Região do Alto Minho apresentava o valor de 43,27%.

⁴ **Grande Empresa:** Empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço e/ou empresas com volume de negócios superior a 50 milhões de euros e ativo líquido superior a 43 milhões de euros.

Tabela 7 – Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Viana do Castelo (2011 e 2021) (%)

Território	Taxa de Atividade ⁵		Taxa de desemprego ⁶	
	2011	2021	2011	2021
Portugal	47,56	46,58	13,18	8,13
Região Norte	47,59	47,09	14,47	8,42
Região do Alto Minho	42,53	43,27	11,84	5,96
Arcos de Valdevez	34,40	36,01	10,19	6,17
Caminha	43,21	42,70	13,12	6,82
Melgaço	31,51	32,75	9,75	4,60
Monção	37,58	39,57	9,84	5,35
Paredes de Coura	40,92	41,91	11,05	5,64
Ponte da Barca	37,89	40,16	13,09	5,98
Ponte de Lima	43,17	44,95	11,91	5,19
Valença	43,03	44,87	12,39	7,48
Viana do Castelo	46,87	46,04	12,46	6,14
Vila Nova de Cerveira	44,83	45,93	9,74	5,76

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

A população empregada, residente no concelho, está distribuída sobretudo pelo setor terciário (23.866 pessoas empregadas). A diferença entre o número de empregados por sexo não é significativa, embora se registre um maior número de homens empregados.

Tabela 8 – População empregada, residente no concelho de Viana do Castelo, segundo o sexo e o ramo de atividade (2021) (N.º)

Território	População empregada			Ramo de atividade				
	Total	H	M	Primário	Secundário	Terciário		
						Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica
Viana do Castelo (concelho)	37068	18618	18450	687	12515	23866	11301	12565

Fonte: INE, Censos 2021

Em 2021, da população empregada, destaca-se o facto de que a grande maioria se encontra a trabalhar por conta de outrem (28.710 pessoas), sendo ainda significativo o

⁵ **Taxa de atividade:** Taxa que permite definir o peso da população ativa (população com 15 e mais anos de idade) sobre o total da população (INE).

⁶ **Taxa de desemprego:** Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa (INE).

número de trabalhadores que são empregadores (3.709 pessoas, o que representa 10,01% do número total da população empregada).

Tabela 9 – População empregada, residente no concelho de Viana do Castelo, por situação na profissão (2011 e 2021) (N.º)

Território	Empregador		Trabalhador por conta própria		Trabalhador por conta de outrem		Outra situação	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Viana do Castelo (concelho)	3853	3709	2784	3829	29135	28710	631	820

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

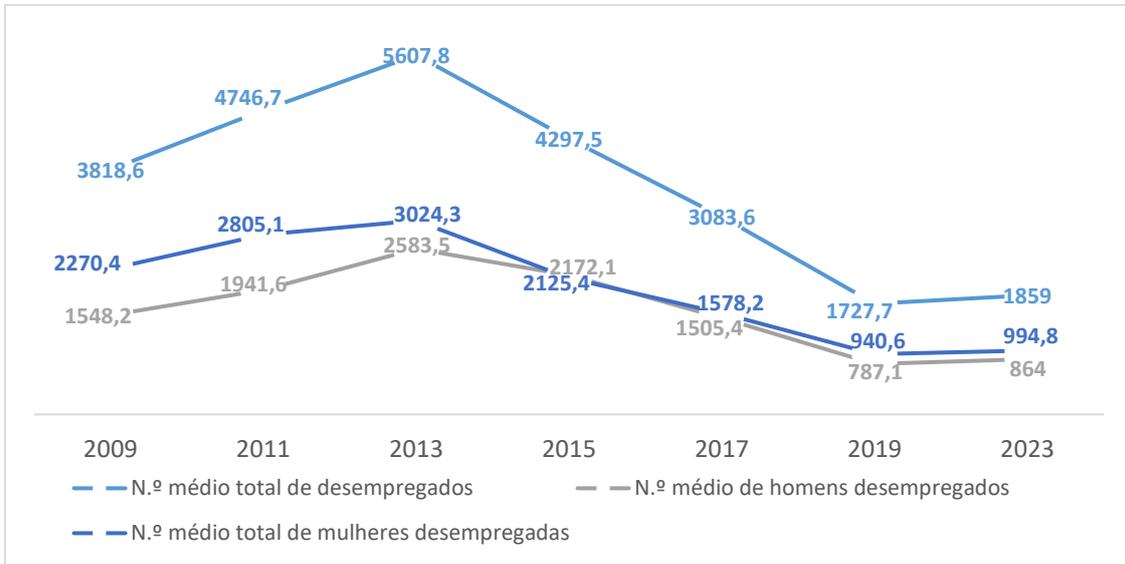
Tabela 10 – População empregada por conta de outrem, no município de Viana do Castelo, por nível de habilitações (2021) (N.º)

Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado
20243	717	2534	5407	6993	335	3588	605

Fonte: INE

No ano 2021, 20.243 pessoas encontravam-se a trabalhar por conta de outrem, no concelho de Viana do Castelo. Ao nível das habilitações escolares, a maioria detinha o 3º Ciclo do Ensino Básico (CEB) ou Ensino Secundário; destacando-se, ainda, o número elevado de trabalhadores licenciados.

Gráfico 4 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo, inscritas no Centro de Emprego, segundo o sexo (N.º)

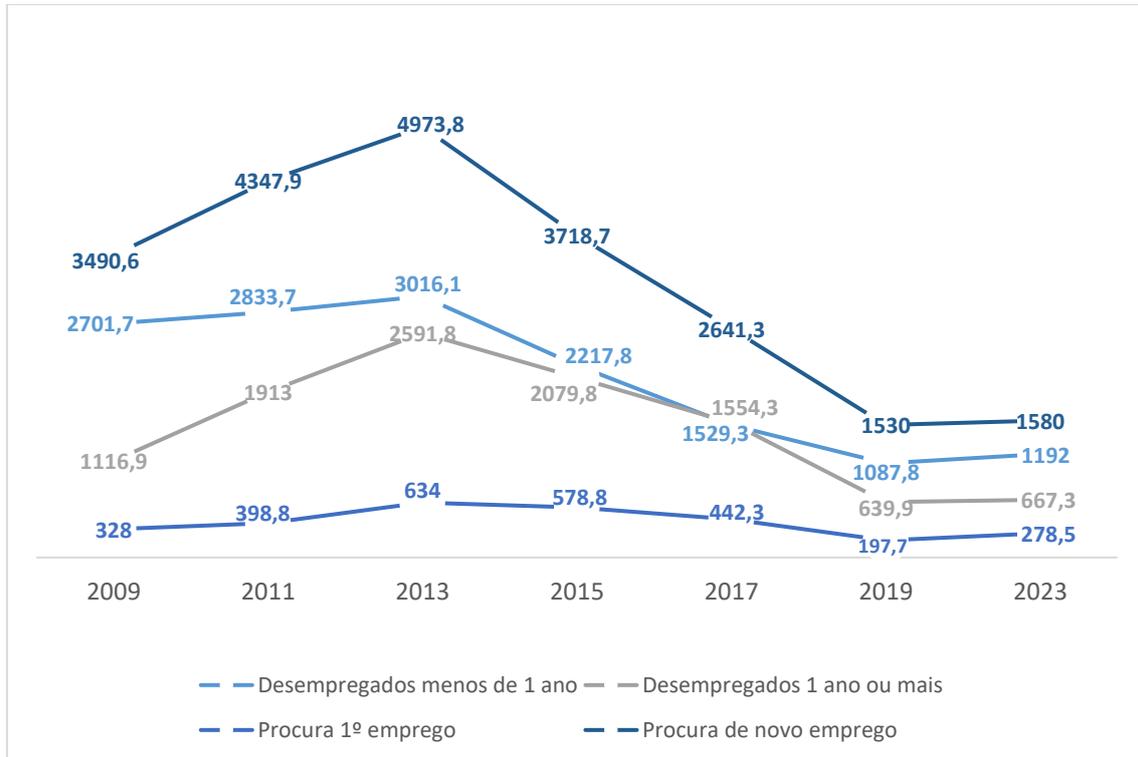


Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Em média, o número de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo, inscritas no Centro de Emprego, aumentou de forma significativa entre os anos de 2011 e 2013, ano este em que se começa a assistir a um decréscimo do seu número. Entre os anos de 2013 e 2019, verificou-se uma variação percentual negativa de 69,2% no número médio anual de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego. Entre os anos 2019 e 2023, registou-se um ligeiro aumento dos valores, mas mesmo assim muito abaixo dos valores nacionais e de valores verificados em anos anteriores.

No que respeita ao sexo, são as mulheres que, em média, se encontram em maior número, no período entre 2009 e 2019, com exceção do ano 2015 em que o número médio de homens em situação de desemprego foi ligeiramente superior.

Gráfico 5 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Viana do Castelo, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º)



Fonte: IEFP

Analisando os dados desde 2009 até 2023, constata-se que a maioria das pessoas em situação de desemprego se encontrava inscrita há menos de um ano no Centro de Emprego.

Tabela 11 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (dados relativos ao mês de dezembro 2023) (N.º)

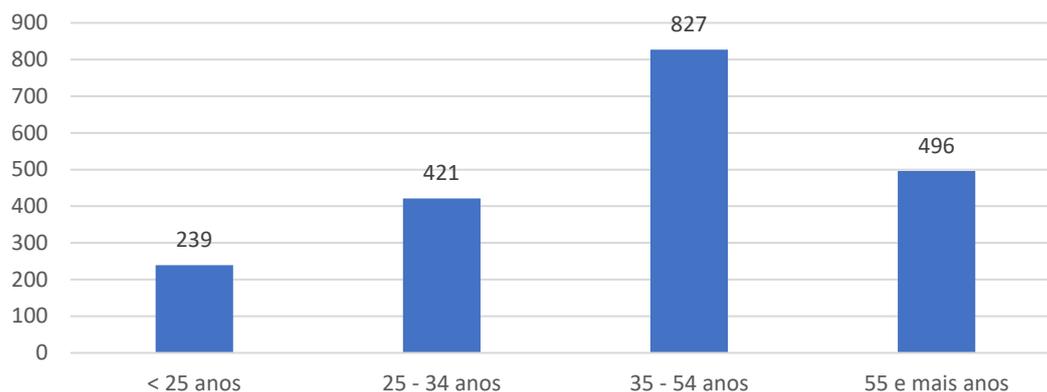
Território	Homens	Mulheres	Tempo de inscrição		Situação face à procura		Total
			< 1 Ano	1 Ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
Viana do Castelo	927	1056	1300	683	256	1727	1983

Fonte: IEFP

Dos desempregados residentes no concelho de Viana do Castelo, inscritos no Centro de Emprego em dezembro de 2023, verifica-se que são em maior número os indivíduos

que procuram um novo emprego. Estes valores podem justificar-se pelo elevado número de população migrante a residir em Viana do Castelo e que aumenta ano após ano. A maioria encontra-se na faixa etária dos 35-54 anos (827), seguida das pessoas com mais de 55 anos (496).

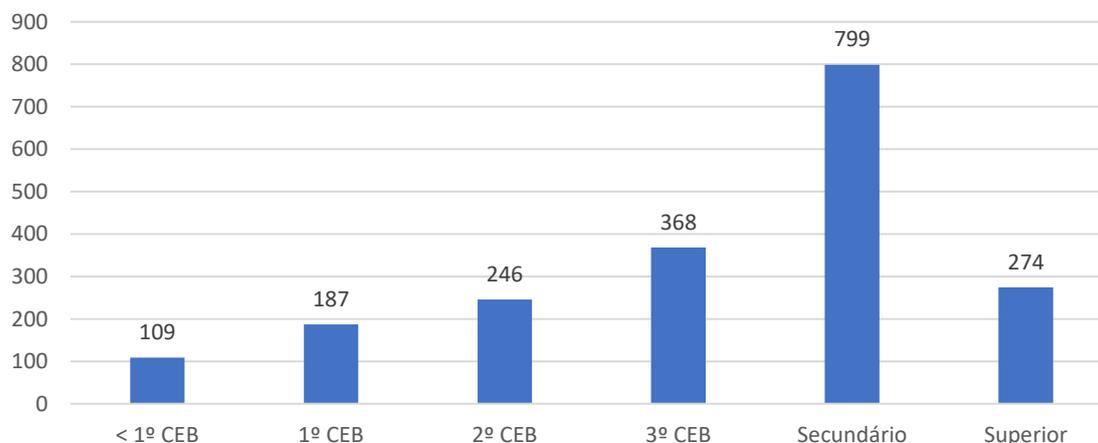
Gráfico 6 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo o grupo etário (dados relativos ao mês de dezembro 2023) (N.º)



Fonte: IEFP

Quanto à qualificação dos desempregados, a maioria possui o ensino secundário (799), sendo a população com menos qualificações (inferior ao 1º CEB) a que se encontra em menor número face à situação de desemprego (109), à data de dezembro de 2023.

Gráfico 7 – Desemprego registado no concelho de Viana do Castelo, segundo os níveis de escolaridade (dados relativos ao mês de dezembro 2023) (N.º)



Fonte: IEFP

Em Síntese:

- ▶ No ano 2021, encontram-se sediadas no concelho 10.560 empresas, 95,9% das quais têm menos de 10 trabalhadores e 69,75% são empresas individuais;
- ▶ A maioria das empresas do concelho (17,2%: 1.817) insere-se no setor do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, seguidas das empresas relacionadas com a construção (11,9%: 1.259) e das empresas de atividades administrativas e dos serviços de apoio (9,5%: 1.087);
- ▶ Viana do Castelo é o concelho da região do Alto Minho com maior número de empresas e estabelecimentos ao nível de quase todos os setores de atividade, com exceção do setor da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e do setor das “Indústrias Extrativas”;
- ▶ No ano de 2021, a taxa de desemprego foi de 6,14% (inferior à registada a nível nacional e Região Norte) e a taxa de atividade foi inferior a 50%;
- ▶ Em 2021, 64,4% da população empregada residente encontrava-se inserida no setor terciário e 33,7% no setor secundário.
- ▶ No total da população empregada, em 2021, 77,5% trabalhavam por conta de outrem;
- ▶ O número de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego, residentes no concelho de Viana do Castelo, tem vindo a diminuir desde 2013, contudo, em 2023, verificou-se um ligeiro aumento deste valor;
- ▶ Em dezembro de 2023, encontravam-se inscritas no Centro de Emprego 1.983 pessoas, maioritariamente com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (827 pessoas), com o Ensino Secundário (799 pessoas) e à procura de um novo emprego (1.727 pessoas).

2.3. HABITAÇÃO

A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, é a base de uma sociedade estável e coesa, é um direito fundamental que se pode considerar o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego. Quando há dificuldades ao nível da habitação, surgem desequilíbrios sociais que poderão acentuar situações de vulnerabilidade.

O concelho de Viana do Castelo, à semelhança da generalidade dos concelhos de Portugal, identifica alguns constrangimentos no que respeita à habitação, nomeadamente, a prática de valores elevados no mercado de arrendamento e falta de oferta de imóveis acessíveis. A procura é cada vez maior, também fruto dos movimentos migratórios e a oferta não acompanha a procura, fatores estes que fazem disparar os preços quer do arrendamento, quer da venda de imóveis.

Viana do Castelo é o concelho da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação familiar clássica e de alojamentos familiares clássicos. Entre 2018 e 2021 registou-se um aumento do número de edifícios e alojamentos, mais 230 edifícios de habitação familiar clássica e mais 552 alojamentos familiares clássicos.

Tabela 12 – Parque habitacional dos municípios da Região do Alto Minho (2018 e 2021) (N.º)

Território	Edifícios de habitação familiar clássica		Alojamentos familiares clássicos	
	2018	2021	2018	2021
Portugal	3604407	3629109	5954548	6002874
Região Norte	1234651	1244122	1882626	1902343
Região do Alto Minho	123543	124304	153743	154980
Arcos de Valdevez	15687	15757	17618	17722
Caminha	9537	9586	14298	14369
Melgaço	7065	7072	7654	7662
Monção	11865	11922	13624	13682
Paredes de Coura	5863	5889	6203	6234
Ponte da Barca	7012	7052	8211	8258
Ponte de Lima	20323	20463	22675	23043
Valença	6978	7064	8291	8399
Viana do Castelo	33506	33736	48892	49278
Vila Nova de Cerveira	5707	5763	6277	6333

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2021

Analisando as freguesias do concelho, verificamos que, à data de 2021, a maior percentagem de edifícios clássicos construídos situava-se na UF de Viana do Castelo (28,5%), seguida pela freguesia de Darque (9,7%) e Chafé (8,0%). As duas primeiras freguesias mencionadas são freguesias urbanas, o que justifica este aumento com o facto de a população se querer concentrar mais perto do centro, onde há maior oferta de serviços.

Tabela 13 – Edifícios clássicos, por freguesia (2021) (N.º e %)

Freguesia	N.º	%	Freguesia	N.º	%
Afife	1293	2,6	Perre	1165	2,4
Alvarães	1347	2,7	Santa Marta de Portuzelo	1796	3,6
Amonde	152	0,3	UF Barrocelas e Carvoeiro	2452	5,0
Areosa	2556	5,2	UF Cardielos e Serreleis	976	2,0
Carreço	1014	2,1	UF Geraz do Lima e Deão	1637	3,3
Castelo do Neiva	1814	3,7	UF Mazarefes e Vila Fria	1218	2,5
Chafé	3936	8,0	UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	694	1,4
Darque	4763	9,7	UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	1159	2,3
Freixeiro de Soutelo	306	0,6	UF Torre e Vila Mou	582	1,2
Lanheses	776	1,6	UF Viana do Castelo (Sta. M^a Maior, Monserrate e Meadela)	14002	28,5
Montaria	322	0,6	Vila Franca	811	1,7
Mujães	823	1,7	Vila Nova de Anha	1219	2,3
Neiva	599	1,2	Vila de Punhe	1232	2,5
Outeiro	527	1,1	Viana do Castelo (concelho)	49171	

Fonte: INE, Censos 2021

Ao nível da utilização destes edifícios em cada freguesia/UF é perceptível que a sua maioria se destina para fins residenciais (97,43% de edifícios exclusivamente residenciais). Em todas as freguesias do concelho verificam-se números residuais de edifícios com fins não residenciais, perfazendo um total de 18 edifícios, equivalente a 0,03%.

Tabela 14 – Tipo de utilização dos Edifícios, por freguesia (2021) (N.º)

Território	Exclusivamente residenciais	Principalmente residenciais	Não residenciais
Viana do Castelo (concelho)	47539	1232	18
Afife	1 280	13	0
Alvarães	1 347	0	0
Amonde	151	0	1
Areosa	2393	163	0
Carreço	1014	0	0
Castelo do Neiva	1812	2	0
Chafé	3722	214	0
Darque	4531	232	0
Freixieiro de Soutelo	306	0	0
Lanheses	757	17	2
Montaria	320	2	0
Mujães	776	42	5
Neiva	598	1	0
Outeiro	527	0	0
Perre	1163	2	0
Santa Marta de Portuzelo	1796	0	0
UF Barrocelas e Carvoeiro	2447	5	0
UF Cardielos e Serreleis	976	0	0
UF Geraz do Lima e Deão	1629	8	0
UF Mazarefes e Vila Fria	1218	0	0
UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	684	6	4
UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	1138	18	3
UF Torre e Vila Mou	582	0	0
UF Viana do Castelo (Sta. M ^a Maior, Monserrate e Meadela)	13112	887	3
Vila Franca	811	0	0
Vila Nova de Anha	1217	2	0
Vila de Punhe	1232	0	6

Fonte: INE, Censos 2021

No que respeita ao estado de conservação dos edifícios é possível verificar que a proporção de edifícios com necessidades de reparação aumentou entre 2011 e 2021. No ano 2021, as freguesias que apresentavam maior proporção de edifícios com necessidades de reparação foram Vila Nova de Anha (62,2%), Chafé (60,1%) e UF Mazarefes e Vila Fria (53,7%). Entre 2011 e 2021 foi registado um aumento da

proporção de edifícios com necessidade de reparação principalmente nas freguesias de Vila Nova de Anha (de 11,45% para 62,2% respetivamente) Chafé (de 20,93% para 60,1%, respetivamente) e Vila Franca (de 6,46% para 34,2%, respetivamente). Verificou-se uma diminuição, maioritariamente, na UF de Nogueira Meixedo e Vilar de Murteda (de 106,24% para 4,4%, respetivamente), na UF de Subportela, Deocriste e Portela Susã (de 106,26% para 21,6%, respetivamente) e na UF de Geraz do Lima (Sta. Maria, Sta. Leocádia e Moreira) e Deão (de 94,31% para 24,0%, respetivamente).

O Índice de Envelhecimento dos edifícios mais do que quadruplicou entre 2011 e 2021. Destaca-se o valor do índice de envelhecimento dos edifícios na freguesia da Montaria (3.050) e Amonde (1.030).

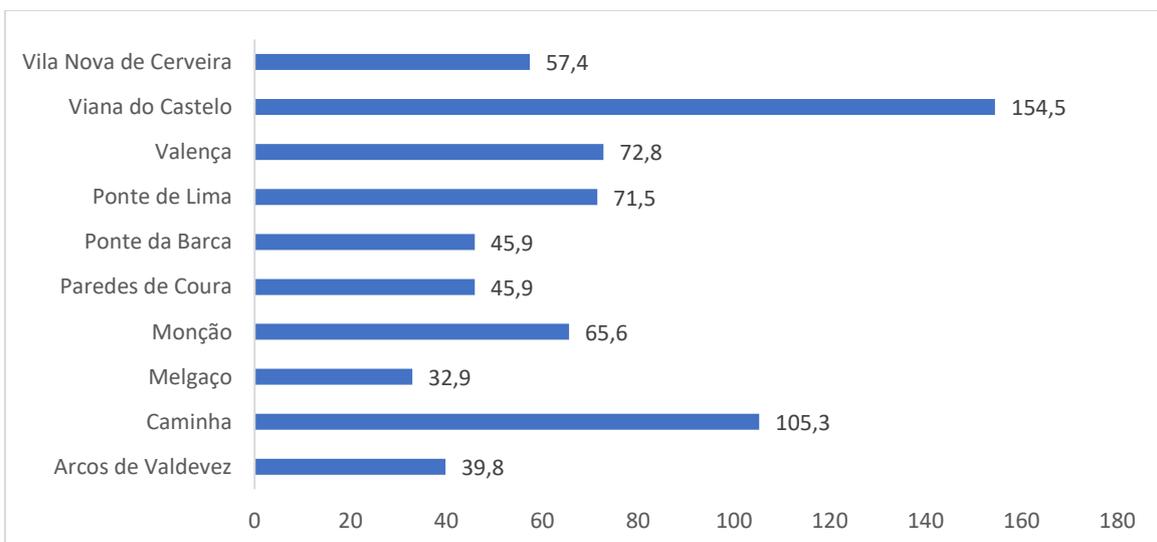
Tabela 15 – Índice de envelhecimento dos edifícios e proporção de edifícios com necessidades de reparação no concelho de Viana do Castelo (2021) (N.º e %)

Território	Índice de envelhecimento dos edifícios (N.º)		Proporção de edifícios com necessidades de reparação (%)	
	2011	2021	2011	2021
Viana do Castelo (concelho)	132,8	541,1	23,76	31,0

Fonte: INE, Censos 2021

Em 2021, o número médio de alojamentos por Km² no concelho foi de 154,5 alojamentos/Km², sendo este o concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de alojamentos por Km².

Gráfico 8 – Densidade de alojamentos na Região do Alto Minho (N.º de Alojamentos/Km²)



Fonte: INE, Censos 2021

No ano 2021, a freguesia de Viana do Castelo que apresentava maior densidade de alojamentos foi a UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate e Meadela) (979,4) inversamente, foi na freguesia de Montaria que se registou menor densidade de alojamentos por Km² (14,4). A maior densidade de alojamentos encontra-se nas freguesias da cidade e a menor densidade nas freguesias mais rurais e afastadas do centro.

De acordo com os dados estatísticos referentes aos Censos de 2021, existiam no concelho um total de 49.281 alojamentos, dos quais 99,89% correspondiam a alojamentos familiares e os restantes 0,11% a alojamentos coletivos.

Tabela 16 – Tipologia de alojamentos do concelho de Viana do Castelo (2021) (N.º)

Território	Total	Alojamentos familiares		Alojamentos coletivos	
		Clássicos	Não clássicos	Hoteleiros	Convivência
Viana do Castelo (concelho)	49281	49171	55	12	43

Fonte: INE, Censos 2021

A maioria dos alojamentos familiares eram clássicos (99,89), existindo um índice residual de alojamentos não clássicos (0,11%). No que diz respeito aos alojamentos coletivos, estes representam uma taxa pouco significativa no concelho, nomeadamente 12 alojamentos com fins hoteleiros e 43 alojamentos de convivências, com destaque para os alojamentos destinados ao apoio social (30 alojamentos) e para fins religiosos (9 alojamentos), localizados em maior número na UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate e Meadela).

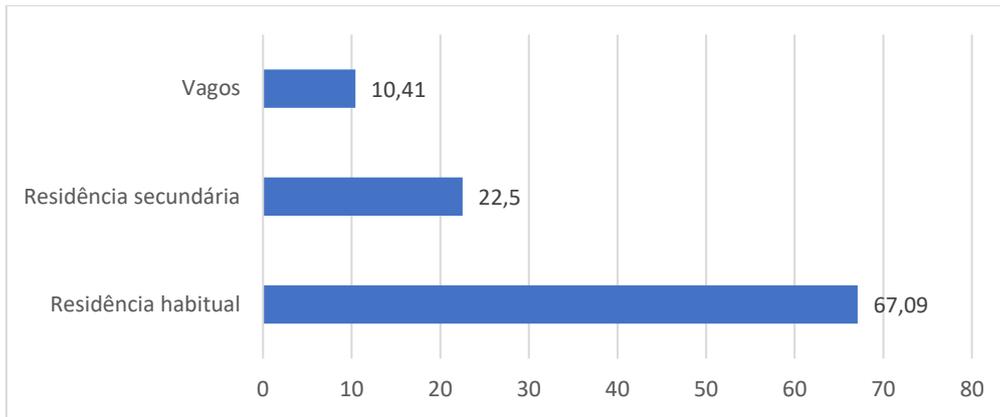
No que diz respeito ao regime de ocupação dos alojamentos de residência habitual do município, verifica-se que o número de alojamentos com proprietário ocupante é superior ao número de alojamentos ocupados por arrendatário, situação que se verifica em todas as freguesias/UF do concelho.

Tabela 17 – Regime de ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual (2021) (N.º e %)

Território	Alojamentos com Proprietário Ocupante		Alojamentos Arrendados		Outras situações	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Viana do Castelo (concelho)	24257	73,53	6486	19,66	2247	6,81

Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 9 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos no concelho de Viana do Castelo (2021) (%)



Fonte: INE, Censos 2021

Tal como é visível no gráfico 9, Viana do Castelo caracteriza-se por ser um município maioritariamente de residência, na medida em que 67,09% dos alojamentos familiares do município são utilizados como residências habituais.

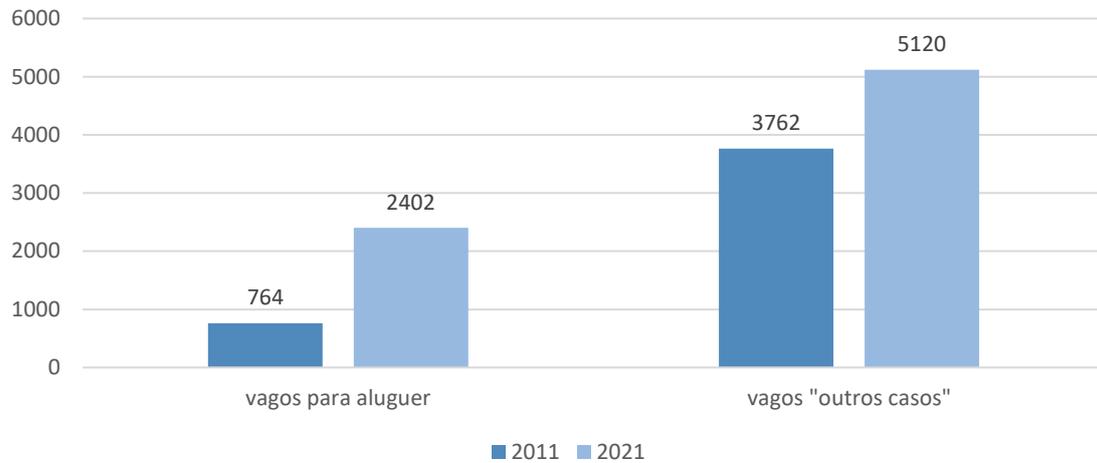
Tabela 18 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Viana do Castelo (2021) (N.º e %)

Território	Alojamentos familiares						
	Total	De residência habitual		De uso sazonal ou secundário		Vagos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Viana do Castelo (concelho)	49171	32990	67,09	11061	22,5	5120	10,41

Fonte: INE, Censos 2021

O número de alojamentos familiares vagos existentes no concelho é significativo (5.120 o que corresponde a uma percentagem de 10,41%), verificando-se que no ano 2021, grande parte dos mesmos se encontrava para venda ou arrendamento (2.402). As freguesias onde existia maior percentagem de alojamentos vagos, face ao número total de alojamentos da freguesia, foram a UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate e Meadela) (31,37%) e Darque (11,89%).

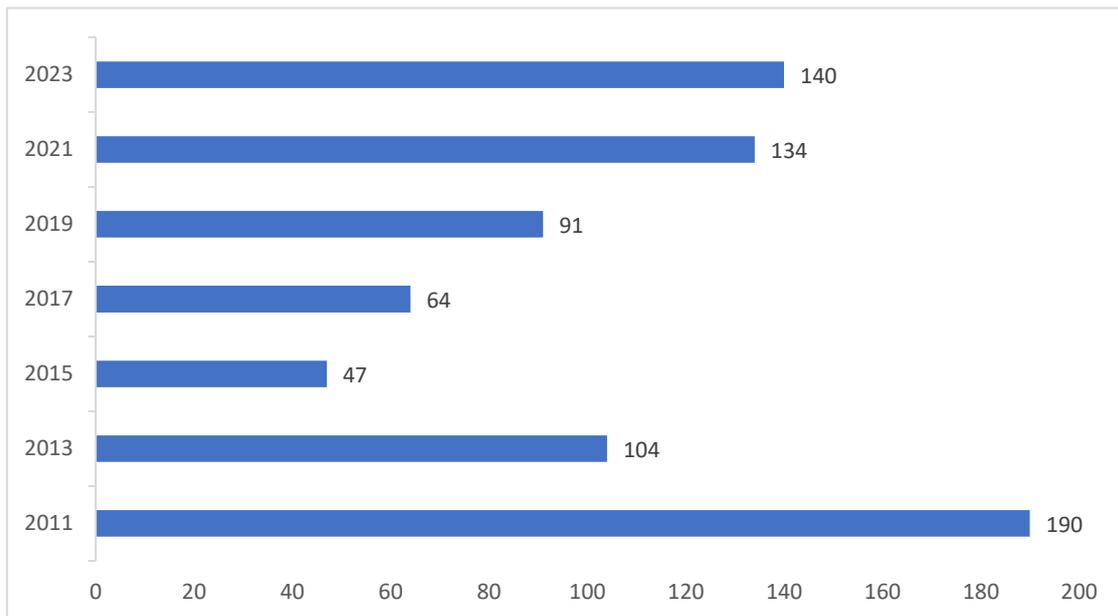
Gráfico 10 – Alojamentos familiares vagos em Viana do Castelo, nos anos 2011 e 2021, por tipologia (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Entre os anos 1990 e 2010, assistiu-se a um aumento acentuado da construção de edifícios para habitação em Portugal, tendo sido construídas cerca de um milhão e meio de novas habitações (2015, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU). No concelho de Viana do Castelo, o número de construções de novos edifícios também aumentou no mesmo período.

Gráfico 11 – Edifícios concluídos para habitação familiar em Viana do Castelo, entre os anos 2011 e 2023 (Nº)



Fonte: INE

Segundo o levantamento censitário de 2011, o aumento do número de alojamentos foi muito superior ao do número de famílias, verificando-se um rácio de 1,5 alojamentos por família residente no concelho. Contudo, como já foi referido anteriormente, o concelho verificou um aumento da proporção de edifícios com necessidades de reparação, bem como um aumento do índice de envelhecimento dos edifícios, traduzindo-se numa diminuição do número de habitações com condições efetivas de habitabilidade. Assim, depreende-se que do edificado existente, grande parte carece de reabilitação ou de reconstrução.

O aumento significativo do valor das rendas dos alojamentos disponíveis, os valores elevados para aquisição de imóveis, ambos incompatíveis com a evolução dos rendimentos das famílias, e as fracas condições de habitabilidade dos alojamentos para arrendar existentes no concelho, têm sido apontados como fatores que contribuem para a saída de população jovem para outros territórios.

No ano 2011, o valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares em Viana do Castelo era de 243,40€, no ano 2021 o valor aumentou para 305,62€. A mesma tendência verifica-se no valor mediano das rendas (por m²) de novos contratos de arrendamento, o qual nos últimos três anos subiu de 3,83€ (2019) para 4,34€ (2021), valor mais elevado da Região do Alto Minho (INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local).

Tabela 19 – Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, na Região do Alto Minho (2º semestre de 2019, 2020 e 2021) (€)

Território	Valor mediano das rendas por m ²		
	2º sem. 2019	2º sem. 2020	2º sem. 2021
Portugal	5,32	5,61	6,04
Região Norte	4,62	4,85	5,22
Região do Alto Minho	3,83	4,00	4,34
Arcos de Valdevez	2,78	3,13	3,19
Caminha	4,00	4,00	4,21
Melgaço	-	-	-
Monção	3,50	3,37	3,78
Paredes de Coura	-	-	-
Ponte da Barca	2,83	2,88	3,03
Ponte de Lima	3,28	3,51	3,70
Valença	3,28	3,48	3,76
Viana do Castelo	4,48	4,73	4,88
Vila Nova de Cerveira	3,24	3,13	3,39

Fonte: INE

No que concerne à habitação social, o concelho de Viana do Castelo é o segundo município da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação social⁷ e o que regista maior número de fogos de habitação social⁸.

Tabela 20 – Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alto Minho (2015)

Território	Edifícios de habitação social	Fogos de habitação social	
	Total 2015	Total 2015	Arrendados 2015
Portugal	26195	119691	112188
Região Norte	6106	41949	39706
Região do Alto Minho	471	1186	1054
Arcos de Valdevez	48	101	101
Caminha	7	19	19
Melgaço	18	18	18
Monção	115	129	94
Paredes de Coura	1	1	1
Ponte da Barca	25	130	111
Ponte de Lima	36	189	169
Valença	91	94	89
Viana do Castelo	96	442	392
Vila Nova de Cerveira	34	63	60

Fontes: INE

Em agosto de 2024, existiam 468 fogos de habitação social no concelho, dos quais 241 são propriedade do município. O maior número de habitações sociais concentra-se na freguesia de Darque, havendo também urbanizações municipais nas freguesias de Areosa, Barrocelas, Castelo de Neiva, Perre, Alvarães e UF da cidade (ver tabela 21). Os restantes 227 fogos mencionados são propriedade do IHRU.

⁷ **Habitação Social:** Habitação a custos controlados que se destina a agregados familiares carenciados, mediante contrato de renda apoiada ou regime de propriedade resolúvel. (INE)

⁸ **Fogos Habitação Social:** Parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente e constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares.(INE)

Tabela 21 – Distribuição das frações de Habitação Social Municipal, por tipologia e por freguesia (agosto 2020) (N.º)

Bairro / Território	Freguesia	N.º	Tipologia	Propriedade
Viana do Castelo (Concelho)		468		241 – Município 227 - IHRU
Bairro Social de Monserrate	Monserrate	4	2 T2 e 2 T3	Município
		68	-	IHRU
Bairro Social da Meadela	Meadela	2	1 T2 e 1 T3	Município
		38	-	IHRU
Bairro Social de Darque	Darque	11	1 T0; 4 T2; 1 T3; 2 T4 e 3 lojas	Município
		121	sem informação	IHRU
Edifício Mira Lima	Darque	4	1 T2; 2 T3 e 1 loja	Município
Urbanização Municipal da Areia	Darque	42	21 T2; 18 T3 e 3 T4	Município
Rua do Comércio	Darque	1	1 T1	Município
Santa Maria Maior (Liceu)	Santa Maria Maior	1	1 T3	Município
Urbanização Municipal S. José	Alvarães	10	6 T3; 3 T4 e 1 T5	Município
Urbanização Municipal da Costeira		24	12 T2 e 12 T3	Município
Urbanização Municipal de Castelo de Neiva	Castelo de Neiva	12	6 T2 e 6 T3	Município
Urbanização Municipal da Felgueira	Perre	32	16 T2 e 16 T3	Município
Urbanização Municipal do Lugar do Meio	Areosa	32	16 T2 e 16 T3	Município
Urbanização Municipal do Lugar do Malhão		48	24 T2 e 24 T3	Município
Urbanização Municipal Lugar do Souto	Barroselas	12	6 T2 e 6 T3	Município
Bairro dos Pescadores		6	1 T1; 1 T2; 2 T3; 1 T4 e 1 loja	Município

Fonte: Câmara Municipal de Viana do Castelo (CMVC)

Nos anos 2018 e 2020, foram realizados concursos para atribuição de habitações sociais, tendo sido recebidas 112 candidaturas em 2018 e 65 candidaturas em 2020.

Os munícipes que se encontram a residir nas urbanizações municipais obedecem às normas previstas no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município. Os munícipes têm contrato de arrendamento, cujo valor é calculado com base nos critérios previstos no regulamento acima mencionado.

Tabela 22 – Urbanizações municipais (agosto 2024)

Urbanizações municipais	Rendimentos (média)	Renda apoiada (média)	Taxa de desemprego
Bairro Social de Monserrate	355,05€	10,92€	70%
Bairro Social da Meadela	430,21€	24,84€	66,67%
Bairro Social de Darque	330,12€	17,53€	41,67%
Edifício Mira Lima	529,84€	18,68€	0%
Santa Maria Maior (Liceu)	556,65€	33,03€	-
Urbanização Municipal S. José	375,56€	4,85€	66,67%
Urbanização Municipal da Costeira	513,38€	22,00€	41,30%
Urbanização Municipal de Castelo de Neiva	469,94€	11,51€	29,41%
Urbanização Municipal da Areia	373,73€	13,48€	56%
Urbanização Municipal da Felgueira	513,41€	24,69€	57,63%
Urbanização Municipal do Lugar do Meio	618,66€	36,08€	53,3%
Urbanização Municipal Do Lugar Do Malhão	430,43€	37,15€	51%
Urbanização Municipal Lugar do Souto	338,63€	8,01€	75%
Bairro dos Pescadores	-	13,17€	-

Fonte: CMVC

Verifica-se uma elevada procura de habitação social, justificada em parte pelo aumento de população migrante, pela subida dos valores no mercado de arrendamento normal e pelo aumento gradual de edifícios devolutos.

Para além do que viemos a mencionar acima, importa ainda sistematizar algumas das medidas tomadas pela Câmara Municipal de Viana do Castelo nos últimos anos, no que concerne à área da habitação, com impacto positivo nas condições de vida da população:

Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) do concelho de Viana do Castelo (publicado no Diário da República em abril de 2008), com alterações subsequentes em 2014, 2017, 2018 e 2022:

- ▶ Concretização das estratégias definidas pelos seguintes instrumentos:
 - > Plano de Intervenção em Espaço Rural para Afife, Carreço e Areosa;
 - > Plano de Urbanização da Cidade;
 - > Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo;
 - > Plano de Pormenor do Parque da Cidade;
 - > Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e Campo da Sr.^a Agonia;

- > Plano de Pormenor para a Área Marginal ao Rio Lima, entre a Ponte Eiffel e a Ponte do IC1, em Darque;
 - > Plano de Ação de Regeneração Urbana;
 - > Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas;
 - > Plano de Pormenor do Litoral Norte.
-
- ▶ Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbanas (ARU de Alvarães, ARU de Barroselas, ARU do Centro Histórico, ARU Cidade Norte, ARU Cidade Poente, ARU de Darque, ARU de Darque Cidade Nova, ARU Frente Marítima da Amorosa, ARU da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo, ARU de Lanheses e ARU de Vila Nova de Anha);
 - ▶ Implementação das Operações de Reabilitação Urbana (ORU para a ARU do Centro Histórico de Viana do Castelo, ORU para a ARU da Cidade Norte, ORU para a ARU da Cidade Poente; ORU para a ARU de Darque e ORU para a ARU da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo);
 - ▶ Isenção do Pagamento de Taxas Municipais e Outras Receitas de Urbanização e Edificação conforme presente no Artigo 5º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas de Urbanização e Edificação e ainda outras isenções relativas a Regeneração urbana/Operações urbanísticas, previstas no Artigo 24º do Regulamento n.º 86/2024 - Regulamento Municipal de Reconhecimento de Benefícios Fiscais associados aos Impostos Municipais e Incentivos à Atividade Económica;
 - ▶ Apoio à Realização de Obras de Conservação e Beneficiação, ou de Melhoria de Condições de Segurança e Conforto em Habitações Degradadas, através das normas previstas em regulamento próprio;
 - ▶ Alienação de Lotes de Terrenos Municipais para Construção Própria Permanente, através de regras previstas em regulamento próprio. Este regulamento tem como objetivo a alienação de lotes propriedade do Município, em propriedade condicionada ou plena, destinados à construção de habitação própria permanente;
 - ▶ Programa Estratégia Local de Habitação (ELH).

A ELH é um programa de apoio público, que visa garantir as condições de acesso a uma habitação condigna às pessoas que não dispõem de capacidade financeira para aceder a uma solução habitacional adequada.

Tal como possível consultar no Relatório Estratégia Local da Habitação 2023/2024 da CMVC, no dia 31 de maio de 2021 foi assinado entre o Município de Viana do Castelo e o IRHU, o Acordo de Colaboração da Estratégia Local de Habitação de Viana do Castelo, que serve de suporte à candidatura ao Programa 1.º Direito. O documento foi revisto e atualizado em maio de 2023, como resultado da vivência no terreno e verificação da necessidade de adequar o mesmo às realidades identificadas.

A ELH do Município de Viana do Castelo divide-se em três linhas estratégicas:

- 1) Responder, com urgência e através de soluções concretas, aos problemas específicos de pessoas e famílias em situação de fragilidade, seja por razões sociais, económicas, psicossomáticas ou de situação habitacional indigna;
- 2) Articular a ELH com intervenções de planeamento e gestão integrada nos domínios da coesão social ordenamento territorial, reabilitação urbana, transportes e mobilidade, economia e atração de investimento, serviços coletivos e qualidade do habitat, entre outros; e
- 3) Adotar uma estratégia de reequilíbrio do mercado, promovendo soluções diversificadas, economicamente sustentáveis e que estimulem a oferta para todos os estratos socioeconómicos, a preços compatíveis com o rendimento dos vianenses e atrativos para novos residentes.

O primeiro objetivo sustentou a candidatura do Município ao 1.º Direito Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, regulamentada pela portaria n.º 230/2018, depois de um processo de auscultação de entidades das mais variadas áreas (Juntas de Freguesia, Instituições de Ensino, Parceiros do CLAS de Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo (SCMVC), Cooperativas, Agentes Imobiliários do Concelho) e acompanhamento constante de uma equipa multidisciplinar da Autarquia.

No decorrer do programa, atendendo ao carácter dinâmico da realidade, revelou-se necessário rever a ELH, o que permitiu a identificação mais atualizada do universo de Beneficiários Diretos.

Ao longo do período que decorreu desde a aprovação da ELH, a Câmara Municipal identificou mais um conjunto significativo de famílias residentes em habitações próprias e permanentes, dispersas pelo concelho, que não constavam da versão inicial da Estratégia. A maior divulgação do Programa e o apoio das juntas de freguesia nos

contactos diretos, resultou na intensificação da procura, por parte das famílias, deste apoio.

Por outro lado, ao longo de 2022 e 2023, foi possível aferir com mais rigor os agregados residentes na Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) da Costeira, que se enquadram nos requisitos do Programa 1.º Direito e que manifestaram interesse em candidatar-se ao mesmo. Todos os residentes na AUGI ficarão com a situação do registo da habitação regularizado, mas a grande maioria não tem qualquer necessidade de intervenção física.

Agora, a ELH Viana do Castelo contempla 23 medidas de ação, 17 a serem implementadas pelo Município, três pela SCMVC e três implementadas por beneficiários diretos com apoio técnico do município.

Em Síntese:

- ▶ Em 2021, Viana do Castelo foi o concelho da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação familiar clássica e de alojamentos familiares clássicos, 33.736 e 49.278, respetivamente, dos quais 97,43% são para uso exclusivamente residencial;
- ▶ A UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, a freguesia de Darque e Chafé são as que reúnem a maior percentagem de edifícios 28,5%, 9,7% e 8,0%, respetivamente;
- ▶ Entre 2011 e 2021 registou-se no concelho um aumento da proporção de edifícios com necessidades de reparação. O índice de envelhecimento de edifícios no ano 2021 foi de 541,1;
- ▶ Viana do Castelo foi o concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de alojamentos por Km² (154,5). Em 2021, a UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela registou a maior densidade de alojamentos por Km² do concelho (979,4 alojamentos/ Km²);
- ▶ À data dos Censos de 2021 existiam no concelho 49.171 alojamentos familiares clássicos, 67,09% dos quais eram residências habituais;
- ▶ No 2º semestre de 2021, o valor mediano das rendas, por m², de novos contratos de arrendamento, foi de 4,88 €/m², sendo Viana do Castelo o concelho da Região do Alto Minho com valor mais elevado;
- ▶ À data de agosto de 2024, existiam 468 fogos de habitação social, dos quais 241 são propriedade do município;
- ▶ No ano 2021, a proporção de edifícios com necessidade de reparações rondava os 31%, superior à registada em 2011 (23,76%) (INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021).

2.4 SAÚDE

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS EM SAÚDE

A organização dos serviços de saúde em Viana do Castelo está inserida no contexto do Serviço Nacional de Saúde (SNS) português, que oferece cuidados universais e gratuitos. No entanto, a gestão regional e local desses serviços apresenta características específicas que refletem as necessidades da população local e a disponibilidade de recursos. O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Alto Minho é um dos principais organismos responsáveis pela prestação de cuidados primários, e está sob a supervisão da Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte). O ACES do Alto Minho integra 12 Centros de Saúde, entre os quais o Centro de Saúde de Viana do Castelo. No âmbito dos cuidados de saúde hospitalares a Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM) integra os hospitais de Santa Luzia, em Viana do Castelo e Conde de Bertiandos, em Ponte de Lima.

Tabela 23 – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde Primários – Concelho de Viana do Castelo (setembro 2024)

Centro de Saúde	Unidades
Centro de Saúde de Viana do Castelo	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) Viana (Extensão de Saúde de Afife; Extensão de Saúde de Carreço; Extensão de Saúde de Lanheses)
	Unidade de Saúde Familiar (USF) Cuidarte (Modelo B)
	USF Gil Eanes (Modelo B)
	USF Tiago Almeida (Modelo B)
	Unidade de Cuidados Continuados (UCC)
	Unidade de Serviços e Apoio Geral (USAG)
Centro de Saúde de Darque	UCSP Darque (Extensão de Saúde de Castelo do Neiva; Extensão de Saúde de Chafé; Extensão de Saúde de Geraz do Lima; Extensão de Saúde de Vila Franca)
	UCC
	USAG
Centro de Saúde de Barroselas	USF Margens do Neiva (Modelo B)
	UCC
	USAG
Extensão Saúde Tiago Almeida (Serviço de Luta Anti Tuberculose -SLAT)	Atendimento permanente ao fim de semana para todo o concelho
	CAMP – Centro Atendimento Médico e Psicológico (Cartas de condução) para todo o distrito

Fonte: ULSAM

O funcionamento eficiente destas unidades depende fortemente dos recursos humanos disponíveis. Em Viana do Castelo, o número de profissionais de saúde inclui 57 médicos, 85 enfermeiros, 53 secretários clínicos, e 23 internos em formação, distribuídos por várias unidades de saúde. No entanto, apesar desse quadro de profissionais, a distribuição desigual de utentes e a sobrecarga em algumas unidades podem implicar desafios significativos.

Tabela 24 – Recursos humanos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários - Concelho de Viana do Castelo (agosto 2024)

	Médicos (ETC)	Internos (formação pré-carreira)	Enfermeiros	Secretários clínicos	Outros profissionais	Prestação Serviço (Médicos)
USF Gil Eanes	9	5	8	7	-	-
USF Tiago Almeida	6	6	7	4	-	-
USF Cuidarte	5	5	6	5	-	-
UCSP Viana Castelo	12	-	13	13	-	2,2
UCSP de Darque	17	6,5	19	15	-	1
USF Margens do Neiva	7,9	-	8	6	-	-
UCC Darque	S/D	-	7	1	1,1	-
UCC Barroelas	0,1	-	6	1	0,7	-
UCC Viana Castelo	-	-	11	0,5	1,4	-
TOTAL	57	22,5	85	52,5	3,2	3,2

Fonte: ULSAM

O número de utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Viana do Castelo totaliza cerca de 91.056 utentes. Destaca-se a UCSP de Darque como sendo a unidade de saúde com maior número de utentes inscritos.

Tabela 25 – Utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Viana do Castelo, por Unidades Funcionais (setembro 2024) (N.º e %)

	N.º total de inscritos	C/ médico de família		S/ médico de família	
		N.º	%	N.º	%
UCF Margens do Neiva	12839	12835	99,97%	4	0,03%
UCSP Darque	26431	25880	97,92%	551	2,08%
UCSP Viana Castelo	19793	19294	97,48%	499	2,51%
USF Cuidarte	8345	8344	99,99%	1	0,01%
USF Gil Eanes	13871	13871	100%	0	0
USF Tiago de Almeida	9777	9777	100%	0	0
Total	91056	90001	99,23%	1055	0,77%

Fonte: ULSAM

Uma análise mais aprofundada dos dados recolhidos permite observar que a maioria dos utentes inscritos têm médico de família.

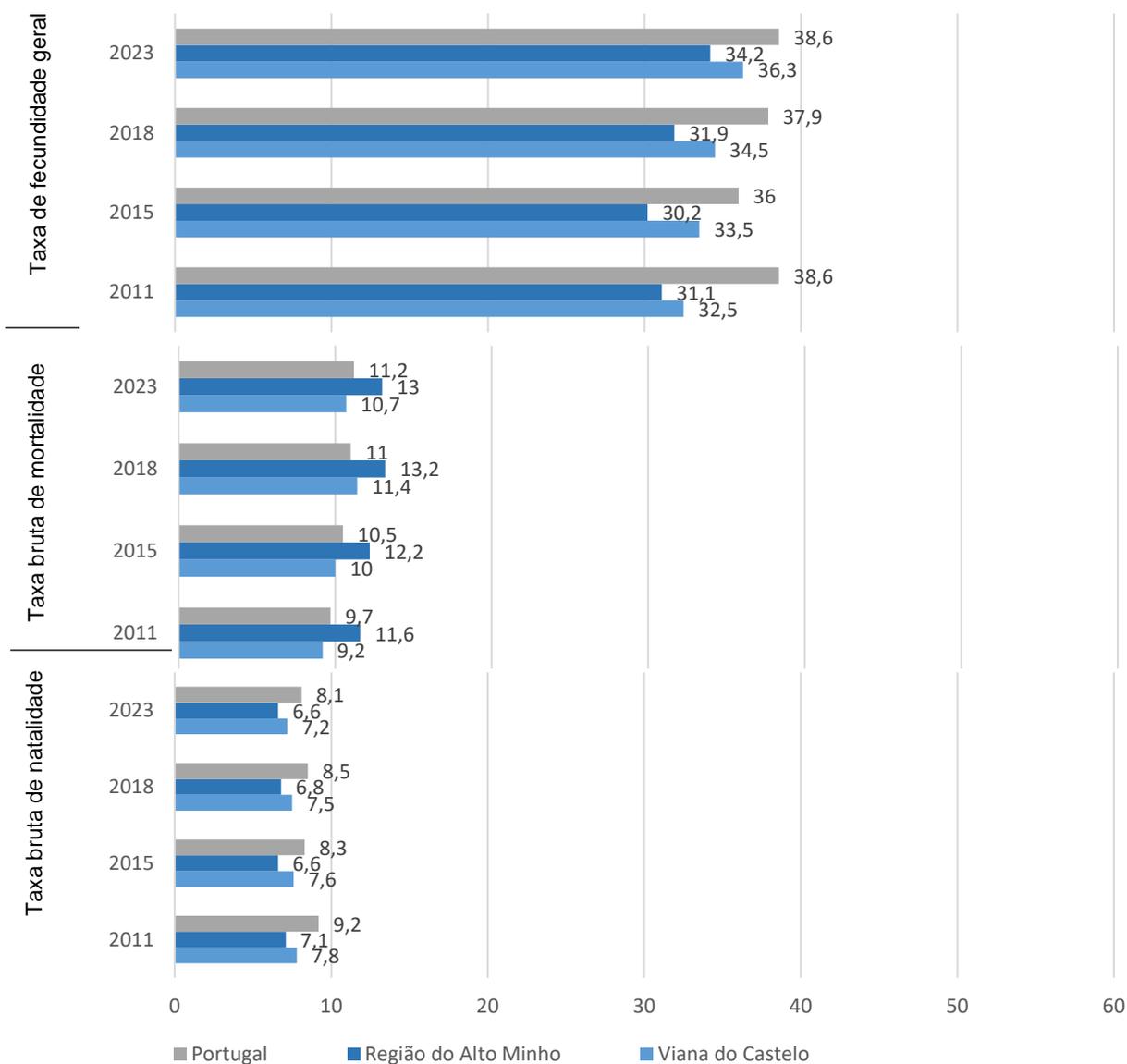
A UCSP de Darque, por exemplo, é a unidade com o maior número de utentes inscritos, cerca de 26.431 pessoas, das quais 97,92% têm médico de família. A ausência de médicos de família para uma pequena percentagem de utentes, como os 1.055 sem médico atribuído, reflete uma dificuldade geral do SNS em garantir 100% de cobertura em várias regiões do país. Este problema, embora menor em Viana do Castelo, é amplificado noutras áreas mais afastadas ou com populações mais envelhecidas, onde a falta de profissionais é mais acentuada.

INDICADORES DE SAÚDE E TENDÊNCIAS POPULACIONAIS

A análise dos indicadores de saúde do concelho de Viana do Castelo revela tendências que espelham a situação nacional e regional. A taxa de natalidade, por exemplo, tem vindo a diminuir consistentemente. Em 2023, a taxa situou-se em 7,2‰, abaixo da média nacional de 8,1‰, e próxima da média da Região do Alto Minho, que foi de 6,6‰. Este declínio na natalidade está relacionado com várias questões, incluindo o adiamento da maternidade, mudanças nos padrões familiares e dificuldades económicas enfrentadas pelas famílias jovens.

As taxas de fecundidade⁹, natalidade e mortalidade são indicadores demográficos, relacionados com a saúde da população. No concelho de Viana do Castelo, as taxas de fecundidade geral e de mortalidade têm vindo a aumentar, ao invés da taxa bruta de natalidade, que tem vindo a diminuir.

Gráfico 12 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (análise comparativa entre 2011, 2015, 2018 e 2023) (‰)



Fonte: INE

⁹ **Taxa de fecundidade geral:** Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (INE).

É de destacar o facto de, no ano de 2023, as taxas de natalidade e de fecundidade no concelho de Viana do Castelo (7,2‰ e 36,3‰ respetivamente) serem inferiores às percentagens nacionais (8,1‰ e 38,6‰ respetivamente), mas superiores às registadas na Região do Alto Minho (6,6‰ e 34,2‰ respetivamente).

Relativamente à taxa de mortalidade, verifica-se que no concelho de Viana do Castelo é de (10,7‰), inferior à registada a nível nacional (11,2‰) e na Região do Alto Minho (13‰).

No que respeita à natalidade, entre 2018 e 2023, registou-se um decréscimo do número de partos a nível nacional e na Região do Alto Minho, não sendo Viana do Castelo exceção nesta tendência (menos nove nascimentos). Relativamente às interrupções voluntárias da gravidez (IVG), e de acordo com Direção-Geral da Saúde (DGS), na ULSAM, registaram-se 211 IVG no ano de 2022, seguindo a tendência crescente a nível nacional.

Tabela 26 – Partos por município de residência da mãe (2018 e 2023) (N.º)

Território	Partos	
	2018	2023
Portugal	85905	84833
Região Norte	27131	25882
Região do Alto Minho	1551	1512
Arcos de Valdevez	109	115
Caminha	116	91
Melgaço	35	29
Monção	96	120
Paredes de Coura	64	52
Ponte da Barca	69	62
Ponte de Lima	284	287
Valença	80	97
Viana do Castelo	624	615
Vila Nova de Cerveira	74	62

Fonte: INE

Relativamente à taxa de mortalidade infantil, o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade diminuiu no concelho de Viana do Castelo (de 5,1‰ entre 2014/2018 para 4,21‰ entre 2017/2021). No caso do número de óbitos de crianças com menos de

28 dias de idade, entre os quinquénios referidos, aumentou (de 3,5‰ em 2014/2018 para 3,91‰ em 2017/2021).

Viana do Castelo tem uma taxa quinquenal de mortalidade infantil (quinquénio 2017/2021) superior à registada a nível nacional, na Região do Alto Minho e à maioria dos concelhos desta Região. Relativamente à taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2017/2021), Viana do Castelo apresenta a maior taxa na Região do Alto Minho (superior à registada para a nível nacional).

A taxa de mortalidade infantil está relacionada com a evolução qualitativa dos cuidados de saúde e das condições socioeconómicas em Portugal, que se refletem no maior cuidado com a higiene e com a alimentação e com o maior acesso à informação por parte das famílias (DGS – Comunicado sobre Mortalidade Infantil, 2019¹⁰).

Tabela 27 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2014/2018 e 2017/2021) (‰)

Território	Taxa quinquenal de mortalidade infantil ¹¹		Taxa quinquenal de mortalidade neonatal ¹²	
	2014/2018	2017/2021	2014/2018	2017/2021
Portugal	3,0	2,7	2,1	1,9
Região Norte	2,7	2,3	2,0	1,6
Região do Alto Minho	4,5	3,2	3,0	2,3
Arcos de Valdevez	1,8	0	1,8	0
Caminha	3,9	2	3,9	2
Melgaço	0,0	6,5	0,0	0
Monção	6,3	2,2	6,3	2,2
Paredes de Coura	7,2	3,7	7,2	3,7
Ponte da Barca	0,0	3,1	0,0	0
Ponte de Lima	4,3	2,9	1,4	0,7
Valença	6,8	4,5	2,3	2,3
Viana do Castelo	5,1	4,2	3,5	3,9
Vila Nova de Cerveira	3,4	0	3,4	0

Fonte: INE

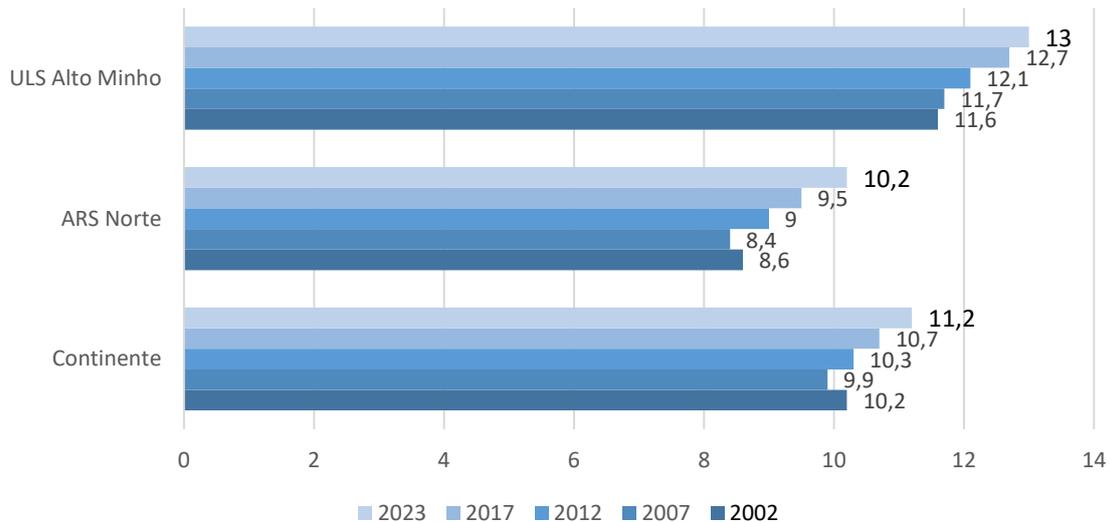
¹⁰ Comunicado n.º C153_01_v1, DGS, 2019

¹¹ **Taxa quinquenal de mortalidade infantil:** número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

¹² **Taxa quinquenal de mortalidade neonatal:** número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

No que concerne à taxa de mortalidade, verifica-se que este tem vindo a aumentar na ULSAM, seguindo a tendência nacional. No ano de 2023, o valor da taxa bruta de mortalidade na ULSAM (13%) foi superior ao registado na ARS Norte e no território de Portugal Continental.

Gráfico 13 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2002, 2007, 2012, 2017, 2023) (%)



Fontes: Perfil Local de Saúde 2018, ULSAM; INE

No que diz respeito às principais causas de morte registadas na ULSAM, constata-se que estas são devidas a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos e doenças do aparelho respiratório.

No ano de 2022, no concelho de Viana do Castelo, a taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório diminuiu de 3,4% para 3%. A taxa de mortalidade devido a tumores malignos diminuiu de 3,2% para 3%. Os valores da taxa de mortalidade por tumores malignos são superiores aos registados a nível nacional e inferiores ou iguais aos registados na Região do Alto Minho.

Tabela 28 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2018 e 2022) (%)

Território	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório		Taxa de mortalidade por tumores malignos	
	2018	2022	2018	2022
Portugal	3,2	3,2	2,7	2,7
Região Norte	2,8	2,7	2,5	2,5
Região do Alto Minho	4,0	4,1	3,2	3,2
Arcos de Valdevez	5,0	5,2	4,1	2,9
Caminha	4,3	4,1	2,6	3,5
Melgaço	6,2	6,8	4,8	4,4
Monção	6,9	7,4	3,5	3,5
Paredes de Coura	3,6	6	3,6	3,0
Ponte da Barca	4,4	5,1	3,3	3,3
Ponte de Lima	3,2	3,4	2,6	3,2
Valença	3,7	4,7	3,1	3,0
Viana do Castelo	3,4	3	3,2	3,0
Vila Nova de Cerveira	4,4	2,5	2,9	3,3

Fonte: INE

Importa ainda referir que, relativamente ao ano de 2022, de acordo com o INE, as principais causas de morte para os grandes grupos etários, no Alto Minho são as seguintes:

- Com idade igual ou superior a 75 anos – doenças do aparelho circulatório e tumores;
- Com idade inferior a 65 anos – tumores malignos.

SAÚDE MENTAL

A saúde mental tem vindo a tornar-se uma prioridade crescente nas políticas de saúde, tanto a nível nacional como regional, acompanhando o aumento exponencial de diagnósticos de perturbações de ansiedade e depressão. Estas perturbações de saúde mental estão entre as principais causas de incapacidade e sofrimento psicológico, não só em Portugal, mas globalmente. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), as perturbações de saúde mental afetam mais de 970 milhões de pessoas em todo o mundo, com um impacto significativo na qualidade de vida e na produtividade social. Em Portugal, cerca de 22% da população foi diagnosticada com algum tipo de perturbação de saúde mental em 2019, uma das taxas mais altas da União Europeia (UE), onde a média era de 16,7% (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos - OCDE & OMS, 2023).

Conforme a mesma fonte acima mencionada, Portugal é o país da União Europeia (UE) com a mais elevada taxa de depressão reportada. Quando analisados os valores entre homens e mulheres, verifica-se que a taxa de depressão é maior nas mulheres com registos de 16,3%, enquanto os homens registam uma taxa de 7,5%.

No que se refere à perturbação de ansiedade generalizada, segundo o INE, em 2023, 34,3% da população com 16 ou mais anos, revelava sintomas de ansiedade generalizada, dos quais 11,1% apresentava níveis de ansiedade mais graves.

A proporção de pessoas com 16 anos ou mais com sintomas de ansiedade generalizada em 2023 foi menor entre aquelas com ensino superior (28,0%) ou secundário (29,2%) em comparação com as sem escolaridade (49,3%) ou com apenas o ensino básico (38,7%). Em termos de condição perante o trabalho, cerca de 30% da população empregada apresentou ansiedade, sendo que esse número foi maior entre os desempregados (45,1%) e a população economicamente inativa, com 37,4% entre os reformados e 44,0% entre outros inativos (INE).

Relativamente aos serviços prestados no âmbito da saúde mental, faz-se uma breve caracterização de seguida.

Tabela 29 – Consultas externas de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, na Região Norte (2022) (N.º)

Tipo de hospital	Neurologia		Psiquiatria		Psiquiatria da Infância e da Adolescência	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Região Norte	225823	4,57	321724	6,51	70721	1,43

Fonte: INE

As consultas externas hospitalares na Região Norte, no ano 2017, referentes a áreas da saúde mental, encontravam-se distribuídas por 2,64% em consultas de Neurologia, 4,0% em consultas de Psiquiatria e 0,7% em consultas de Psiquiatria da Infância e da Adolescência.

No concelho de Viana do Castelo, de acordo com dados do Serviço de Psiquiatria da ULSAM é notório o aumento exponencial de internamentos, assim como o protelamento de alta por razões sociais, facto que se traduz num forte impacto em termos de ocupação de camas e aumento de dias de internamento hospitalar.

Em 2023, verificou-se que 44 doentes tiveram internamentos superiores a 30 dias, havendo um doente com registo de 275 dias e outro com 185 dias de internamento no serviço de Psiquiatria e Saúde Mental. Estes internamentos longos ocorrem na sua maioria por razões sociais, dada a escassez de respostas de integração para pessoas com perturbações de saúde mental no concelho e no país.

Tabela 30 – Serviço de Psiquiatria da ULSAM, 2023 (Adultos)

Especialidade	Nº consultas	Nº adultos acompanhados em consulta externa	Nº Internamentos/ nº apoio a internamento	Nº de adultos acompanhados em hospital de dia
Psicologia	3306	658	não se aplica (n/a)	n/a
Psiquiatria	4918	1075	118	213

Fonte: ULSAM

Em 2023, registaram-se 4.918 consultas e 118 internamentos que podem, ou não, ter resultado dessas consultas.

Tabela 31 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (óbitos por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente) 2017 e 2023 (N.º)

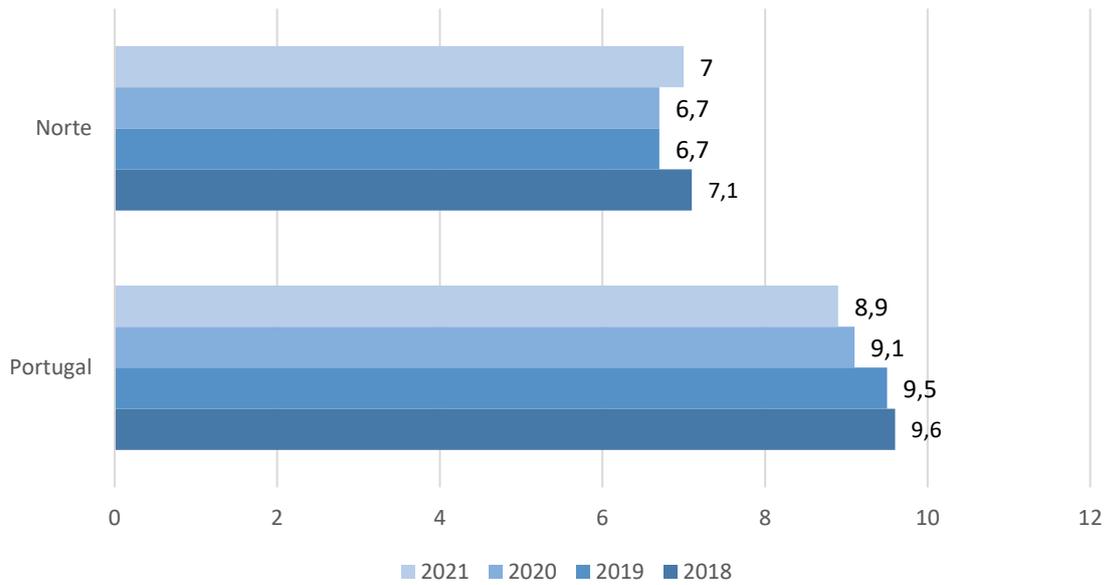
Território	Óbitos por transtornos mentais e comportamentais		Suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente	
	2017	2023	2017	2023
Portugal	4030	6114	1048	928
Região Norte	1414	2121	265	251
Região do Alto Minho	127	181	15	14
Arcos de Valdevez	17	37	2	1
Caminha	14	9	0	0
Melgaço	8	6	1	0
Monção	6	11	5	2
Paredes de Coura	3	2	0	1
Ponte da Barca	7	9	1	1
Ponte de Lima	28	34	3	0
Valença	8	12	3	2
Viana do Castelo	33	53	5	5
Vila Nova de Cerveira	3	8	1	1

Fonte: INE

O número de óbitos por perturbações mentais e comportamentais tem vindo a aumentar desde 2017 em Portugal e na Região Norte. No Alto Minho, nomeadamente em Viana do Castelo, registaram-se 53 óbitos no ano de 2023, um valor muito superior aos 33 registados em 2017. Relativamente ao número de óbitos por suicídio e por lesões autoprovocadas voluntariamente, este tem vindo a oscilar, mantendo-se inalterado em Viana do Castelo, onde se registaram cinco casos em 2017 e cinco casos em 2023.

Considerando em específico as mortes por suicídio, de acordo com os dados disponíveis no INE, as taxas de suicídio são inferiores à média da UE, tendo diminuído mais de 10% na última década. Na Região Norte, os valores têm-se mantido muito idênticos ao longo dos 4 anos apresentados no gráfico.

Gráfico 14 – Mortes por Suicídio



Fonte: INE

No país houve uma diminuição geral das taxas de suicídio desde 2014, também devido à execução do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio, que possibilitou um maior acesso aos cuidados de saúde mental, contudo, ainda insuficiente. Apesar de haver registo de um maior número de psiquiatras em todo o país entre 2016 e 2021, há ainda um longo caminho a percorrer, nomeadamente no que respeita à falta de critérios de referenciação normalizados, o que causa listas de espera extensas.

De acordo com a OCDE & OMS (2023), em 2021, a despesa em saúde de Portugal ascendeu a 11,1 % do Produto Interno Bruto (PIB), uma percentagem consentânea com a média da UE, mas mais de um terço abaixo da média per capita da UE. Entre 2019 e 2021, a despesa na saúde aumentou 14 % em termos reais.

Ao nível local, esta tem vindo a ser uma preocupação debatida entre os parceiros da Rede Social, visto que é um problema que, direta ou indiretamente, afeta todos os serviços. Assim, no sentido de contribuir na resposta a este problema, foi implementado no último ano, o projeto CapacitaMente, da Cáritas Diocesana de Viana do Castelo, para pessoas com idade entre os 18 e os 65 anos, residentes no concelho de Viana do Castelo, em situação ou risco de pobreza e exclusão social. O projeto implementa atividades promotoras de saúde mental, de modo a apoiar os destinatários a superarem a situação de vulnerabilidade em que se encontram. Com um período de execução de 12 meses, este projeto tem capacidade máxima para 36 utentes em ativo.

O acompanhamento realizado contempla uma intervenção de proximidade contínua, garantindo uma resposta de carácter regular, que vai ao encontro das necessidades identificadas pelos parceiros sociais.

De referir que, decorridos 4 meses do início do projeto, foi atingida a capacidade máxima, passando a verificar-se lista de espera para os pedidos rececionados.

Em termos de resultados do Projeto, após intervenção, destacam-se aspetos positivos como a integração no mercado de trabalho, melhoria de competências de trabalho e situação profissional, aumento da formação profissional, e ainda, a integração em respostas sociais adaptadas às suas necessidades.

Este projeto, apesar dos resultados supramencionados e dos pedidos de acompanhamento em lista de espera, tem o seu termo anunciado para novembro de 2024.

SAÚDE MENTAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Outro grupo especialmente vulnerável são as crianças e adolescentes, cuja saúde mental tem sido uma crescente preocupação em Viana do Castelo. A pandemia de COVID-19 agravou os problemas emocionais e comportamentais entre os jovens, resultando num aumento significativo dos casos de ansiedade, depressão e problemas comportamentais.

De acordo com o Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência da ULSAM, no Distrito de Viana do Castelo, em 2023, foram realizadas 1291 consultas, pelas duas médicas especialistas do Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência da ULSAM. Destas, 418 referem-se a crianças e adolescentes residentes no concelho de Viana do Castelo, 112 primeiras consultas e 306 consultas de acompanhamento. Dos jovens acompanhados, registam-se maioritariamente adolescentes do sexo masculino com queixas comportamentais, o que difere dos números apresentados acima onde é notório a prevalência de doença mental no sexo feminino.

Os dados fornecidos pela ULSAM demonstram que, a maioria das consultas de Psiquiatria da Infância e Adolescência, correspondem à USF Arquis Nova, atual UCSP Darque (14,6%), situada na freguesia de Darque.

Estes dados demonstram ainda que 42,7% das consultas realizadas pelo serviço são referentes às freguesias de Alvarães, Barrocelas e Carvoeiro, Castelo de Neiva, Chafé,

Darque, Geraz do Lima, Mazarefes e Vila Fria, Mujães, São Romão de Neiva, Subportela, Deocriste e Portela Susã, Vila de Punhe e Vila Franca.

Em julho de 2023, foi criada a Equipa Comunitária de Saúde Mental da Infância e Adolescência (ECSM-IA), do Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência, com início de atividade clínica a partir de setembro. Com sede no Hospital Santa Luzia, a equipa promove intervenção nos concelhos de Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Viana do Castelo. No concelho de Viana do Castelo não está contemplada a totalidade do território, sendo apenas abrangidas as freguesias do concelho acima referidas. Esta abrangência justifica-se pelo número de referenciações e de desempenho assistencial da consulta desta especialidade. A equipa da ULSAM tem verificado, no ano de 2024, um acréscimo de referenciações das freguesias acima assinaladas.

No que concerne à prevalência de patologias/condições clínicas acompanhadas, é de salientar que as situações com maior prevalência na faixa etária da 1ª e 2ª infância se centram ao nível dos atrasos globais de desenvolvimento associados a alterações de comportamento, perturbações regulatórias do processamento sensorial, atrasos de desenvolvimento de linguagem e perturbações do espectro do autismo.

Quanto à pré-adolescência e adolescência, destacam-se as perturbações de comportamento, nomeadamente perturbação de hiperatividade com défice de atenção (PHDA), alterações de comportamento no contexto de uma estruturação de perturbação de personalidade (cada vez mais prevalente na faixa etária da pré-adolescência) e jovens com queixas de sintomatologia ansiosa/depressiva, associadas a ideias de morte sem intenção suicida.

Em 2023, não houve lugar a internamentos no CMIN (Centro Materno-Infantil do Centro Hospitalar Universitário do Santo António). No entanto, é de referir que as patologias com necessidade de internamento agudo atual são as perturbações do comportamento alimentar (anorexia restritiva), perturbação obsessivo-compulsiva grave e surto psicótico. O acompanhamento eficaz em ambulatório para esta população tem sido essencial para evitar a necessidade de internamento agudo, dado o reduzido nº de camas disponíveis (10 camas) para toda a região norte.

A metodologia de intervenção da ECSM-IA prevê vários níveis, desde a promoção da literacia em saúde mental na infância e adolescência na comunidade geral, até à intervenção junto de grupos específicos e estratégicos (profissionais de saúde,

educação e social, famílias, crianças e adolescentes). Adicionalmente, a ECSM-IA pressupõe a intervenção ao nível da consultadoria a profissionais, por forma a definir estratégias colaborativas dirigidas a crianças/adolescentes que exibam sintomatologia psicopatológica e suas famílias. Prevê-se ainda, a um nível mais restrito, a intervenção individual comunitária, com vista à diminuição da sintomatologia psicopatológica.

ESTATUTO DO CUIDADOR INFORMAL

O Estatuto do Cuidador Informal, aprovado pela Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, regula os direitos e deveres do cuidador e da pessoa cuidada, estabelecendo as medidas de apoio.

Segundo o “Guia Prático do Estatuto do Cuidador Informal: Cuidador Informal Principal e Cuidador Informal Não Principal” do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), o cuidador informal pode ser cuidador informal principal ou cuidador informal não principal. Sendo que, o primeiro é o cuidador que acompanha e cuida permanentemente a pessoa cuidada, vive na mesma casa e que não auferir remuneração de trabalho ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada. O segundo, é quem acompanha e cuida de forma regular da pessoa cuidada, podendo auferir ou não remuneração de trabalho ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada.

Entende-se por pessoa cuidada “a pessoa titular de:

- complemento por dependência de 2.º grau ou;
- subsídio por assistência de terceira pessoa, ou;
- titular de complemento por dependência de 1.º grau, desde que se encontre, transitoriamente acamada, ou a necessitar de cuidados permanentes, mediante avaliação específica do sistema de verificação de incapacidades permanentes, da segurança social” (ISS, I.P., 2024, p.6).

Tabela 32 – Cuidadores informais com estatuto deferido e ativo em 2023, residentes no concelho de Viana do Castelo, por Tipo de Estatuto (Nº)

Tipo de Estatuto	Nº Cuidadores
Principal	116
Não principal	63
Total	179

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI)

Tabela 33 – Cuidadores informais com estatuto deferido e ativo em 2023, residentes no concelho de Viana do Castelo, por sexo (Nº)

Tipo de Estatuto	Nº Cuidadores
Feminino	161
Masculino	18
Total	179

Fonte: SESS/ECI

Tabela 34– Cuidadores informais com estatuto deferido e ativo em 2023, residentes no concelho de Viana do Castelo, por escalão etário (Nº)

Escalão etário	Nº Cuidadores
30 a 39 anos	4
40 a 49 anos	31
50 a 59 anos	76
60 a 65 anos	42
> 65 anos	26
Total	179

Fonte: SESS/ECI

Face à necessidade de desenvolver respostas que apoiem e capacitem os cuidadores, surge o Programa Municipal de Apoio aos Cuidadores Informais (PMACI), desenvolvido pelo Município de Viana do Castelo, que se centra na promoção da saúde psicológica e mental do cuidador informal, promovendo inclusivamente momentos de pausa na tarefa de cuidar ao cuidador informal principal e tem como principais objetivos:

- > capacitar continuamente o cuidador para a prestação de cuidados, promovendo a sua saúde mental e bem-estar psicológico;
- > facilitar o alívio da sobrecarga emocional e física do cuidador, promovendo o acesso a momentos e atividades de descanso, lazer e apoio;
- > envolver o cuidador numa rede de apoio integrada, aumentando a sua rede de suporte e potenciando o (re)equilíbrio do sistema familiar.

Decorreram também sessões de informação com cuidadores informais no sentido de apresentar o PMACI, avaliar as suas necessidades e recolher os seus contributos para a operacionalização das medidas.

Em suma, em 2023, foram implementadas as fases de diagnóstico, definição de objetivos e de planeamento do PMACI, tendo sido identificadas pelos parceiros 50 famílias com cuidadores informais para este Programa.

Ainda dentro da área da saúde, além do PMACI, importa descrever outros Projetos implementados pelo Município:

▶ **Unidade Móvel de Saúde de Viana do Castelo**

A Unidade Móvel de Saúde (UMS) disponibiliza cuidados de saúde adaptados às principais necessidades da população de cada freguesia, constituindo-se, não só como um ponto de rastreio e tratamento, como também de educação e promoção da saúde. Desloca-se às freguesias do concelho mediante um calendário previamente definido, nas quais tem um ponto de paragem fixo para atendimento da população. O atendimento é gratuito, não é necessário agendamento prévio e é efetuado por um Enfermeiro.

Foi criada em parceria pela Câmara Municipal de Viana do Castelo e o Centro Humanitário do Alto Minho – Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito do programa Saúde Mais Próxima, e visa reforçar a rede de cuidados de saúde de proximidade no concelho de Viana do Castelo.

Em maio de 2023, foi implementado na UMS o primeiro Balcão SNS 24 móvel em Portugal. O Balcão SNS 24 é um espaço físico para ajudar os cidadãos no acesso a serviços digitais e de telessaúde disponíveis no SNS. Trata-se de uma rede Nacional gerida pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), que confere um serviço de proximidade e confiança. São criadas condições para o atendimento com colaboradores habilitados com formação específica (denominados de Mediador Digital) para prestar apoio aos cidadãos, sobretudo os que possuem pouca literacia digital, que não têm acesso a equipamentos tecnológicos ou à internet.

Em 2023, realizaram-se 4.177 atendimentos em 22 freguesias do Concelho.

▶ **Projeto + Vida - Rede Municipal de Desfibrilhação Automática Externa (DAE)**

O projeto + Vida consiste na criação de uma Rede Municipal de Desfibrilhação Automática Externa que visa a colocação de 22 DAE's em Pavilhões Desportivos Municipais e Pavilhões Desportivos de Escolas Ensino Básico (EB) 2,3 e secundárias. O DAE semiautomático é fixado em cabine própria, em local de fácil acesso, com boa visibilidade e que possibilite aceder a qualquer espaço do edifício a menos de três minutos. A implementação deste projeto implica formar Operadores de DAE com a formação Suporte Básico de Vida e Desfibrilhação Automática Externa, que serão as

pessoas habilitadas e autorizadas a utilizar estes equipamentos. Cada DAE passa por um processo de licenciamento junto do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), entidade que regula o Plano Nacional de DAE.

Este projeto tem como objetivos: proporcionar meios à população que promovam a “Cadeia de Sobrevivência”; promover a desfibrilhação em tempo útil; implementar DAE’s em locais estratégicos do Concelho; formar Operadores de DAE (ODAE); informar a comunidade da existência de DAE’s no Concelho; sensibilizar a população para a correta ativação do socorro. Assume o compromisso de salvar vidas e melhorar a cadeia de sobrevivência no Concelho.

Em 2023, foram instalados 10 DAE’s e formados 104 ODAE, através de 21 formações de Suporte Básico de Vida – DAE.

► **Walk With a Doc Viana do Castelo**

Walk With a Doc Viana do Castelo integra o projeto internacional *Walk With a Doc* e advém da parceria entre a CMVC e a ULSAM– UCC Viana do Castelo.

Tem como objetivo facilitar o acesso à prática de atividade física, acompanhada por profissionais de saúde e técnicos de exercício físico e reduzir os efeitos na saúde do sedentarismo. Consiste num programa anual de caminhadas que se realizam no 1º sábado de cada mês, na presença de profissionais de saúde que prestam esclarecimentos sobre um tema de saúde escolhido para cada caminhada e de um técnico de exercício físico que é responsável pela preparação e recuperação física dos participantes. Estas caminhadas têm a extensão de 5km, com percursos sempre diferentes e acessíveis a toda a população. Incluem um momento para a medição e registo de indicadores de saúde (tensão arterial, frequência cardíaca, glicemia e saturação de oxigénio), opcional para os participantes, com vista à monitorização de indicadores, que permitem detetar precocemente valores alterados dos sinais vitais e obter informações do seu estado de saúde para adequar a prática de atividade física. Em 2023, realizaram-se nove caminhadas com 226 participações.

► **Programa Nacional Diabetes em Movimento**

Resulta de uma parceria entre o Município de Viana do Castelo e a ULSAM, coordenada pela DGS, através do Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física e do

Programa Nacional para a Diabetes. É um programa comunitário de exercício físico para pessoas com diabetes tipo 2, que assume como principais objetivos: aumentar os níveis de atividade física da população portuguesa com diabetes tipo 2, melhorar o controlo glicémico, diminuir o risco cardiovascular, melhorar a aptidão física e aumentar a qualidade de vida. Consiste em três sessões semanais, com a duração de 1h30min, dinamizadas por profissionais de exercício físico apoiados por enfermeiros, responsáveis por monitorizar sinais vitais e garantir que o participante se encontra apto para a prática de atividade física.

Integra a dinamização de sessões de educação para a saúde e atividades específicas no âmbito da comemoração de efemérides. A implementação local do Programa pressupõe a constituição do Polo de Viana do Castelo, pela CMVC e ULSAM, ficando estas entidades responsáveis por assegurar todos os recursos necessários à sua operacionalização. Os participantes são referenciados de acordo com os critérios definidos pela coordenação nacional do Programa, pelas equipas de saúde da USF Gil Eanes e USF Tiago de Almeida, unidades que integram a equipa do Projeto Piloto da Consulta do Doente Cardiovascular Complexo da ULSAM.

Em 2023, este programa abrangeu 34 utentes, em 38 sessões de exercício e três sessões de educação para a saúde.

► **Preparação Aquática para o Nascimento**

O Município de Viana do Castelo, em parceria com a ULSAM, promove aulas de preparação aquática para o nascimento, nas piscinas Municipais, dinamizadas pelas UCC de Barroselas e UCC de Viana do Castelo. Estas aulas, inseridas no Curso de Preparação para o Parto e Parentalidade, visam proporcionar à grávida/casal, o poder de decisão e autonomia por forma a adquirir maior segurança e ser elementos ativos no parto.

A participação é gratuita e cada sessão tem a duração de 45 a 60 minutos. O estabelecimento desta parceria em saúde teve como objetivo disponibilizar um programa de atividade gratuito para grupos de grávidas no concelho, com vista à promoção da saúde destes grupos.

Em 2023, na UCC de Viana do Castelo realizaram-se 21 aulas para 43 participantes, e na UCC de Barroselas, 25 aulas para 16 participantes.

► **Mais Saúde Melhor Infância – Projeto Piloto de Promoção da Comunicação Humana Palavras com Som - Projeto de Promoção da Comunicação Humana**

No ano letivo 2022/2023, de janeiro a julho, o projeto de Promoção da Comunicação Humana desenvolveu-se como projeto piloto denominado Mais Saúde Melhor Infância, com os seguintes objetivos de intervenção: detetar precocemente alterações que interfiram com o desenvolvimento da criança; promover o desenvolvimento adequado da Comunicação, da mastigação e da deglutição; prevenir dificuldades de aprendizagem; capacitar Educadores de Infância e Encarregados de Educação para conhecimentos sobre Comunicação Humana.

O projeto foi planeado em quatro fases: Fase 1 - Sessão de esclarecimento para Educadores de Infância; Fase 2 – Rastreio/Avaliação Informal através da participação em atividades da turma; Fase 3 – Intervenção – atividades de grupo programadas; Fase 4 – Ação de sensibilização para Educadores de Infância e Encarregados de Educação. Contudo, ao longo do ano letivo, verificou-se que a fase 4 deveria ser revista e implementada no início do ano letivo, tendo sido a sessão cancelada.

Todas as atividades foram programadas e efetuadas em grupo no contexto de sala de aula, privilegiando uma intervenção multinível. Em algumas situações específicas foram realizadas avaliações individuais que resultaram depois em intervenções em pequenos grupos. Foram, ainda realizadas reuniões com Encarregados de Educação e Educadores de Infância. No ano letivo 2023/2024, de outubro a dezembro, lançou-se o projeto Palavras com Som que assumiu os seguintes objetivos: detetar precocemente alterações que interfiram com o desenvolvimento da criança; promover o desenvolvimento adequado da comunicação, linguagem, fala, da mastigação e da deglutição; prevenir dificuldades de aprendizagem, potenciando competências meta fonológicas e sintáticas; promover momentos de partilha de conhecimento sobre comunicação humana com os Educadores de Infância e Encarregados de Educação. No ano letivo de 2024/2025, incluiu-se no projeto mais uma atividade de intervenção, uma sessão para encarregados de educação para apresentação do projeto e explicação da importância da consciência fonológica. Incluíram-se, ainda, três momentos de atividades de leitura e interpretação leitora de histórias com a finalidade de desenvolver

capacidades como a concentração, memória, raciocínio e compreensão, capacidades estas que estimulam a linguagem oral e ampliam a criatividade.

Em 2023/2024, este Projeto abrangeu 134 inscrições (crianças dos 5 aos 6 anos) em quatro jardins de infância.

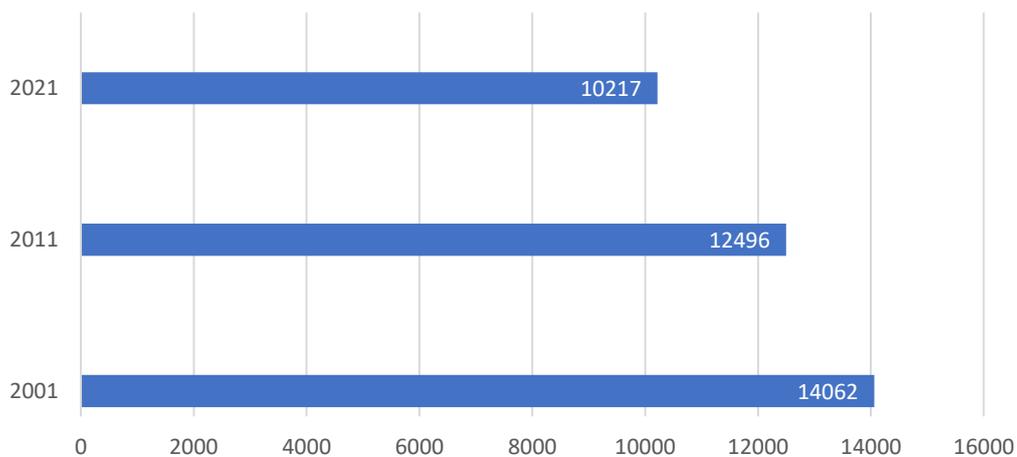
Em Síntese:

- ▶ Em agosto de 2024, as Unidades de Cuidados de Saúde Primários e as Unidades de Saúde Familiares do concelho de Viana do Castelo respondiam a um total de 91.056 utentes inscritos;
- ▶ Entre 2018 e 2023 registou-se um ligeiro decréscimo no número de partos no concelho;
- ▶ A taxa bruta de mortalidade aumentou na ULSAM, tendo em 2023 sido superior à registada a nível nacional;
- ▶ A taxa de natalidade tem registado uma tendência decrescente. No ano 2023 foi inferior à registada em Portugal;
- ▶ No concelho de Viana do Castelo, entre 2014/2018 e 2017/2021, a taxa quinquenal de mortalidade infantil diminuiu e a taxa de mortalidade neonatal aumentou;
- ▶ As principais causas de morte no concelho são devidas a doenças do aparelho circulatório e a tumores malignos;
- ▶ Tem-se registado um aumento de óbitos por transtornos mentais e comportamentais no concelho, o que também se observa a nível nacional e na Região Norte.

2.5 EDUCAÇÃO

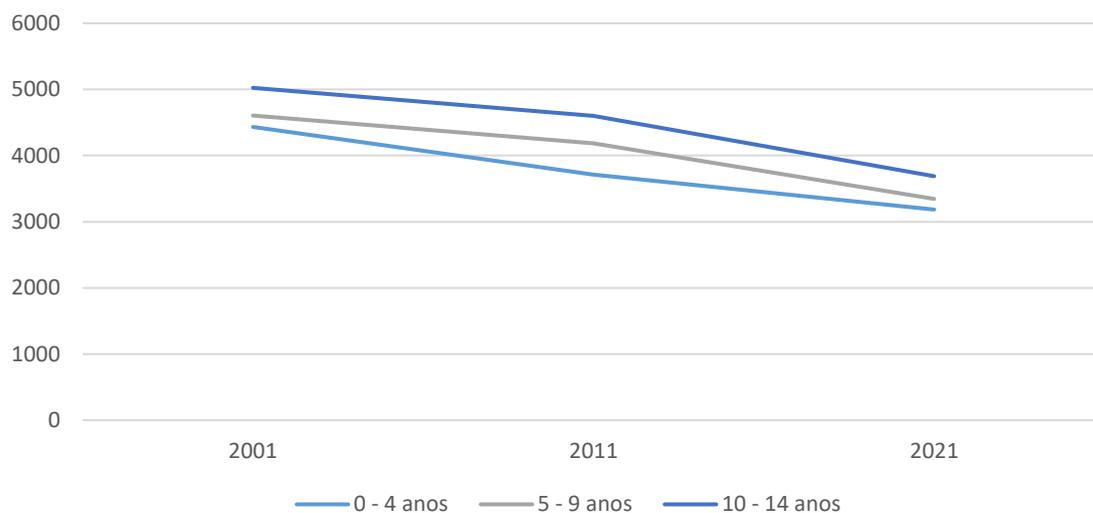
Segundo os Censos, em 2001, residiam cerca de 14.000 crianças e jovens no território, já em 2021, foi apurado que residiam cerca de 10.000 crianças e jovens até aos 15 anos de idade, o que significa que o número de crianças e jovens desta faixa etária, tem vindo a diminuir gradualmente em Viana do Castelo desde 2001.

Gráfico 15 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, nos anos de 2001, 2011 e 2021 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021

Gráfico 16 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2021 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021

Analisando a evolução da população residente com menos de 15 anos, nos últimos vinte anos, é possível verificar que se registou uma diminuição gradual do número de crianças dos três subgrupos etários. Entre os anos 2001 e 2011, a diferença foi mais acentuada no grupo etário 0-4 anos (menos 722 crianças), e entre os anos 2011 e 2021, embora permanecesse negativo o crescimento nos três grupos etários, destaca-se o grupo etário entre os 10 e 14 anos com menos 910 crianças.

Tabela 35 – Diferença de população residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário, entre os anos 2021-2011 e 2011-2021 (Nº)

	0 – 4 anos	5 – 9 anos	10 – 14 anos
2001 - 2011	722	418	426
2011 - 2021	527	842	910

Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021

De acordo com os dados dos Censos 2021, o maior número de residentes com idade inferior a 15 anos encontrava-se na UF de Viana do Castelo (representando esta 30,73% da população jovem do concelho). Ao nível da representatividade desta faixa etária no território de cada freguesia, verifica-se que são as freguesias de Chafé e Darque que têm uma maior percentagem de população jovem até aos 15 anos nos seus territórios (13,9% e 14,2%, respetivamente). No sentido inverso, encontram-se as freguesias de Amonde e Montaria com a percentagem de jovens até aos 15 anos mais baixa, 7,4% e 6,9% respetivamente.

Tabela 36 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com menos de 15 anos de idade, por freguesia (N.º e %) (2021)

Território	Total (n.º)	%
Viana do Castelo (concelho)	10217	11,9
Afife	134	8,8
Alvarães	303	12,3
Amonde	17	7,4
Areosa	554	11,8
Carreço	177	10,2
Castelo do Neiva	303	11,1
Chafé	479	13,9
Darque	1134	14,2
Freixieiro de Soutelo	46	9,9
Lanheses	171	11,3
Montaria	31	6,9
Mujães	162	11,4
Neiva	111	10,6
Outeiro	108	10,2
Perre	317	11,4
Santa Marta de Portuzelo	510	13,1
UF Barroselas e Carvoeiro	539	11,5
UF Cardielos e Serreleis	235	10,9
UF Geraz Lima e Deão	336	11,0
UF Mazarefes e Vila Fria	279	11,2
UF Nogueira, Meixedo e Vilar Murteda	154	10,7
UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	221	9,8
UF Torre e Vila Mou	113	10,3
UF Viana Castelo	3140	12,5
Vila Franca	195	11,6
Vila Nova de Anha	242	10,7
Vila Punhe	206	10,0

Fonte: INE, Censos 2021

O concelho de Viana do Castelo registou, desde o ano 2011 até 2018, valores do Índice de Dependência de Jovens inferiores aos obtidos a nível nacional e regional, sendo o quarto município da Região do Alto Minho com valores mais elevados.

No ano de 2023, esses valores sofreram uma alteração, sendo que o concelho de Viana do Castelo ultrapassou o valor obtido a nível regional.

Tabela 37 – Índice de dependência de jovens¹³ dos municípios da Região do Alto Minho (2011, 2014, 2018, 2023) (Nº)

Território	2011	2014	2018	2023
Portugal	22,8	22,1	21,2	20,3
Norte	22,1	20,9	19,7	18,8
Alto Minho	20,6	19,8	19,2	18,3
Arcos de Valdevez	19,6	18,9	17,8	16,8
Caminha	18,6	18,6	18,6	18,5
Melgaço	16,8	16,3	15,0	15,2
Monção	17,3	17,2	17,6	17,3
Paredes de Coura	20,2	20,0	19,8	17,6
Ponte da Barca	20,8	19,4	18,8	17,5
Ponte de Lima	23,3	21,8	19,8	18,0
Valença	20,1	19,9	20,1	19,9
Viana do Castelo	21,0	20,1	19,7	19,2
Vila Nova de Cerveira	20,8	20,5	19,4	17,9

Fonte: INE

Comparativamente com os restantes concelhos da Região do Alto Minho, Viana do Castelo é o oitavo concelho com maior taxa bruta de pré-escolarização - 102,6% (inferior à registada a nível nacional e na Região do Alto Minho).

¹³ **Índice de Dependência de Jovens:** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

Tabela 38 – Indicadores de educação público e privado (2021/2022) (%)

Território	Taxa bruta de pré-escola. ¹⁴	Taxa bruta de escolarização ¹⁵		Taxa de retenção e desistência no ensino básico ¹⁶				Taxa de transição/conclusão (Ensino Secundário)
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	
Portugal	98,3	110,3	127,5	3,0	1,7	3,2	4,4	88,6
Região Norte	98,6	108,2	126,4	1,7	0,9	1,6	2,7	91,7
Região do Alto Minho	104,6	107,9	138,0	1,0	0,7	0,9	1,5	100,0
Arcos de Valdevez	109,7	106,4	126,2	0,3	0,2	0	0,6	96,0
Caminha	112,3	102,4	113,8	1,2	1,2	0,4	1,6	92,6
Melgaço	111,7	109,0	134,1	1,1	1,2	0	1,8	100,0
Monção	114,8	113,7	143,1	0,7	1,0	1,0	0,2	99,8
Paredes de Coura	96,1	98,2	111,1	1,8	1,7	1,5	2,2	88,1
Ponte da Barca	92,9	111,2	158,7	0,4	0,3	0	0,7	100,0
Ponte de Lima	104,1	104,1	125,6	0,0	0	0	0,1	98,8
Valença	99,4	98,1	83,6	3,2	2,6	3,9	3,7	62,8
Viana do Castelo	102,6	111,5	164,3	1,3	0,7	1,2	2,0	100,0
Vila Nova de Cerveira	115,5	112,3	78,6	1,4	0	1,3	2,8	72,6

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

Atualmente, no concelho de Viana do Castelo, do 1º ciclo de escolaridade até ao secundário, existem 67 escolas integradas em 7 agrupamentos escolares (Monte da Ola, Barroelas, Abelheira, Arga e Lima, Pintor José de Brito, Santa Maria Maior e

¹⁴ **Taxa bruta de pré-escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (entre os 3 e os 5 anos) (DGEEC).

¹⁵ **Taxa bruta de escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (DGEEC).

¹⁶ **Taxa de retenção e desistência:** Relação percentual entre o número de alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade e o número de alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo (DGEEC).

Monsserrate). Para além das mencionadas, existem ainda a Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo, a Escola Profissional de Música de Viana do Castelo e a ETAP – Escola Profissional - Viana do Castelo.

Tabela 39 – Número de alunos inscritos nos Jardins de Infância, no ano letivo 2024/25, por agrupamento e escola (Nº)

Agrupamentos	Jardins de Infância	Nº alunos
Abelheira	J.I. Abelheira	94
	J.I. Meadela	126
	Total	220
Monsserrate	J.I. Meio - Areosa	32
	J.I. Montedor - Carreço	43
	J.I. Monsserrate - V.Castelo	86
	Total	161
Arga e Lima	J.I. Centro Escolar Lanheses	63
	J.I. Gandara - Sta. Maria	47
	J.I. Igreja - Torre	25
	Total	135
Barroselas	J.I. Centro Escolar Barroselas	20
	J.I. Carvalhos - Carvoeiro	28
	J.I. Centro Escolar Mujães	43
	Total	91
Monte da Ola	J.I. Zaida Garcez - Darque	18
	J.I. Cabedelo - Darque	44
	J.I. Sra. Oliveira - Darque	83
	J.I. Subportela	15
	J.I. Vila Franca	48
	J.I. Foz do Neiva	64
	J.I. Mazarefes	40
	J.I. Alvarães	41
	J.I. Vila Nova Anha	71
	Total	424
Pintor José de Brito	J.I. Igreja - Cardielos	23
	J.I. Portuzelo - Meadela	21
	J.I. Igreja - Nogueira	21
	J.I. Igreja - Outeiro	25
	J.I. Centro Escolar Santa Marta	26
	Total	116
	Total geral	1147

Fonte: CMVC

No presente ano letivo (2024/2025), foram inscritas 1.147 crianças em Jardim de Infância, sendo que o agrupamento de Monte de Ola se destaca com o maior número de inscrições (424) e com menor número de inscrições o agrupamento de Barroselas.

Tabela 40 – Número de alunos inscritos nas escolas de 1º ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2024/25, por agrupamento e escola (Nº)

Agrupamentos	Escolas	Nº alunos
Abelheira	EB1 Calvário - Meadela	91
	EB1 Igreja - Meadela	195
	EB1 Abelheira - V.Castelo	213
	Total	499
Monserrate	EB1 Meio - Areosa	79
	EB1 Montedor - Carreço	71
	EB1 Avenida - V.Castelo	171
	EB1 Monserrate - V.Castelo	169
	EB1 Breia de Cima - Afife	32
	Total	522
Arga e Lima	EB1 Laboreira - Deão	25
	EB Centro Escolar Lanheses	110
	EB1 Carv.Vinha - Sta.Leocádia	51
	EB1 Igreja - Torre	33
	Total	219
Barroselas	EB Centro Escolar Barroselas	159
	EB1 Carvalhos - Carvoeiro	29
	EB Centro Escolar Mujães	85
	EB1 Milhões - Vila de Punhe	72
	Total	345
Monte da Ola	EB1 Zaida Garcês	54
	EB1 Cabedelo	88
	EB1 Sra.Oliveiras - Darque	135
	EB1 Cortegaça - Subportela	31
	EB1 Calvário - Vila Franca	72
	EBI Castelo do Neiva	152
	EB1 Igreja - Chafé	85
	EB1 Santana - Neiva	82
	EB1 Monte - Mazarefes	89
	CE Alvarães	64
	EB1 Cruzeiro - Vila Nova Anha	98
	Total	950
Santa Maria Maior	EB1 Carmo nº1 - V.Castelo	188
	Total	188
Pinto José de Brito	CE Santa Marta de Portuzelo	141
	EB1 Portuzelo, Meadela	44
	CE Perre	97
	EB1 Cardielos	32
	EB1 Nogueira	20
	EB1 Outeiro	23
	Total	357
	Total geral	3080

Fonte: CMVC

No que concerne ao 1º ciclo do EB, Viana do Castelo conta com um total de 3080 crianças inscritas para o ano letivo de 2024/2025. O agrupamento detentor de mais equipamentos escolares é o de Monte da Ola e, por consequente, o que conta com mais inscrições de alunos (950). Já o agrupamento de Santa Maria Maior, uma vez que apenas possui um equipamento escolar, é o agrupamento que detém menor grupo de inscrições (188).

Tabela 41 – Número de alunos inscritos no 2º ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2024/25, por agrupamento (Nº)

Agrupamentos	Nº alunos
Abelheira	309
Monserrate	170
Arga e Lima	112
Barroselas	154
Monte da Ola	321
Santa Maria Maior	312
Pintor José de Brito	146
Total	1524

Fonte: CMVC

Relativamente ao 2º ciclo do EB, existe uma distribuição equilibrada de alunos inscritos nos agrupamentos da Abelheira, Monte da Ola e Santa Maria Maior; contudo, destaca-se o agrupamento de Arga e Lima com menor número de inscritos (112).

Tabela 42 – Número de alunos inscritos no 3º ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2024/25, por agrupamento (Nº)

Agrupamentos	Nº alunos
Abelheira	409
Monserrate	301
Arga e Lima	180
Barroselas	255
Monte da Ola	49
Santa Maria Maior	442
Pintor José de Brito	261
Total	1897

Fonte: CMVC

Quanto ao 3º ciclo do EB, os agrupamentos de escolas de Viana do Castelo contabilizam 1.897 alunos inscritos. Os agrupamentos da Abelheira e Santa Maria Maior são os detentores do maior número de alunos inscritos (409 e 442, respetivamente).

Contrariamente ao observado nos outros ciclos do EB, o agrupamento de Monte da Ola é o que se destaca com o menor número de alunos, nomeadamente 49 crianças/jovens inscritas no 3º ciclo.

Tabela 43 – Número de alunos inscritos no Secundário, Curso Científico-Humanístico, no ano letivo 2024/25, por agrupamento (Nº)

Agrupamentos	Nº alunos
Abelheira	n/a
Monserrate	551
Arga e Lima	131
Barroselas	92
Monte da Ola	49
Santa Maria Maior	805
Pintor José de Brito	160
Total	1788

Fonte: CMVC

Considerando o ensino secundário são contabilizados 1.788 alunos inscritos para o ano letivo 2024/2025. O agrupamento com mais alunos inscritos é o de Santa Maria Maior com 805 alunos, enquanto o agrupamento com menor número de inscritos é o de Monte da Ola com 49 alunos. Importa referir que o agrupamento da Abelheira não detém resposta para ensino secundário.

Tabela 44 – Número de alunos inscritos no Secundário, Curso Profissional, ano letivo 2024/25, por agrupamento (Nº)

Agrupamentos	Nº alunos
Abelheira	n/a
Monserrate	599
Arga e Lima	72
Barroselas	NA
Monte da Ola	6
Santa Maria Maior	207
Pintor José de Brito	n/a
Total	884

Fonte: CMVC

Respeitante ao ensino secundário profissional, no universo dos agrupamentos de Viana do Castelo, três destes não dispõem de respostas para este nível educativo, nomeadamente o agrupamento da Abelheira, Barroselas e Pintor José de Brito. Deste modo, existe uma maior concentração de alunos nos agrupamentos restantes,

destacando-se Monserrate com 599 jovens inscritos para o ano letivo de 2024/2025. O agrupamento de Santa Maria Maior também dá resposta a um número considerável de alunos (207), sendo que Arga e Lima e Monte da Ola são os agrupamentos com o menor número de alunos inscritos (72 e 6, respetivamente).

A nível de ensino superior, o concelho conta com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Educação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão e Escola Superior de Saúde de Viana do Castelo.

Relativo ao número de alunos inscritos, os dados mais recentes da DGEEC datam do ano letivo 2022/23, contabilizando-se 3.174 alunos.

Passando à temática do abandono escolar, os dados mais atualizados referem-se ao ano letivo de 2021/2022. No que se refere ao abandono escolar no ensino básico, Viana do Castelo apresentava em 2021/22 uma taxa de 1,3%, sendo esta inferior à registada a nível nacional (3%), contudo ligeiramente superior ao nível da Região do Alto Minho (1%).

Tabela 45 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico e secundário (2021/22) (%)

Território	Taxa de Abandono Escolar Ensino básico	Taxa de Abandono Escolar Ensino secundário
Portugal	3,00	8,40
Região Norte	1,70	5,60
Região do Alto Minho	1,00	4,70
Viana do Castelo (concelho)	1,30	4,50

Fonte: DGEEC

O concelho de Viana do Castelo, ao nível da educação regista, em 2021/22, uma taxa bruta pré-escolarização e de escolarização elevada no EB e no ensino secundário, superior a 100%, pelo que se depreende que a população em idade pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos de idade) e escolar do ensino básico e do ensino secundário (1º ao 12º ano) está a frequentar a escola.

Tabela 46 – Taxa de retenção ou desistência por Agrupamento de Escolas do concelho de Viana do Castelo, no ano letivo 2021/22 (%)

Agrupamento de Escolas	Taxa de retenção (%)			
	1ºCEB	2ºCEB	3ºCEB	Secundário Curso Científico- Humanístico
Abelheira	7%	1%	7%	NA
Arga e Lima	0%	5%	0%	0%
Barroselas	1%	0%	3%	16%
Monsserrate	2%	5%	19%	13%
Pintor José de Brito	5%	2%	0%	15%
Santa Maria Maior	4%	2%	5%	10%
Monte da Ola	2%	13%	22%	8%

Fonte: Infoescolas

Os dados relativos ao ano letivo 2021/22, permitem concluir que a taxa de retenção é baixa. A taxa de retenção mais elevada foi registada no Agrupamento de Escolas de Abelheira (7%) no 1º ciclo; Monte da Ola (13%) no 2º ciclo e (22%) no 3º ciclo; e Barroselas (16%) no Ensino Secundário.

Tabela 47 – População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (2021) (N.º)

Território	Total	Homens	Mulheres
Portugal	292809	94416	198393
Norte	99939	31531	68408
Região do Alto Minho	8544	2317	6227
Arcos de Valdevez	1423	359	1064
Caminha	393	96	297
Melgaço	429	112	317
Monção	789	187	602
Paredes de Coura	504	132	372
Ponte da Barca	621	182	439
Ponte de Lima	1726	479	1247
Valença	375	116	259
Viana do Castelo	2015	581	1434
Vila Nova de Cerveira	269	73	196

Fonte: INE, Censos 2021

Em relação à população analfabeta residente com 10 ou mais anos, o concelho de Viana do Castelo apresentava, no ano 2021, um total de 2015 residentes nesta circunstância, sendo 581 do sexo masculino e 1.434 do sexo feminino.

Relativamente à educação não formal, em Viana do Castelo, existe o Projeto “Rua a Brincar”, dinamizado pelo Município de Viana do Castelo e direcionado a crianças e jovens dos 0 aos 16 anos, que consiste num projeto que promove a brincadeira ao ar livre, recorrendo a diferentes tipos de materiais e sem recurso ao uso de tecnologias digitais.

Os objetivos principais do projeto são: promover o ato de brincar ao ar livre; disponibilizar diferentes tipos de materiais; promover o envolvimento comunitário; promover a interação social das crianças com os seus pares e família, sensibilizar a população para a importante necessidade que a criança tem em usufruir de tempo livre para brincar, de forma a promover o seu desenvolvimento global (desenvolvimento físico, cognitivo e intelectual, social, emocional e simbólico).

Este projeto consiste na realização de: i) sessões semanais que acontecem, de segunda a quinta feira, em 4 áreas habitacionais de Viana do Castelo, duas horas por dia, com horário diferenciado no período de verão e de inverno; ii) atividade “*Playday Família*”, que ocorre no último domingo de cada mês, no período da manhã, no Jardim da Marina, espaço com uma localização central na cidade.

Esta atividade visa promover momentos de brincadeira a todas as famílias que queiram participar, criando experiências únicas no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. As atividades decorreram em todos os meses do ano, exceto no mês de agosto.

Em 2023, decorreram 138 sessões semanais e 11 sessões “*Playday Família*”, num total de 3.883 participações.

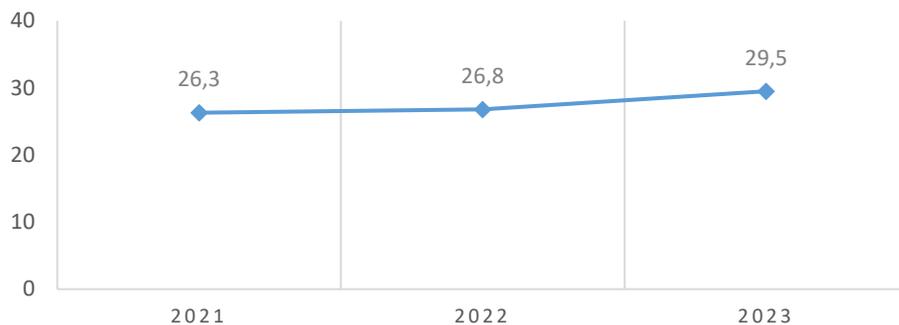
Em Síntese:

- ▶ Desde 2001 que o número de crianças e jovens tem vindo a diminuir, sendo que no ano de 2021 se registou o menor número de crianças e jovens com menos de 15 anos, no concelho (10.217);
- ▶ A diminuição do número de crianças e jovens é observada nos diferentes subgrupos etários (0-4 anos, 5-9 anos e 10-14 anos);
- ▶ Em 2021, a população com menos de 15 anos residente no concelho de Viana do Castelo representava 11,9% da população residente no concelho;
- ▶ Em 2023, Viana do Castelo registou um Índice de Dependência de Jovens com o número de 19,2, o qual é inferior ao registado a nível nacional (20,3);
- ▶ Existem no concelho de Viana do Castelo 67 escolas integradas em 7 agrupamentos escolares, a Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo, a Escola Profissional de Música de Viana do Castelo e a ETAP – Escola Profissional - Viana do Castelo;
- ▶ Em 2021/22, comparativamente com os restantes concelhos da Região do Alto Minho, Viana do Castelo constituía-se o oitavo concelho com maior taxa bruta de pré-escolarização (102,6%, inferior à registada a nível nacional e na Região do Alto Minho, 104,6%);
- ▶ O concelho de Viana do Castelo regista o valor mais elevado na Região Norte e a nível nacional (91,7% e 88,6%, respetivamente) no que se refere à taxa de alunos que concluem o Ensino Secundário.

2.6 CRIMINALIDADE

A taxa de criminalidade¹⁷ em Viana do Castelo tem vindo a registar um ligeiro aumento: em 2023, o concelho apresentava uma taxa de criminalidade de 29,5%, enquanto em 2021 correspondia a 26,3%.

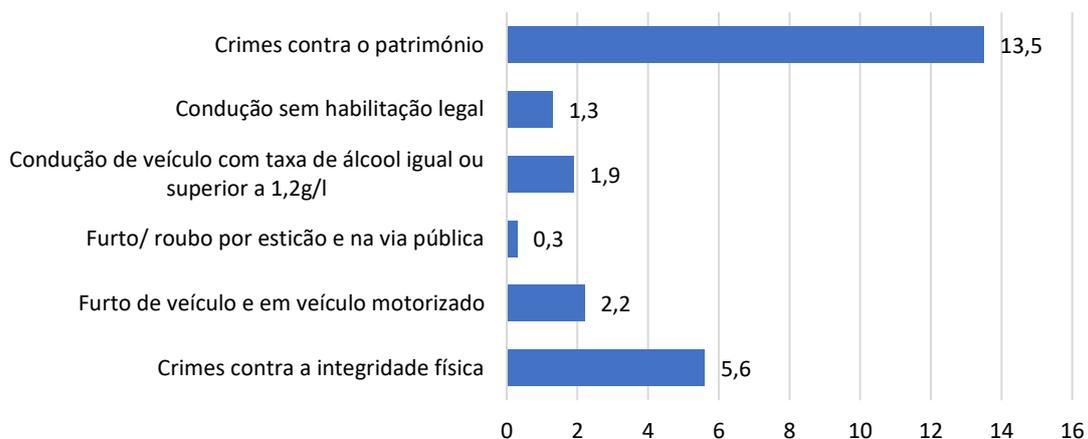
Gráfico 17 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Viana do Castelo entre 2021 e 2023 (‰)



Fonte: INE

Relativamente à categoria de crime, os crimes contra o património são os mais registados (13,5‰), seguindo-se os crimes contra a integridade física (5,6‰). Por sua vez, os furtos e roubos por esticção na via pública, apresentam um valor residual.

Gráfico 18 – Taxa de criminalidade no concelho de Viana do Castelo por categoria de crime em 2023 (‰)



Fonte: INE

¹⁷ **Taxa de criminalidade:** Relação entre o número de crimes e a população residente (INE)

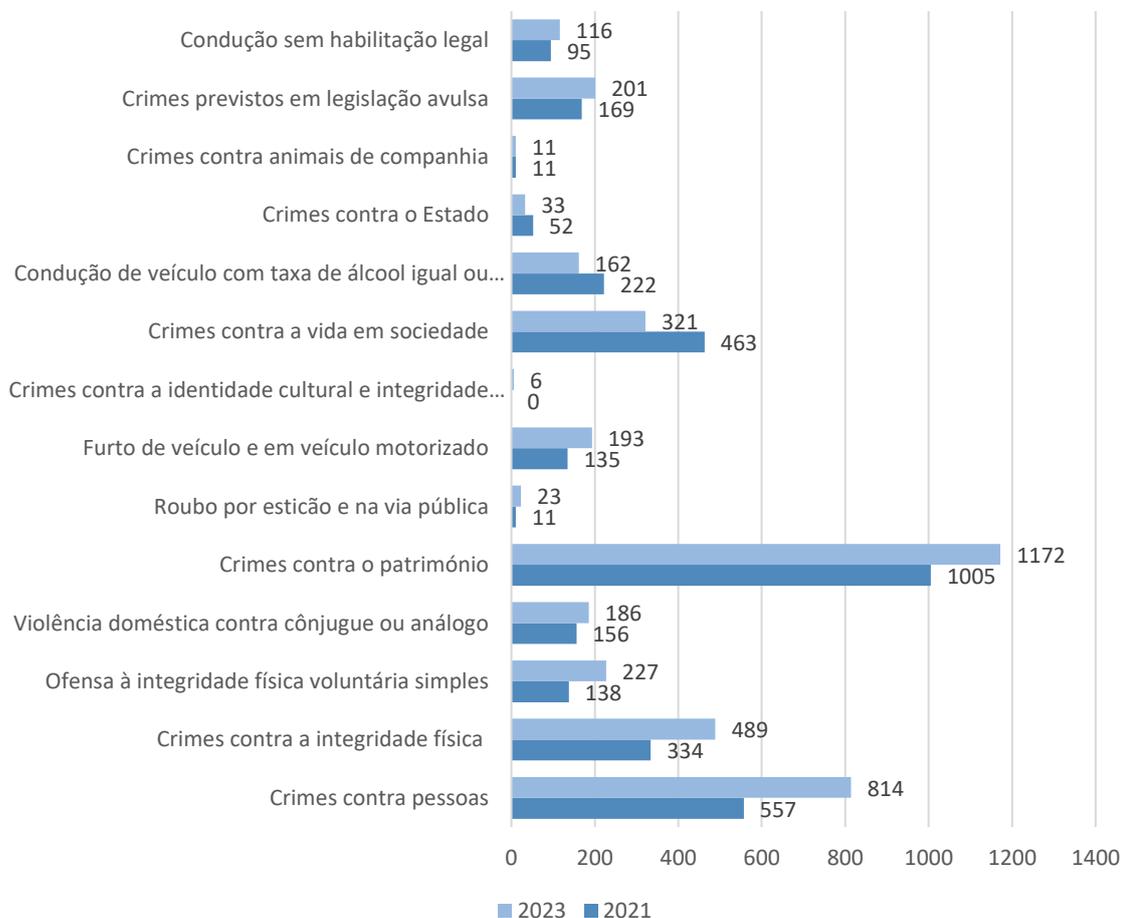
Em 2023, foram registados pelas autoridades 2558 crimes, tendo-se verificado que a maioria foi contra o património (1.172), seguindo-se os crimes contra pessoas (814) e os crimes contra a integridade física (489).

Analisando os dados disponíveis entre 2021 e 2023, pode-se verificar uma diminuição de crimes registados contra o Estado, de condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l e ainda contra a vida em sociedade.

Por outro lado, aumentaram os crimes de condução sem habilitação legal, crimes previstos em legislação avulsa, furto de veículo em veículo motorizado, roubo por esticção e na via pública, crimes contra o património, violência doméstica contra cônjuge ou análogo, ofensa à integridade física voluntária simples, crimes contra a integridade física e, com aumento mais representativo, crimes contra pessoas.

Os crimes contra animais de companhia mantiveram o mesmo valor.

Gráfico 19 – Crimes registados pelas autoridades no concelho de Viana do Castelo, por categoria de crime, entre 2013 e 2023 (%)



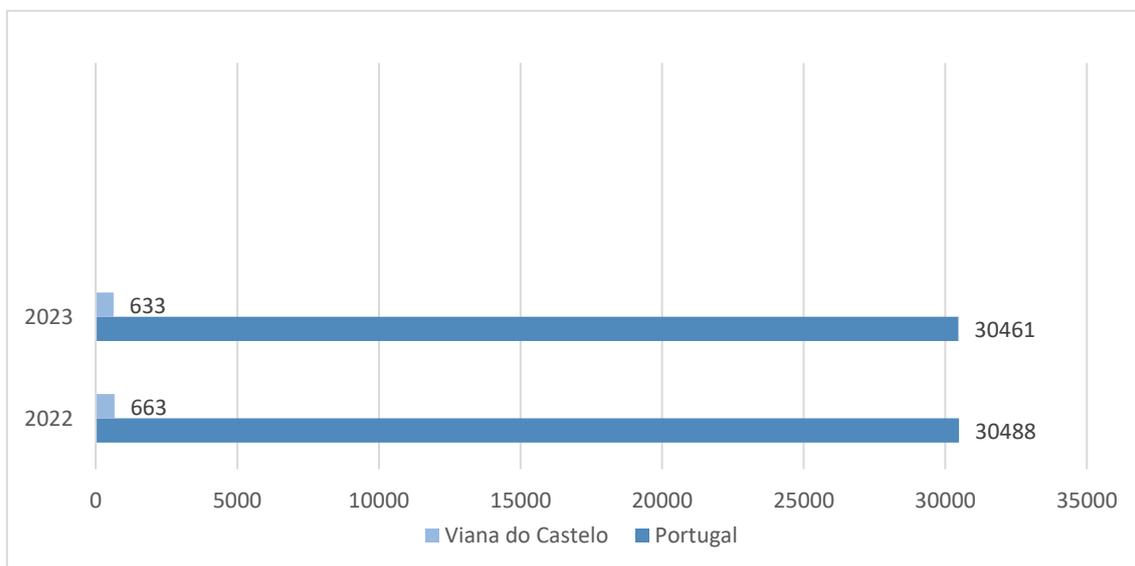
Fonte: INE

Dentro da criminalidade, importa destacar o crime por violência doméstica por se tratar de um problema que tem vindo a ser amplamente reconhecido e abordado, mas os dados ainda revelam uma realidade alarmante. A violência doméstica (VD) não só compromete a segurança e o bem-estar das vítimas, mas também tem um impacto negativo na comunidade como um todo, perpetuando ciclos de violência e vulnerabilidade.

Em 2023, Portugal registou 30.461 participações de VD, o que representa uma ligeira diminuição de casos face ao ano transato (30.488, - 0,1%). No mesmo ano, em Viana do Castelo, o registo de participações era de 633 casos, número menor em relação ao ano anterior de 2022 com 663 participações (- 4,5%).

Contudo, embora a ligeira diminuição do número de casos, o número de sinalizações à Comissão de Proteção de Jovens e Crianças (CPCJ) por exposição a comportamentos de violência doméstica, continua a ser expressivo, conforme se verificará em capítulo próprio.

Gráfico 20 – Número de participações de violência doméstica em Portugal e Viana do Castelo, em 2022 e 2023.



Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna (IASI)

Em Síntese:

- ▶ A taxa de criminalidade no concelho de Viana do Castelo teve um aumento residual desde 2021;
- ▶ Os crimes mais frequentes no concelho, em 2023, foram contra o património (45,81%), contra as pessoas (31,82%) e crimes contra a integridade física (19,11%);
- ▶ O número de participações de VD em Portugal, no ano de 2023, foi de 30.461 casos;
- ▶ Viana do Castelo obteve uma ligeira diminuição no número de crimes de VD de 2022 para 2023 (-4,5%).

3.

Pessoas em situação de vulnerabilidade social



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

3. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A vulnerabilidade social caracteriza-se por uma condição de fragilidade dos indivíduos ou grupos no seu contexto socioeconómico. A vulnerabilidade social está diretamente relacionada com processos de exclusão social, discriminação, pobreza, violação de direitos, como resultado de diversos fatores: educacionais, habitacionais, localização geográfica, condições de saúde, situação face ao emprego, desestruturação familiar, comportamentos aditivos, rede de suporte, entre outros fatores determinantes no percurso de vida dos indivíduos.

A ausência ou insuficiência de recursos materiais/imateriais coloca as pessoas numa condição desfavorável no que respeita à sua capacidade de responder às adversidades, uma vez que se encontram desprovidos, muitas vezes, de estratégias e aptidões específicas. Visando o desenvolvimento das competências pessoais, sociais e familiares, as várias entidades que trabalham com os indivíduos/grupos em situação de vulnerabilidade, promovem a autonomização e integração social.

O presente capítulo visa, assim, a identificação dos indicadores e dimensões referentes à realidade e vulnerabilidade social no concelho de Viana do Castelo, destacando as principais dinâmicas que afetam indivíduos e grupos em situação de fragilidade socioeconómica. Serão analisados os fatores específicos que contribuem para a exclusão social, bem como será abordada a situação de grupos particularmente vulneráveis, como as famílias, as crianças e jovens em perigo, os idosos, as pessoas com deficiência e/ou incapacidade, minorias, migrantes e outros grupos, como as vítimas de violência doméstica, pessoas com comportamentos aditivos e dependências e pessoas portadoras de VIH.

3.1 FAMÍLIAS

No subcapítulo "Famílias", serão analisados os apoios oferecidos às famílias em contextos de fragilidade socioeconómica. Inicialmente, discutem-se as prestações sociais, como subsídios de desemprego, pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, que constituem uma importante rede de proteção. Em seguida, aborda-se a ação social, que abrange outros apoios essenciais, como a distribuição de alimentos, medicamentos e roupas, prestados por diversas entidades públicas e privadas, visando minimizar os impactos da pobreza nas famílias.

3.1.1 PRESTAÇÕES SOCIAIS

As prestações sociais são medidas de proteção social, que assentam em benefícios/apoios pecuniários, dirigidas a pessoas ou famílias que careçam de apoio em determinada área ou momento de vida.

Estas prestações baseiam-se nos princípios gerais de igualdade, universalidade, equidade e inserção social, promovendo a acessibilidade a todos os cidadãos relativamente aos direitos básicos de subsistência. Pretendem, assim, mitigar as dificuldades socioeconómicas de famílias e indivíduos, em situação de desemprego, doença/incapacidade, maternidade ou velhice.

Comparativamente com os concelhos que integram a Região do Alto Minho, o concelho de Viana do Castelo apresenta valores médios anuais das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência mais elevados. O valor médio anual da pensão de invalidez em Viana do Castelo é superior ao registado na Região Norte e na Região do Alto Minho. Os valores médios anuais das pensões de velhice e de sobrevivência no concelho encontram-se abaixo dos valores registados a nível nacional e na Região Norte, mas acima dos valores registados na Região do Alto Minho.

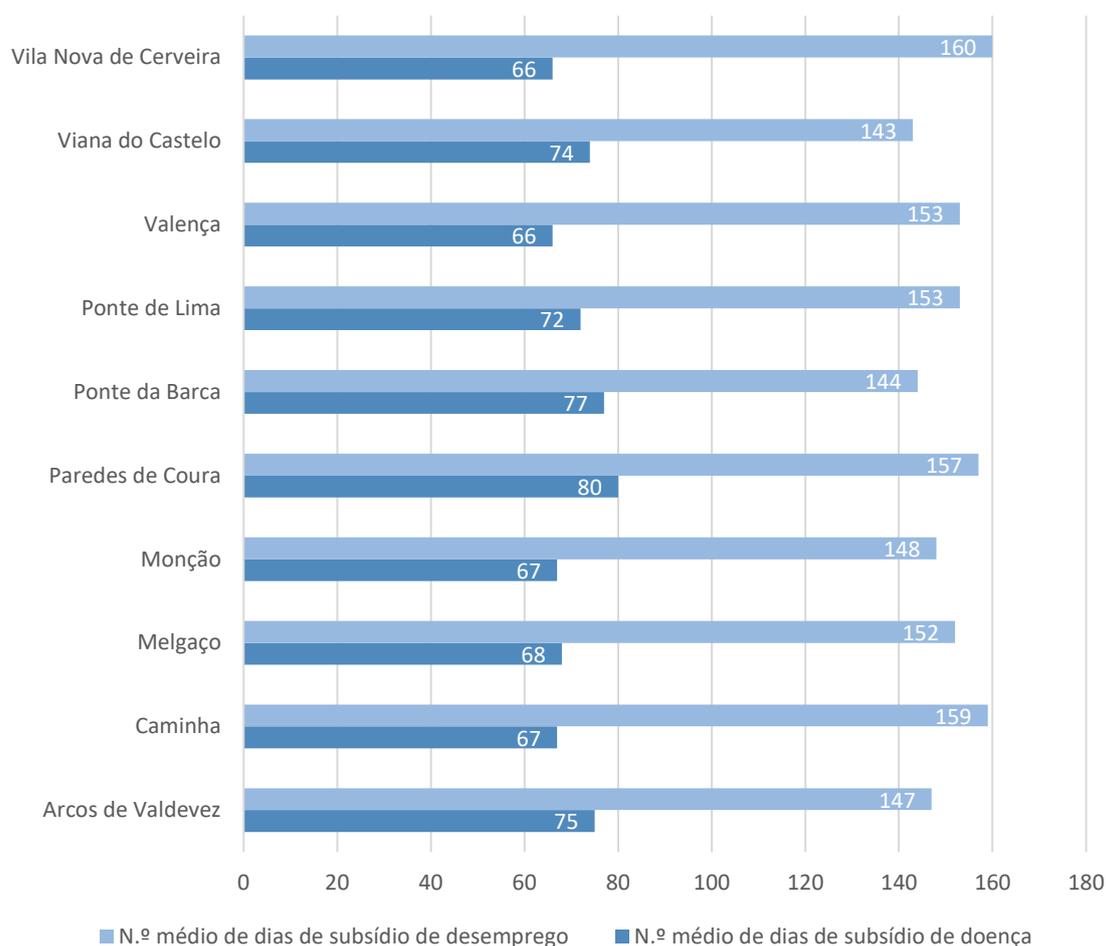
Tabela 48 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2022) (€)

Território	Valor médio anual das pensões			Valor médio de subsídios de desemprego	Valor médio de subsídios de doença
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência		
Portugal	5865	7123	3650	3181	1070
Região Norte	5414	6583	3402	3208	988
Região do Alto Minho	5067	5401	2906	2675	1305
Arcos de Valdevez	4523	4344	2557	2586	1254
Caminha	4910	5840	3038	2825	1314
Melgaço	4068	4220	2462	2750	1060
Monção	4479	4549	2567	2559	1080
Paredes de Coura	4691	4731	2639	2624	1391
Ponte da Barca	4418	4685	2758	2492	1245
Ponte de Lima	5028	5188	2722	2571	1224
Valença	4627	5020	2721	2682	1173
Viana do Castelo	5682	6265	3298	2718	1437
Vila Nova de Cerveira	4671	5163	2873	2808	1175

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

No que se refere à duração do subsídio de desemprego, o número médio de dias, no concelho de Viana do Castelo (143) é inferior à média nacional e da Região do Alto Minho (172 e 149, respetivamente). Pelo contrário, o número médio de dias de subsídio de doença é superior à média nacional (média de 54).

Gráfico 21 – N.º médio de dias das prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2022) (N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

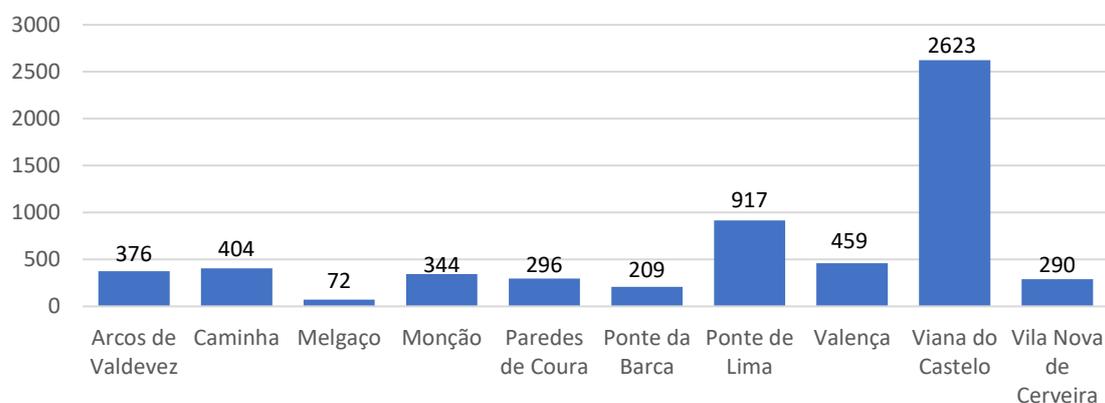
Analisando o número de pensionistas, residentes no concelho, que beneficiam de pensões de velhice, verifica-se que o mesmo é superior ao número de pensionistas de sobrevivência e de invalidez. Comparativamente com os outros concelhos da Região do Alto Minho, Viana do Castelo é o concelho com o maior número de pensionistas, por invalidez, por velhice e por sobrevivência.

Tabela 49 – Pensionistas da Segurança Social, segundo o tipo de pensão (2022) (N.º)

Território	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.
Região do Alto Minho	74294	70655	4862	4667	51175	48896	18257	17092
Arcos de Valdevez	7558	7153	455	439	5137	4880	1966	1894
Caminha	5416	5184	291	284	3811	3663	1314	1237
Melgaço	2390	2242	122	113	1750	1652	518	477
Monção	6045	5721	287	272	4213	4004	1545	1445
Paredes de Coura	2868	2706	226	218	1947	1844	695	644
Ponte da Barca	3854	3678	303	298	2567	2457	984	923
Ponte de Lima	12735	12064	1082	1036	8494	8084	3159	2944
Valença	4172	3933	219	208	2822	2683	1131	1042
Viana do Castelo	26331	25186	1729	1662	18441	17721	6161	5803
Vila Nova de Cerveira	2925	2788	148	137	1993	1908	784	743

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

Relativamente ao subsídio de desemprego e quando comparado com os restantes municípios da Região do Alto Minho, no ano 2022, o concelho de Viana do Castelo destaca-se por ser o que apresenta maior número de beneficiários.

Gráfico 22 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, por concelho da Região do Alto Minho (2022) (N.º)

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

Analisando os dados por sexo, verifica-se que o concelho de Viana do Castelo tem um maior número de beneficiários de subsídio de desemprego do sexo masculino do que do sexo feminino.

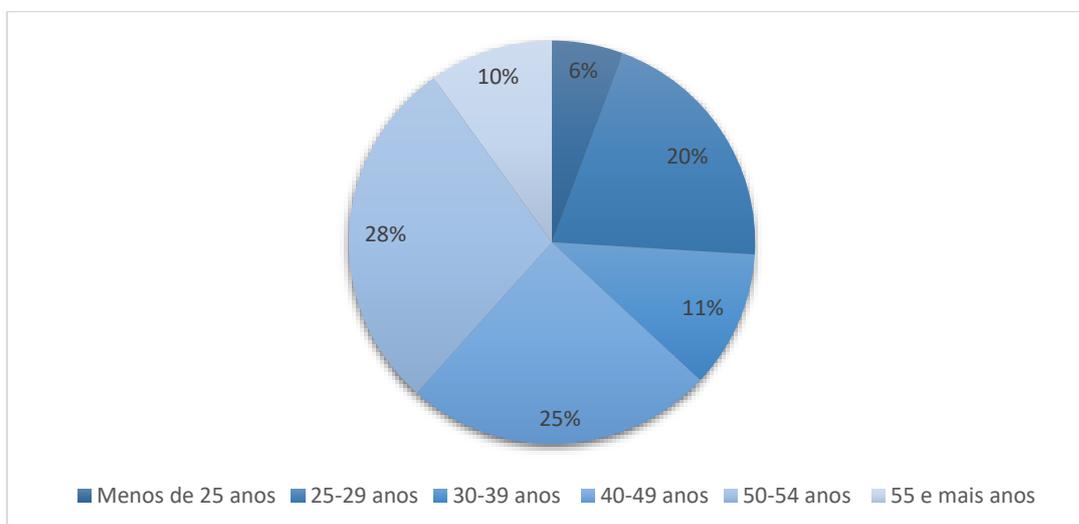
Tabela 50 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, segundo o sexo (2022) (N.º)

Território	Sexo			
	H		M	
	Total	Novos beneficiários	Total	Novas beneficiárias
Região do Alto Minho	5990	1341	3286	1379
Arcos de Valdevez	376	61	238	90
Caminha	404	84	222	90
Melgaço	72	12	47	26
Monção	344	67	218	105
Paredes de Coura	296	54	169	71
Ponte da Barca	209	31	124	46
Ponte de Lima	917	157	567	212
Valença	459	91	273	120
Viana do Castelo	2623	712	1275	562
Vila Nova de Cerveira	290	72	153	57

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

No que respeita ao grupo etário, constata-se que, no município de Viana do Castelo as faixas etárias com uma maior percentagem de beneficiários/as são as pessoas com idades compreendidas entre os 50 e 54 anos.

Gráfico 23 – Beneficiários/as de subsídios de desemprego da Segurança Social do concelho de Viana do Castelo, segundo a idade (2022) (%)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

Viana do Castelo apresenta-se como o município da Região do Alto Minho com mais beneficiários/as por subsídio de doença, com maior número de dias e valores processados.

Tabela 51 – Subsídios por doença da Segurança Social, segundo o sexo (N.º e €) (2022)

Território	Beneficiários/as (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Região do Alto Minho	20028	8313	11715	26130	11092	15038	1442879	571528	871351
Arcos de Valdevez	1468	601	867	1840	720	1121	110490	41686	68804
Caminha	1327	554	773	1743	784	960	88809	36880	51929
Melgaço	408	167	241	432	204	228	27635	12067	15568
Monção	1129	453	676	1219	518	701	75122	29588	45534
Paredes de Coura	848	353	495	1180	436	744	67612	25315	42297
Ponte da Barca	955	394	561	1189	450	739	73481	27443	46038
Ponte de Lima	3923	1673	2250	4803	2114	2690	282476	118546	163930
Valença	1292	525	767	1516	515	1000	85532	29181	56351
Viana do Castelo	7669	3161	4508	11021	4882	6139	565479	226804	338675
Vila Nova de Cerveira	1009	432	577	1186	468	718	66243	24018	42225

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

As principais prestações familiares atribuídas pela Segurança Social contemplam o abono de família para crianças e jovens, o subsídio por assistência de 3ª pessoa e o subsídio de funeral.

Tabela 52 – Principais prestações familiares da Segurança Social (N.º e €) (2022)

Território	Abono de família para crianças e jovens			Subsídio por assistência de 3ª pessoa		
	B	D	Valor processado	B	D	Valor processado
	N.º		Milhares de euros	N.º		Milhares de euros
Região do Alto Minho	17558	26106	15102	209	213	275
Arcos de Valdevez	1435	2115	1332	12	12	15
Caminha	1214	1774	1056	8	8	12
Melgaço	388	561	335	5	5	7
Monção	1239	1781	1011	18	20	26
Paredes de Coura	703	1042	568	7	8	10
Ponte da Barca	894	1317	758	12	12	16
Ponte de Lima	3526	5352	2953	39	39	48
Valença	1163	1686	1062	7	7	9
Viana do Castelo	6260	9397	5502	93	94	121
Vila Nova de Cerveira	736	1081	626	8	8	11

B- Beneficiários/as; D – Descendentes ou Equiparados

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

Tabela 53 – Principais prestações familiares da Segurança Social (2022) (N.º e €) (Cont.)

Território	Subsídio de funeral	
	B	Valor processado
	N.º	Milhares de euros
Região do Alto Minho	301	66
Arcos de Valdevez	55	12
Caminha	10	2
Melgaço	24	5
Monção	30	7
Paredes de Coura	11	2
Ponte da Barca	14	3
Ponte de Lima	36	8
Valença	6	1
Viana do Castelo	108	24
Vila Nova de Cerveira	7	2

B- Beneficiários/as; D – Descendentes ou Equiparados

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

Das três prestações familiares, que aqui se apresentam, a que se destaca a nível nacional, na Região do Alto Minho e no concelho de Viana do Castelo, em número de beneficiárias/os e descendentes ou equiparadas/os e em valor processado, é o abono de família para crianças e jovens. No ano de 2022, foram 6.260 as crianças que beneficiaram desta prestação familiar em Viana do Castelo.

O montante total das prestações familiares no concelho de Viana do Castelo representou, em 2022, 36% do valor total processado na Região do Alto Minho, para as referidas prestações.

No que se refere ao subsídio parental inicial, em 2022 foram atribuídos 2.931 milhares de euros, a 1.315 beneficiários. Permanecem as diferenças relativas ao sexo ao nível das atribuições, designadamente ao nível dos dias processados e, por conseguinte, nos valores disponibilizados, sendo as mulheres quem mais beneficiou deste apoio.

Tabela 54 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2022) (N.º e €)

Território	Beneficiários/as (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Região do Alto Minho	3271	1533	1738	6952	1828	5123	242809	52146	190663
Arcos de Valdevez	231	109	122	460	104	356	17220	3849	13371
Caminha	222	104	118	467	103	364	15381	3264	12117
Melgaço	49	20	29	109	19	91	3931	752	3179
Monção	236	106	130	545	124	422	18694	3735	14959
Paredes de Coura	98	50	48	188	53	135	6788	1545	5243
Ponte da Barca	156	73	83	276	69	207	11702	2401	9301
Ponte de Lima	615	290	325	1297	388	909	45922	10289	35633
Valença	210	97	113	377	95	282	15205	2922	12283
Viana do Castelo	1315	623	692	2931	800	2131	97292	21108	76184
Vila Nova de Cerveira	139	61	78	301	74	227	10674	2281	8393

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

Ao nível do Complemento Solidário para Idosos (CSI), no ano 2023, no concelho de Viana do Castelo, registaram-se 4.992 beneficiários, sendo a maioria mulheres (75%).

Tabela 55 – Beneficiários de Complemento Social para Idosos no concelho de Viana do Castelo, por sexo (2019, 2020, 2021, 2022, 2023) (N.º)

Beneficiários	2019	2020	2021	2022	2023
Mulheres	4143	4015	3875	3767	3742
Homens	1201	1175	1153	1170	1250
Total	5344	5190	5028	4937	4992

Fonte: ISS

No que respeita à prestação social do Rendimento Social de Inserção (RSI), em 2022, beneficiaram deste apoio 1.360 pessoas, sendo desta forma o concelho da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários desta prestação social.

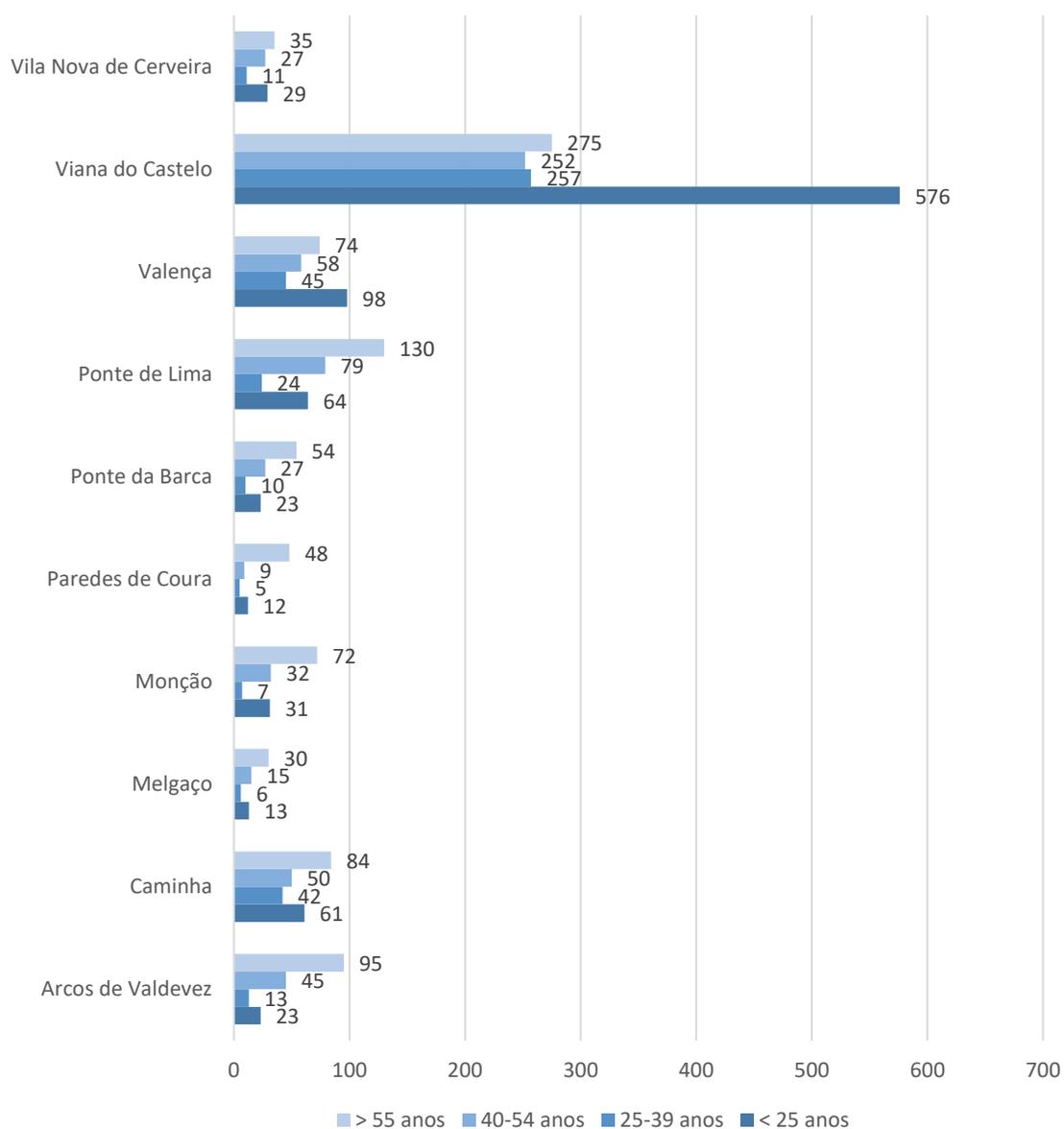
Tabela 56 – Beneficiários/as do rendimento social de inserção, segundo sexo (2022) (N.º)

Território	Total	Sexo	
		H	M
Região do Alto Minho	2841	1432	1409
Arcos de Valdevez	176	98	78
Caminha	237	113	124
Melgaço	64	32	32
Monção	142	76	66
Paredes de Coura	74	45	29
Ponte da Barca	114	55	59
Ponte de Lima	297	138	159
Valença	275	143	132
Viana do Castelo	1360	680	680
Vila Nova de Cerveira	102	52	50

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

Quando analisados os dados relativos ao sexo dos seus beneficiários, verifica-se que não existe diferença significativa entre homens e mulheres no concelho de Viana do Castelo. As pessoas com menos de 25 anos, são o grupo etário que mais beneficia desta prestação social.

Gráfico 24 – Beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção, segundo faixa etária (2022)
(N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

3.1.2 AÇÃO SOCIAL

Para além das prestações sociais atribuídas pela Segurança Social, existem no Concelho de Viana do Castelo um conjunto de outras entidades que prestam apoios diretamente às famílias/indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade. O Município, no âmbito da transferência de competências no domínio da ação social para as autarquias locais (Decreto-Lei 55/2020 de 12 de agosto), assume, agora, um papel determinante na intervenção social com os grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos da comunidade adequados e específicos para cada situação.

Relativamente à ação social, o Município presta atendimento e acompanhamento de munícipes em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo beneficiários da medida de Rendimento Social de Inserção, residentes neste concelho. É igualmente responsável pelo atendimento de primeira linha que responde às situações de crise e ou de emergência social (Linha Nacional de Emergência Social - LNES).

Atualmente, no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social (AAS), encontram-se 907 agregados familiares em acompanhamento no município, incluindo 410 crianças. E na medida de RSI, são acompanhados 490 agregados familiares, incluindo 411 crianças.

Ainda dentro da ação social, existe a ação social escolar (Jardim de Infância e 1º CEB), em que, no ano letivo de 2023/2024, 489 crianças beneficiavam de escalão A e 583 de escalão B.

Quanto aos apoios prestados pelas diferentes entidades/serviços às famílias, o apoio alimentar e o apoio pecuniário são transversais. No entanto, existem outros apoios/respostas, de acordo com as especificidades das entidades/organizações (como apoio em produtos de higiene e limpeza, vestuário, calçado, brinquedos, utensílios de cozinha, mobiliário e eletrodomésticos e/ou no encaminhamento/articulação entre os serviços e entidades que possibilitam a resposta às necessidades específicas das famílias e indivíduos).

Os apoios pecuniários são maioritariamente para fazer face a situações de emergência, pontuais e transitórias, com o principal objetivo de prevenir o endividamento. Uma percentagem significativa destas verbas destina-se ao pagamento de renda ou prestação, ao pagamento da eletricidade, água e gás e ao pagamento de medicação e cuidados de saúde.

No que respeita ao apoio alimentar, cerca de 500 famílias do concelho de Viana do Castelo recebem mensalmente um cabaz de géneros alimentares (composto por produtos secos, frescos e congelados, incluindo carne, peixe e legumes), ao abrigo do Programa POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas). Durante o ano de 2023 foram apoiadas 16.453 pessoas. Este programa tem como entidade promotora o Banco Alimentar Contra a Fome de Viana do Castelo, que conta com quatro entidades mediadoras do concelho, as quais fazem a articulação direta com os beneficiários e a entrega dos cabazes.

Paralelamente, e para além do Programa POAPMC, existem diversas entidades que fazem periodicamente (semanal ou quinzenalmente) atribuição de cabazes alimentares a famílias sinalizadas por diferentes serviços/respostas, totalizando em 2023 mais de 700 famílias apoiadas. Este apoio intensifica-se no mês de dezembro, altura na qual são distribuídos centenas de cabazes de Natal. Também aqui o Banco Alimentar Contra a Fome de Viana do Castelo se afigura como um parceiro institucional essencial.

Ainda acerca do apoio alimentar no Concelho de Viana do Castelo, existem entidades promotoras de cantina ou refeitório social – “resposta social destinada ao fornecimento de refeições, a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, podendo integrar outros serviços, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.” Na UF de Viana do Castelo, contabilizam-se três estruturas com esta resposta (Casa dos Rapazes de Viana do Castelo, Centro Social e Cultural de Carreço e Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima) tendo sido apoiadas 91 pessoas em 2023.

Em Síntese:

- ▶ Em 2022, o valor médio anual das pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência, bem como do subsídio de desemprego e de doença foi superior ao registado na Região do Alto Minho;
- ▶ Nesse mesmo ano, Viana do Castelo foi o concelho da Região do Alto Minho com maior número de pensionistas (invalidez, velhice e sobrevivência), sendo que, em média, a pensão de velhice era de 522€/mês (inferior à média nacional 594€)¹⁸;
- ▶ Viana do Castelo foi o município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários de subsídio de desemprego, 28% dos quais com idade compreendida entre os 50 e 54 anos.
- ▶ É o concelho da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários de subsídio de doença, de abono de família para crianças e jovens, de subsídio por assistência de 3ª pessoa, subsídio de funeral e subsídio parental inicial;
- ▶ Relativamente à prestação social RSI, em 2022, Viana do Castelo foi também o município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários (1.360), 42% dos quais com idade inferior a 25 anos;
- ▶ No ano letivo de 2023/2024, 489 crianças beneficiavam de escalão A e 583 de escalão B;
- ▶ No âmbito do Programa POAPMC, durante o ano de 2023 foram apoiadas 16.453 pessoas.

¹⁸ O valor anual das pensões e subsídios foi dividido por 12 meses.

3.2 CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

A situação de elevada vulnerabilidade social em que se encontram muitas famílias por problemáticas diversas como a falta de recursos económicos, as dificuldades de acesso à habitação, a permanência irregular no país, precaridade laboral, quadros de violência doméstica, doença mental, entre outras, colocam muitas crianças e jovens em situação de perigo.

As organizações da primeira linha, com competências em matéria de infância e juventude, como são os agrupamentos de escolas, os serviços de saúde e outros organismos, têm vindo a desenvolver um esforço crescente para atenuar/eliminar os fatores de risco que alimentam estas situações de perigo. A título de exemplo, refira-se o trabalho meritório que as escolas desenvolvem na integração de crianças migrantes, que exigem uma constante adaptação do sistema de ensino para acautelar a sua integração social e sucesso educativo.

Pese embora, os esforços realizados pelas entidades da primeira linha, a complexidade das problemáticas psicossociais observadas nas famílias exige, por vezes, uma intervenção distinta, junto destas crianças e jovens e os seus sistemas familiares.

Esta intervenção especializada fica sob a alçada das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que tratam as sinalizações dos agrupamentos de escolas, órgãos de polícia criminal, tribunais, SNS, entidades do terceiro setor, famílias ou qualquer organismo ou cidadão que denuncie a situação de perigo, em que se encontre uma criança ou jovem.

À luz da lei de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, a CPCJ é uma entidade oficial não judiciária, que atua na promoção dos direitos das crianças e jovens cabendo-lhe prevenir ou remover circunstâncias suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- > Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- > Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- > Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;

- > Está ao cuidado de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- > É obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- > Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- > Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Ao nível da intervenção realizada pela CPCJ de Viana do Castelo foi possível apurar a seguinte informação.

Tabela 57 – Volume processual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Castelo nos anos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023

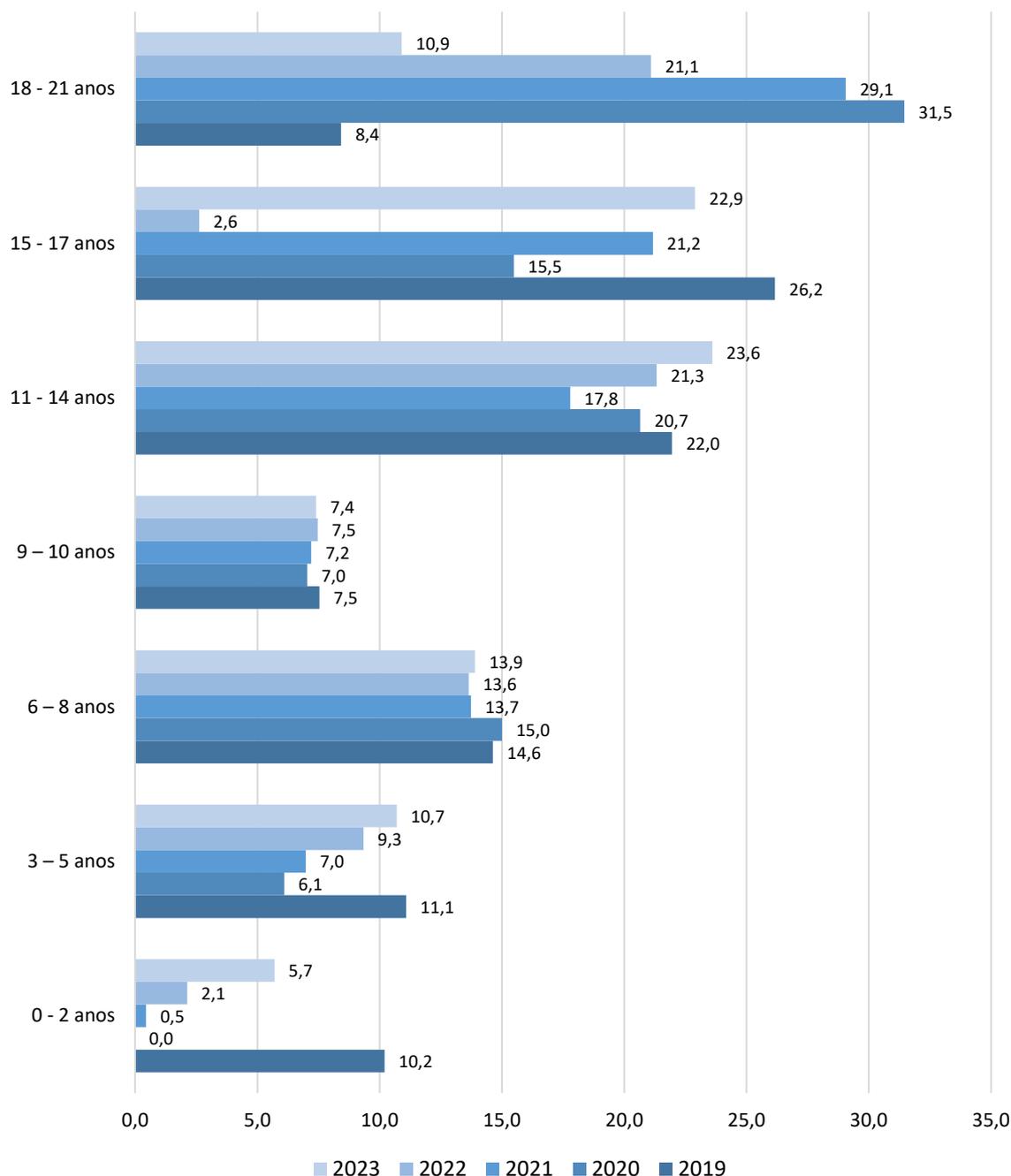
Anos	Volume processual	Processos transitados	Processos instaurados	Processos reabertos	Processos arquivados	Processos encaminhados
2019	462	197	211	53	224	11
2020	427	216	176	35	214	4
2021	453	216	188	44	263	3
2022	479	192	245	37	297	7
2023	483	184	276	39	329	17

Fonte: CPCJ de Viana do Castelo

O volume processual da CPCJ de Viana do Castelo tem vindo a aumentar desde 2021 a 2023.

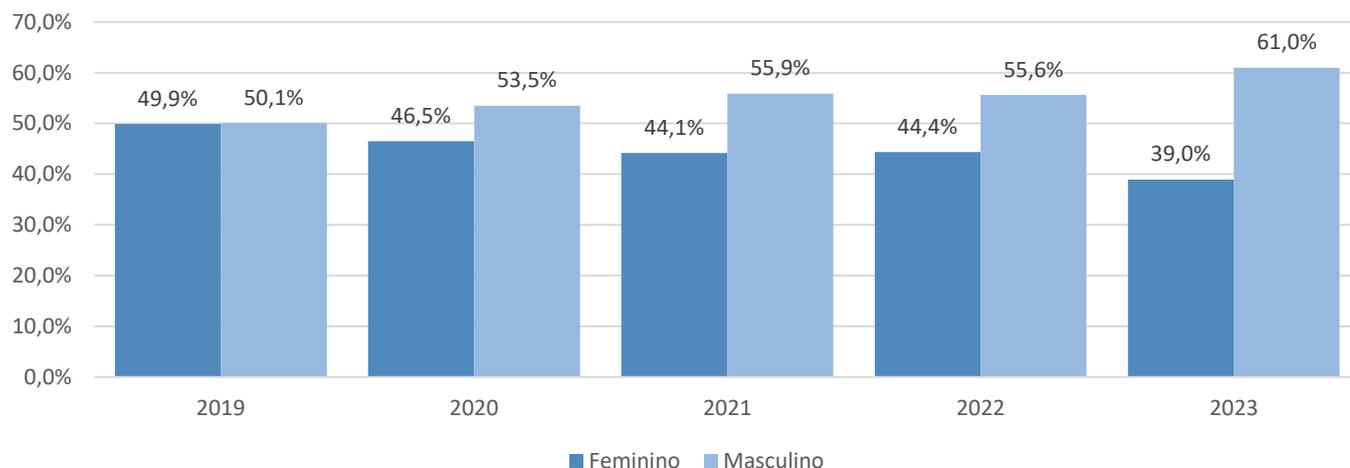
No ano de 2023, o volume processual traduziu-se num total de 483 processos, dos quais 184 transitaram do ano anterior, 276 foram instaurados e 39 foram reabertos. Nesse mesmo ano foram arquivados 329 processos e 17 foram encaminhados (para outras CPCJ ou remessas a Ministério Público).

Gráfico 25 – Volume processual por grupo etário, nos anos 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 (%)



Fonte: CPCJ de Viana do Castelo

A grande maioria dos processos refere-se a situações sinalizadas de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos. No que concerne ao ano de 2023, verifica-se que o número de processos teve um aumento, face aos 2 anos transatos, em todos os grupos etários, com a exceção dos 9-10 anos e 18-21 anos, com a diferença de -0,1% e -10,2%, respetivamente.

Gráfico 26 – Crianças e jovens acompanhados nos anos 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 por sexo (%)

Fonte: CPCJ Viana do Castelo

Desde o ano 2020, verifica-se um aumento significativo no número de crianças e jovens masculinos acompanhados, à exceção do ano de 2022, com um ligeiro decréscimo. Em 2023 é apresentado o valor mais elevado de crianças e jovens do sexo masculino acompanhados, onde, por sua vez, as crianças e jovens do sexo feminino acompanhadas apresentam o valor mais baixo registado, desde 2019.

Tabela 58 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Castelo nos anos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

	CJAC ABED ¹⁹	Violência Dom.	Negligência ²⁰	Outras Sit. de Perigo ²¹	Absentismo escolar e abandono escolar	ECPCB EDC ²²	Maus - tratos	Abuso e aliciamento sexual ²³	CAESP ²⁴
2019	41	63	50	0	24	32	28	9	0
2020	49	71	67	1	42	89	20	6	1
2021	81	120	90	1	85	128	38	8	2
2022	46	56	42	2	66	80	8	5	2
2023	55	56	46	0	72	52	11	5	1

Fonte: CPCJ Viana do Castelo

¹⁹ **CJACABED**: Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada

²⁰ Estão incluídos casos de negligência, negligência grave, negligência ao nível da saúde, negligência ao nível educativo, negligência ao nível psicoafectivo, negligência por falta de supervisão e acompanhamento familiar, negligência face a comportamentos da criança e do jovem.

²¹ Estão incluídas todas as outras problemáticas que não se encontram discriminadas na tabela apresentada.

²² **ECPCBEDC**: Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança

²³ Inclui também as problemáticas “violação ou outro ato sexual” e “importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto”.

²⁴ **CAESP**: Criança abandonada ou entregue a si própria.

No que se refere às principais problemáticas pelas quais as crianças e jovens foram sinalizados à CPCJ de Viana do Castelo, entre os anos 2019 e 2023, é possível constatar que, desde 2019 a 2021, existe um aumento de situações sinalizadas devido à exposição de crianças ou jovens a situações de violência doméstica, bem como devido a situações de negligência e, a maus-tratos (sejam físicos ou psicológicos). O ano de 2022 fica marcado pela significativa diminuição dos valores registados nas áreas apresentadas.

No ano 2023, a maioria das crianças e jovens foram sinalizados devido a situações de absentismo escolar e abandono escolar (72 processos, 24,2%), por exposição a comportamentos de violência doméstica (56 processos, 18,8%), e por assumirem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (sem que os pais se oponham de forma adequada) (55 processos, 18,5%).

Tabela 59 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Castelo no ano 2023, por grupo etário (N.º)

Grupo etário	CJACABED	Violência Dom.	Negligência	Abs. e abandono escolar	ECPCBEDC	Maus-tratos	Abuso e aliciamento sexual
0-2	0	6	9	0	7	1	0
3-5	0	11	7	0	15	0	0
6-8	0	13	9	7	13	3	0
9-10	1	2	6	10	3	0	0
11-14	10	11	10	19	0	5	1
15-17	23	11	4	24	11	2	4
18-21	10	2	1	12	3	0	0
>21	1	0	0	0	0	0	0

Fonte: CPCJ Viana do Castelo

No ano de 2023, as sinalizações devido a situações de negligência são mais prevalentes até aos 14 anos de idade (41 processos num total de 46), bem como situações sinalizadas por exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar da criança (38 processos) e por exposição a situações de violência doméstica (43 processos). As sinalizações pela criança/ jovem assumir comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento foram mais prevalentes entre os 11 e os 17 anos (33 em 45 processos sinalizados por esta problemática), bem como situações de

absentismo e abandono escolar (43 processos sinalizados num total de 72) e de maus-tratos (7 processos de 11 sinalizados).

As crianças e jovens em perigo podem ainda estar a ter a intervenção das equipas multidisciplinares de assessoria aos tribunais (Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal - EMATs), na sequência da designação desse acompanhamento pelos tribunais.

Em 2023, foram acompanhadas pela EMAT de Viana do Castelo 310 crianças e jovens. No âmbito das medidas aplicadas pela CPCJ e acompanhamento da EMAT, encontravam-se, em 2023, 14 crianças em situação de acolhimento familiar, integradas em 7 agregados.

Ainda no que se refere ao acolhimento de crianças e jovens em perigo, no concelho de Viana do Castelo, existem três respostas:

- > Casa dos Rapazes - casa de acolhimento e Unidade de Apoio e Promoção da Autonomia dos Jovens;
- > Berço - casa de acolhimento para respostas a situações de emergência (Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Fátima);
- > Lar de Santa Teresa - casa de acolhimento.

Em 2023, na casa de acolhimento da Casa dos Rapazes, encontravam-se acolhidos 18 crianças e jovens, sendo a capacidade máxima da resposta 46 utentes. Na valência Unidade de Apoio e Promoção da Autonomia dos Jovens, no mesmo ano, estavam integrados 6 jovens, sendo a capacidade máxima da resposta para 15 utentes.

No Berço encontravam-se acolhidas 20 crianças, verificando-se que a capacidade máxima da resposta foi atingida.

Por último, no Lar de Santa Teresa encontravam-se acolhidos, no mesmo ano, 18 crianças e jovens, cuja capacidade da resposta é de 40 utentes.

BULLYING

O *bullying* é uma preocupação crescente nas escolas e comunidades, representando uma forma de violência que afeta profundamente o bem-estar das crianças e jovens. Nos últimos anos, tem-se verificado um aumento nas sinalizações à CPCJ relacionadas com casos de *bullying*, refletindo a urgência de abordar este fenómeno de maneira eficaz. O *bullying* não só prejudica a saúde mental e emocional das vítimas, mas também contribui para um ambiente escolar hostil e insustentável.

Entre 2020-2022, segundo as estatísticas de 2023 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), o número de sinalizações registadas na APAV cresceu 181%. Ainda de acordo com os dados desta organização, em 70,9% dos casos, o autor dos comportamentos de *bullying* frequentava a mesma turma da vítima. Em termos das tipologias de violência, as agressões verbais são as mais frequentes (37,8%), seguindo-se a violência física (32,7%). Em 81,7% dos casos, o *bullying* foi praticado em contexto escolar. Na literatura especializada é consensual, que por regra, estes comportamentos ocorrem sobretudo no período do recreio.

No concelho de Viana do Castelo, embora não exista um diagnóstico sustentado deste problema, é do conhecimento quotidiano dos parceiros sociais a realidade deste fenómeno, sobretudo em contexto escolar. Aos órgãos de polícia criminal chegam cada vez mais sinalizações, tal como à CPCJ, por regra, encaminhadas pelos agrupamentos de escolas do concelho.

O *bullying* coloca sérios desafios sobre a reflexão do ambiente em que as nossas crianças e jovens estão a formar-se pessoas exigindo a todos um combate sério deste problema, que não pode ser restringido ao olhar centrado apenas na vítima ou no ofensor. Assim, afigura-se urgente estudar, diagnosticar e prevenir a escalada deste fenómeno cuja complexidade reclama uma intervenção em várias frentes, com uma articulação concertada entre os parceiros sociais e a sociedade civil.

Os órgãos de polícia criminal e outros parceiros sociais (ex. Gabinete de Atendimento à Família - GAF, CPCJ) têm desenvolvido algum trabalho na área da sensibilização em contexto escolar. Importa, contudo, reunir mais esforços quer na área da prevenção primária, quer nos outros níveis de intervenção, nomeadamente, criação de projetos de treino de competências pessoais e sociais e respostas especializadas para acompanhar com regularidade ofensores e vítimas (ex. programas de intervenção sistémica para famílias, consulta psicológica).

De acrescentar, que o sistema de justiça, têm vindo também a dar um contributo cada vez mais incisivo sobre as questões da violência promovendo e associando-se a iniciativas que visam a sensibilização das crianças e jovens (ex. Projeto “Justiça Vai à Escola”) na promoção dos seus direitos.

Em Síntese:

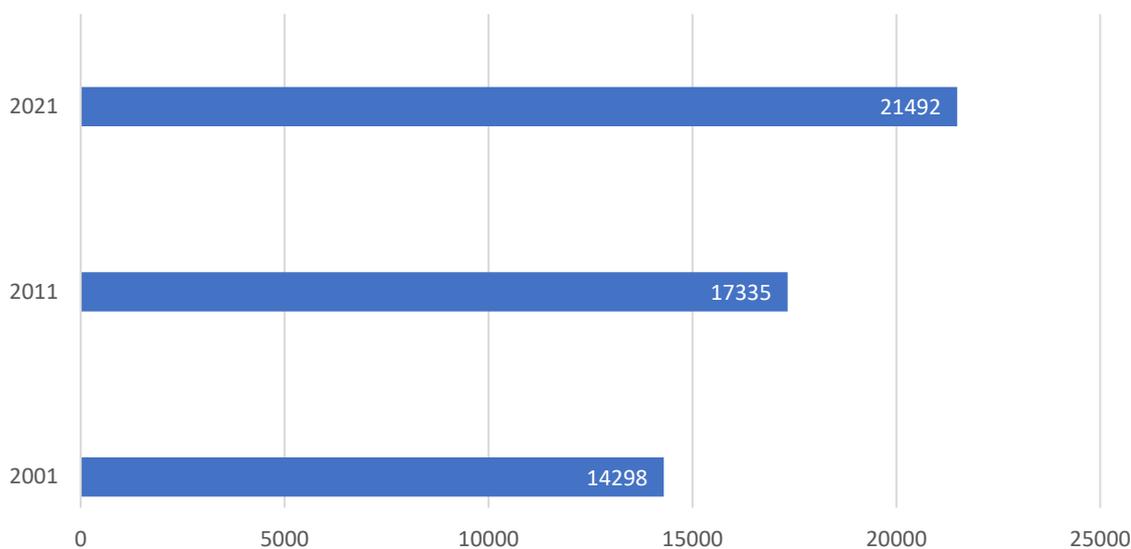
- ▶ Desde 2021 que o volume processual da CPCJ de Viana do Castelo tem vindo a aumentar, sendo que no ano de 2023 registaram-se 483 processos;
- ▶ A maioria dos processos refere-se a situações de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos de idade;
- ▶ De 2019 a 2021 registou-se um aumento de situações sinalizadas devido à exposição de crianças ou jovens a situações de violência doméstica, por negligência e maus-tratos;
- ▶ As situações sinalizadas em 2022 registaram uma diminuição, contudo, em 2023, existiu um novo aumento de sinalizações;
- ▶ No ano de 2023, as problemáticas mais frequentes nas sinalizações de crianças e jovens à CPCJ foram: “absentismo escolar e abandono escolar”, “exposição a situações de violência doméstica”, e por a “criança/jovem assumir comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada”;
- ▶ Em 2023, foram acompanhadas pela EMAT de Viana do Castelo 310 crianças e jovens;
- ▶ Em acolhimento institucional, em 2023, encontravam-se 62 crianças e jovens.

3.3 IDOSOS

O envelhecimento populacional é, atualmente, um fenómeno Mundial, predominante nos países mais industrializados, verificando-se uma diminuição das taxas de nascimento a nível mundial e também um aumento da esperança média de vida. Portugal não é exceção e, segundo a OMS, em 2023, Portugal era o terceiro país da EU com maior percentagem de pessoas idosas (31,1%), depois do Mónaco e da Itália (43,7% e 31,4%, respetivamente).

No que concerne a Viana do Castelo, entre 2001 e 2021, o número de pessoas com 65 ou mais anos residentes no concelho aumentou gradualmente. No ano de 2023 contabilizaram-se 21.498 pessoas a residir no concelho, dentro desta faixa etária.

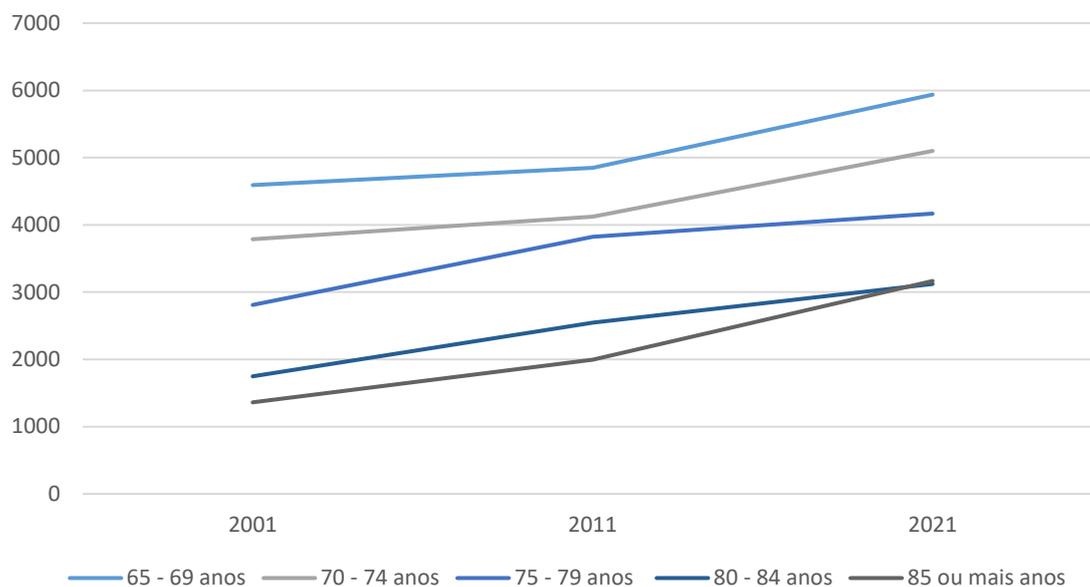
Gráfico 27 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, nos anos de 2001, 2011 e 2021 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021

Esta evolução verificou-se nos vários grupos etários que integram esta faixa da população, constatando-se que o número de pessoas com idade igual ou superior a 85 anos tem vindo a aumentar consideravelmente.

Gráfico 28 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2021 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021

Verifica-se ainda que, no ano 2021, o maior aumento populacional deu-se na população com mais de 85 anos de idade, ultrapassando a faixa etária dos 80-84 anos idade (3.166 e 3.121, respetivamente).

Tabela 60 – Diferença de população residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário (Nº)

	65–69 anos	70–74 anos	75–79 anos	80– 84 anos	85 e + anos
2001 - 2011	257	336	1012	798	634
2011 - 2021	1088	977	346	575	1171

Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021

Segundo os dados dos Censos 2021, o número de pessoas idosas do sexo feminino residentes no concelho era superior ao número de pessoas idosas do sexo masculino.

Em 2021, o número de pessoas idosas do sexo masculino com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos foi superior ao número de pessoas idosas com idade igual ou superior a 75 anos. Verificou-se o inverso para a população idosa do sexo feminino.

Tabela 61 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário (N.º) (2021)

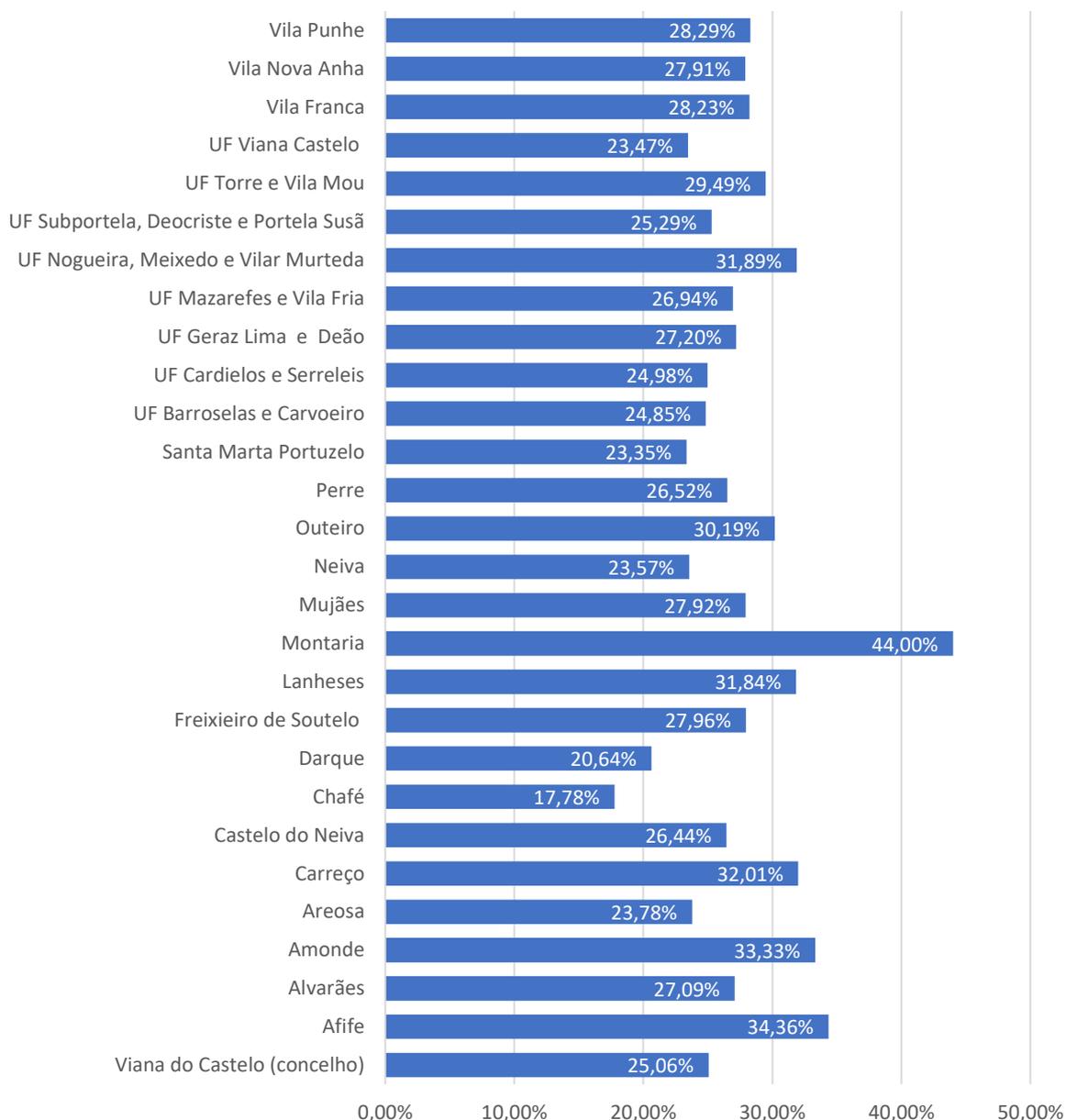
	Total (+65)		Total		Entre 65 e 74 anos		Com mais de 75 anos	
	N.º	% da pop. da freg.	M	F	M	F	M	F
Viana do Castelo (concelho)	21492	25,06	9240	12252	5116	5921	4124	6331

Fonte: INE, Censos 2021

Ainda referente aos dados de 2021, 25,06% da população residente no concelho de Viana do Castelo, tinha mais de 65 anos, sendo a freguesia de Montaria a freguesia com maior percentagem de população nesta faixa etária.

Pelo contrário, a freguesia de Chafé contava com a menor percentagem de população idosa (17,78%).

Gráfico 29 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2021) (%)



Fonte: INE, Censos 2021

Desde 2011, que o Índice de Dependência de Idosos tem vindo a aumentar. Viana do Castelo, em 2011, era o município da Região do Alto Minho com valores mais baixos, sendo que essa posição alterou em 2021 para segundo, mantendo o registo em 2023. A mesma tendência é visível para o Índice de Envelhecimento, que tem vindo a aumentar gradualmente desde 2011. O concelho de Viana do Castelo registou, em 2021 e 2023, valores superiores aos registados a nível nacional e na Região Norte. No ano

de 2023, Viana do Castelo ocupava o terceiro lugar na tabela, com o valor mais baixo dos municípios da Região do Alto Minho.

Tabela 62 – Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região do Alto Minho (2011, 2021, 2023) (Nº)

Território	Índice de Dependência de Idosos ²⁵			Índice de Envelhecimento ²⁶		
	2011	2021	2023	2011	2021	2023
Portugal	28,8	37,3	38,2	176,4	181,3	188,1
Norte	25,3	35,4	37,1	154,1	185,0	197,4
Alto Minho	36,4	47,1	48,2	136,4	252,0	263,0
Arcos de Valdevez	53,4	66,3	66,8	145,8	385,3	397,1
Caminha	36,9	50,5	51,2	100,3	270,4	276,5
Melgaço	67,3	87,8	88,3	178,8	568,2	582,7
Monção	46,2	61,9	61,8	183,2	349,0	357,4
Paredes de Coura	44,2	53,4	52,9	187,2	282,8	300,3
Ponte da Barca	40,4	50,7	51,1	179,3	285,6	292,2
Ponte de Lima	30,6	38,9	39,6	105,7	209,5	219,9
Valença	35,3	43,1	43,6	150,8	214,8	219,0
Viana do Castelo	29,4	40,8	43,0	132,8	211,1	224,6
Vila Nova de Cerveira	37,2	43,6	43,4	102,7	230,1	242,0

Fonte: INE e Censos 2011

No ano de 2021, encontravam-se a residir no concelho de Viana do Castelo 21.492 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. Deste valor, cerca de 17,84% (3.836 pessoas) residiam sozinhos.

²⁵ **Índice de Dependência de Idosos:** Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

²⁶ **Índice de Envelhecimento:** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (INE).

Tabela 63 – População residente no distrito de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, com apenas um integrante no agregado familiar (2021) (Nº e %)

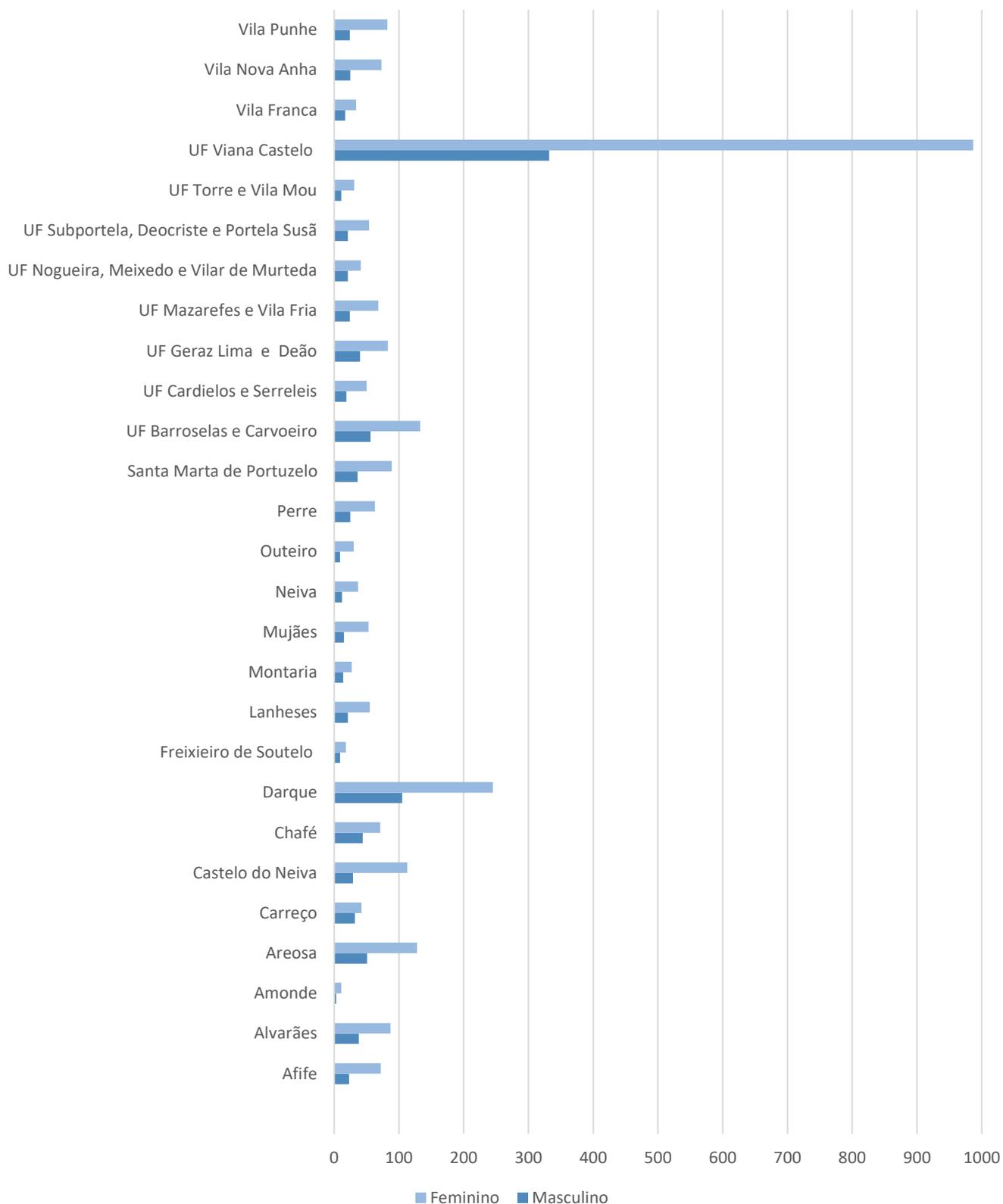
Território	População residente no distrito de Viana do Castelo, com 65 ou mais anos de idade, com apenas um integrante no agregado familiar (2021)	
	Nº	%
Arcos de Valdevez	1649	22,11
Caminha	926	19,87
Melgaço	735	22,23
Monção	1244	20,47
Paredes de Coura	500	18,81
Ponte da Barca	639	19,18
Ponte de Lima	1672	16,61
Valença	687	19,01
Viana do Castelo	3836	17,85
Vila Nova de Cerveira	494	20,48

Fonte: INE, Censos 2021

A grande maioria das pessoas idosas que residiam sós são do sexo feminino (72,39%), e encontravam-se na UF de Viana do Castelo (987 pessoas), seguida da freguesia de Darque (245 pessoas).

A este propósito, estão a ser desenvolvidos vários projetos municipais para o acompanhamento mais próximo destes munícipes, como é o caso da “Saúde Mais Próxima”, em parceria com a Cruz Vermelha, “Vencer a Idade com Saúde” e um projeto com a Escola Superior de Educação (ESE), que visar dar apoio a estas pessoas, combatendo a solidão e o isolamento social, conforme se descreve mais abaixo.

Gráfico 30 – População residente no concelho de Viana do Castelo com mais de 65 anos, com apenas um integrante no agregado familiar (2021) (Nº)



Fonte: INE

De acordo com a Carta Social (consultada em setembro 2024), o concelho apresenta as seguintes respostas sociais para pessoas idosas: Centro de Convívio (CC), Centro de Dia (CD), Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Unidade de Convalescença, Unidade de Média Duração de Reabilitação e Unidade de Longa Duração de Reabilitação.

Tabela 64 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (setembro 2024) (N.º)

Território Viana do Castelo (concelho)	Respostas sociais para pessoas idosas		
	Total	Rede solidária	Rede privada
Centro de Convívio	4	4	0
Centro de Dia	17	17	0
ERPI	19	16	3
SAD	22	22	0
Unidade de Convalescença	1	0	1
Unidade de Reabilitação	2	2	0

Fonte: Carta Social

O conjunto dos equipamentos, rede social e privada, apresenta uma capacidade de resposta para 2.356 pessoas idosas: 105 em Centro de Convívio, 553 em Centro de Dia, 968 em SAD, 674 em ERPI, 24 na Unidade de Convalescença, 16 na Unidade de Média Duração de Reabilitação e 16 na Unidade de Longa Duração de Reabilitação.

Atualmente, a ocupação nos equipamentos da rede solidária, considerando o número total de vagas das referidas respostas sociais, encontra-se na ordem dos 70,3%, (66,6% em Centro de Convívio, 64,9% Centro de Dia, 66,2% em SAD e 99,6% em ERPI e 0% nas Unidades de Média e Longa Duração) e na ordem dos 44,2%, nos equipamentos da rede privada (0% em Centro de Dia e Centro de Convívio, 78,5% em ERPI e, 0% em SAD e 0% na Unidade de Convalescença).

Destas taxas de ocupação, destaca-se que a resposta de ERPI está atualmente a atingir o máximo da sua capacidade de resposta no concelho.

Tabela 65 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Viana do Castelo (setembro 2024) (Nº)

Território Viana do Castelo (concelho)	Respostas sociais para pessoas idosas			
	Rede solidária		Rede privada	
	Capacidade	Ocupação	Capacidade	Ocupação
Centro de Convívio	105	70	0	0
Centro de Dia	553	359	0	0
ERPI	557	555	117	88
SAD	968	641	0	0
Unidade de Convalescença	0	0	24	24
Unidade de Reabilitação	16 (longa duração) 16 (média duração)	16 16	0	0

Fonte: Carta Social

Analisando as respostas sociais existentes para as pessoas idosas por freguesia, é possível verificar que as freguesias de Mujães, Outeiro, UF Torre e Vila Mou e UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda não têm resposta social para pessoas idosas. Contudo, têm sido implementados nestas Freguesias, projetos de promoção do envelhecimento saudável, tal como mencionado acima, dinamizados pelas Juntas de Freguesia e pela Autarquia, conforme se descreve de seguida.

Estes projetos intervêm com a população idosa e têm como principal objetivo contribuir para a atenuação das necessidades identificadas nesta população, contribuindo para o seu bem-estar e manutenção no seu meio familiar e social.

Vencer a Idade com Saúde – programa desenvolvido pela Câmara Municipal em articulação com as Juntas de Freguesias e IPSS, que permite a prática de hidroginástica e ginástica à população com mais de 65 anos. O período de execução deste projeto decorre entre setembro e junho, correspondente ao ano letivo comum, sendo que em 2023/2024, tiveram 1.188 pessoas inscritas.

Tabela 66– Número de pessoas inscritas no projeto “Vencer a Idade com Saúde”, em 2023/2024

Freguesia	Nº de inscritos
Afife	26
Alvarães	51
Amonde	0
Anha	25
Areosa	7
Barroselas e Carvoeiro (UF)	43
Cardielos e Serreleis (UF)	45
Carreço	59
Castelo do Neiva	21
Chafé	34
Darque	47
Freixieiro de Soutelo	12
Lanheses	65
Mazarefes e Vila Fria (UF)	31
Montaria	18
Moreira de Geraz do Lima e Deão (UF)	102
Mujães	37
Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda (UF)	42
Outeiro	37
Perre	52
Santa Marta de Portuzelo	70
São Romão de Neiva	12
Subportela, Deocriste e Portela Susã (UF)	63
Torre e Vila Mou (UF)	29
Vila de Punhe	39
Vila Franca	53
Viana do Castelo (UF Santa Maria Maior, Monserrate e Meadela)	110
Outros encaminhamentos	58
TOTAL	1188

Fonte: CMVC

Olimpics4All – Projeto relacionado com atividade física e outras atividades para pessoas com mais de 60 anos, que visa promover a saúde e o bem-estar de todos os intervenientes ao longo do ano.

Tem como objetivos promover a saúde física e mental dos seniores através da prática regular de exercício físico (sessões de 90 minutos, 2 a 3 vezes por semana); criar um ambiente socialmente inclusivo e estimulante para todos os participantes e melhorar a qualidade de vida dos seniores, reduzindo o risco de doenças crónicas e melhorar a sua funcionalidade física.

Em 2023, participaram no *Olimpics4All*, 51 pessoas.

Em Síntese:

- ▶ O número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a aumentar desde o ano 2001. Em 2021, eram 21.492 os residentes no concelho, pertencentes a este grupo etário;
- ▶ Tem-se verificado um maior número de pessoas idosas do sexo feminino, face ao sexo masculino;
- ▶ No ano de 2021, e relativamente ao número total de residentes em cada freguesia, verificou-se que era nas freguesias de Montaria (44,0%) e Afife (34,36%) onde a percentagem de população com mais de 65 anos era maior;
- ▶ A UF de Viana do Castelo, em 2021, apresentava o maior número de pessoas com mais de 65 anos (5.905) a residirem sós;
- ▶ Em 2023, o Índice de Dependência de Idosos no concelho (43,0%) foi superior ao registado a nível nacional e da Região Norte;
- ▶ Relativamente ao Índice de Envelhecimento, em 2023, o valor registado no concelho de Viana do Castelo (224,6) foi também superior ao registado a nível nacional e na Região Norte. Ainda assim, é o terceiro mais baixo da Região do Alto Minho;
- ▶ Ambos os Índices têm vindo a aumentar desde 2011, refletindo o aumento de população idosa face ao número de crianças e jovens e de população ativa residentes no concelho;
- ▶ No ano de 2021, 17,84% das pessoas com idade igual ou superior a 65 anos residiam sós, das quais 72,39% eram do sexo feminino.

3.4 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

A abordagem sobre deficiência e incapacidade adotada nos Censos 2021, assume as definições da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Assim, entende-se por “deficiência” o estado da pessoa, face às alterações ou anomalias das estruturas e funções do corpo, incluindo as funções mentais. O termo “incapacidade” reporta-se aos diferentes níveis de limitações funcionais relacionados com a pessoa e com o seu meio ambiente (englobando deficiências, limitações na atividade e restrições de participação). Desta forma, nos Censos 2021, a aferição dos tipos de deficiência foi realizada através de questões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender).

O INE utiliza o conceito de Incapacidade, uma terminologia mais abrangente que o termo “deficiência” que foi utilizado anteriormente. A incapacidade recai não apenas na população com deficiência, mas também na população com limitações à sua atividade e restrições de participação, sendo indicadores como o tomar banho, vestir-se sozinho, andar ou subir degraus, compreender e ser compreendido alguns dos utilizados para aferir a população com incapacidade.

Em 2022, 27% da população da UE com mais de 16 anos tinha alguma forma de incapacidade. Segundo as estimativas do Eurostat, essa percentagem corresponde a 101 milhões de pessoas ou a um em cada quatro adultos na UE.

Também é possível verificar que, à medida que as pessoas envelhecem, aumenta a probabilidade de passarem a ter uma incapacidade.

Em 2022, a percentagem de mulheres com incapacidade era superior à dos homens em todos os Estados-Membros. Verifica-se que na UE, em média, 29,5 % da população feminina total tem uma incapacidade, em comparação com 24,4 % da população masculina total. É perceptível uma maior incidência de deficiência no sexo feminino.

Com efeito, verifica-se de forma global que o número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade tem vindo a aumentar, sobretudo como consequência de doenças que interferem com a funcionalidade, algumas das quais decorrentes do processo envelhecimento.

No ano de 2021, cerca de 16.309 residentes no concelho de Viana do Castelo, referiram ter pelo menos uma das dificuldades enumeradas (8.432 mulheres e 7.877 homens).

Analisando os dados do território, verifica-se que é nas freguesias de Santa Marta de Portuzelo e Chafé, com 25,06% e 21,75% respetivamente, que se verificaram as maiores percentagens de residentes a identificar ter, pelo menos, uma das dificuldades indicadas.

Tabela 67 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2021) (N.º)

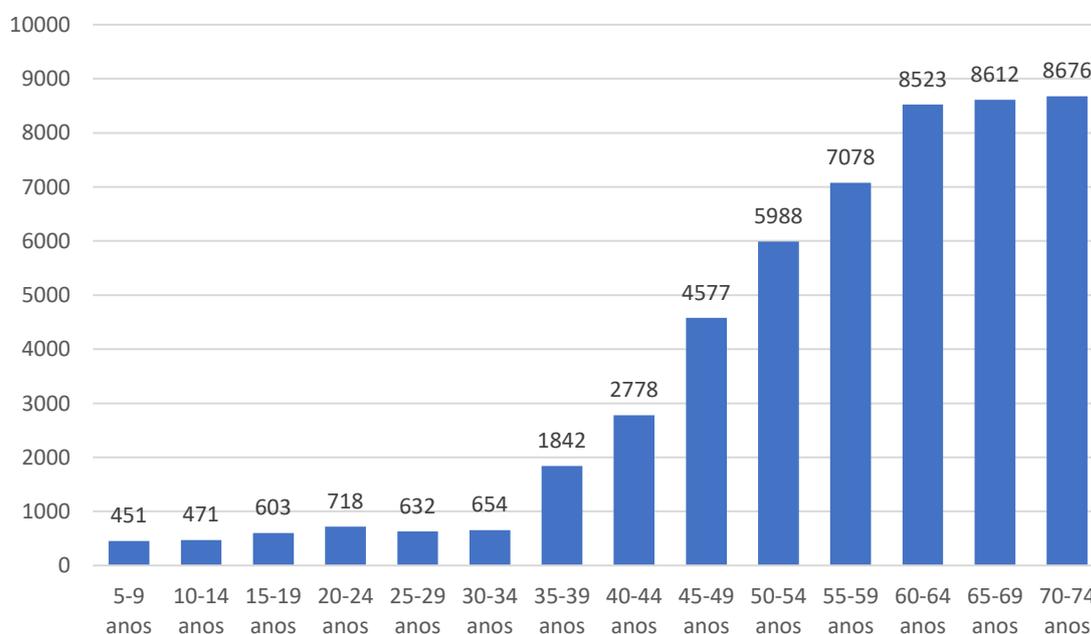
Território	Total população residente	População residente com pelo menos uma dificuldade			% da população com pelo menos uma dificuldade
		Total	Homens	Mulheres	
Viana do Castelo (concelho)	86437	16309	7877	8432	17,48%
Afife	1487	295	147	148	19,84%
Alvarães	2925	466	243	223	15,93%
Amonde	314	30	15	15	9,55%
Areosa	4300	901	437	464	20,95%
Carreço	1665	349	178	170	20,96%
Castelo do Neiva	3251	552	259	293	16,98%
Chafé	3043	662	302	360	21,75%
Darque	7568	1450	728	722	19,16%
Freixeiro de Soutelo	472	89	47	42	18,86%
Lanheses	1836	262	160	152	14,27%
Montaria	663	84	33	51	12,67%
Mujães	1577	281	138	143	17,82%
Neiva	1013	191	91	100	18,85%
Outeiro	1144	215	103	112	18,79%
Perre	3020	560	279	281	18,54%
Santa Marta de Portuzelo	3153	790	385	405	25,06%
UF Barrocelas e Carvoeiro	4816	845	406	439	17,55%
UF Cardielos e Serreleis	2459	396	207	189	16,10%
UF Geraz do Lima e Deão	3702	626	307	319	16,91%

3. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Território	Total população residente	População residente com pelo menos uma dificuldade			% da população com pelo menos uma dificuldade
		Total	Homens	Mulheres	
UF Mazarefes e Vila Fria	2682	480	307	319	17,90%
UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	1666	290	143	147	17,41%
UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	2672	417	193	224	15,61%
UF Torre e Vila Mou	1350	238	118	120	17,63%
UF Viana Castelo	22122	4698	2200	2498	21,24%
Vila Franca	1961	338	164	174	17,24%
Vila Nova de Anha	2537	411	221	190	16,20%
Vila Punhe	2239	393	192	201	17,55%

Fonte: INE, Censos 2021

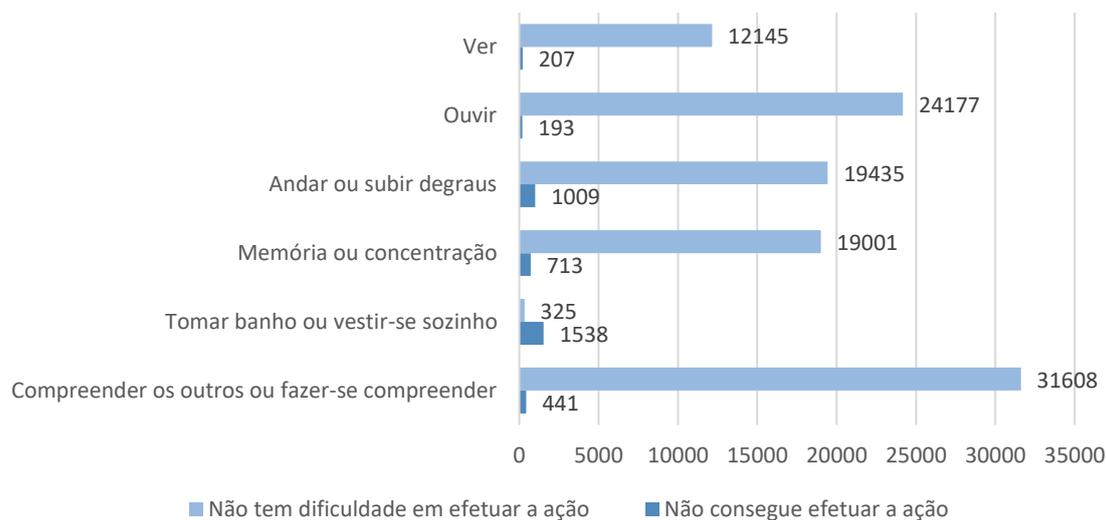
Gráfico 31 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021

Identificando o tipo de dificuldade sentida, as dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) e de visão, são as reportadas em maior número, seguidas das dificuldades de memória ou concentração, e de audição.

Gráfico 32 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2021) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021

Relativamente ao grau de dificuldade em executar as ações referidas, são as questões relativas ao autocuidado (tomar banho e vestir-se sozinho), à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória ou concentração as que são identificadas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportaram.

O principal meio de subsistência de vida, da maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade é a reforma (48,52%) seguindo-se as que se encontram a trabalhar (34,42%) e as que estão a cargo da família (8,41%).

Através da diferença entre a população residente no concelho com pelo menos uma dificuldade e o número de residentes com idade igual ou superior a 15 anos, com pelo menos uma dificuldade, é possível concluir que, no ano 2021, existiam no concelho 922 crianças (dos 0 - 14 anos de idade) com pelo menos uma dificuldade.

Tabela 68 – População residente no concelho de Viana do Castelo, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2021) (N.º)

	População residente com pelo menos uma dificuldade	
	N.º	%
Viana do Castelo (concelho)	36011	100%
Trabalho	12396	34,42%
Reforma / Pensão	17473	48,52%
Subsídio de desemprego	558	1,55%
Rendimento social de inserção	248	0,69%
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	765	2,12%
Rendimento da propriedade ou da empresa	216	0,60%
A cargo da família	3030	8,41%
Outro	1325	3,68%

Fonte: INE, Censos 2021

O Município de Viana do Castelo e as organizações sediadas no concelho, atentos à problemática da deficiência e da incapacidade, têm procurado desenvolver ações/projetos vocacionados para a promoção de uma maior qualidade de vida desta população, nomeadamente:

- ▶ **Balcão da Inclusão Municipal** (em funcionamento desde setembro de 2019) – É dirigido a pessoas com deficiência ou incapacidade, suas famílias, organizações e outros que, direta ou indiretamente, intervêm na área da deficiência. Tem como objetivo prestar informação e mediação especializada e acessível sobre direitos e benefícios de acordo com a legislação em vigor, recursos e serviços existentes, bem como encaminhamento, mediação e sensibilização junto dos diferentes organismos.
- ▶ **Aplicação web – WALKOME** (em funcionamento desde 2017) – aplicação online, que permite calcular percursos pedonais acessíveis no concelho de Viana do Castelo. Esta aplicação foi desenvolvida no âmbito do projeto “Viana do Castelo Cidade Saudável” com o objetivo de promover a mobilidade no concelho, eliminando os obstáculos/barreiras físicas, sociais e culturais que se colocam às pessoas com mobilidade condicionada.

- ▶ **Desporto para Todos** – projeto que resulta de uma parceria entre a CMVC e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM). Tem como objetivo a disseminação e a implementação do desporto adaptado nas diversas modalidades desportivas para pessoas com deficiência, incapacidade ou necessidades educativas especiais. Contempla a vertente desportiva/recreativa e a vertente terapêutica.
- ▶ **Centro de Recursos para a Inclusão** – são serviços especializados existentes na comunidade, acreditados pelo Ministério da Educação e geridos pela APPACDM, que apoiam e intensificam a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos. Os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) atuam numa lógica de trabalho de parceria pedagógica e de desenvolvimento com as escolas, prestando serviços especializados como facilitadores da implementação de políticas e de práticas de educação inclusiva.
- ▶ **Centro de Recursos TIC para a Educação Especial** – o Centro de Recursos TIC (CRTIC) de Viana do Castelo está sediado no Agrupamento de Escolas da Abelheira e abrange também os Agrupamentos de Escolas de outros concelhos. Tem, entre outras atribuições, e enquanto entidade prescritora a função de avaliar os alunos com necessidades educativas especiais, que necessitam de produtos de apoio para aceder ao currículo, a função de prestar serviços de informação, formação e aconselhamento aos professores e à comunidade educativa em geral, no que respeita à utilização dos produtos de apoio e a função de promover sessões públicas no âmbito das necessidades educativas especiais e da utilização de produtos de apoio. São ainda serviços/respostas direcionadas para apoiar pessoas com deficiência, no concelho de Viana do Castelo:

- > **Apoio em Regime Ambulatório (ARA):** resposta atualmente desenvolvida pela Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo (APCVC), pela Íris Inclusiva – Associação de Cegos e Amblíopes e ainda pela Fundação AMA. Destina-se a crianças acima dos 6 anos, jovens e adultos, com quadro de paralisia cerebral, doenças neurológicas, cegos ou com baixa visão. Integra a prestação de apoio de terapia da fala, terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia, apoio de serviço social, consultas médicas de especialidades (pediatria do neuro desenvolvimento, neurologia, neuropediatria, medicina física e reabilitação, ortopedia).
- > **Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI):** promovido pela APCVC, apoia pessoas adultas com deficiência na promoção da sua autonomia (cuidados

persoais, deslocações, participação em atividades culturais e desportivas, apoio no posto de trabalho, entre outras);

> **Núcleo para a Inclusão Digital e Centro prescritor de produtos de apoio:** ambos promovidos pela APCVC.

> **Centro de Formação Profissional:** tem como objetivo promover ações de formação que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade.

> **Centro educacional:** A Lei de Bases do Sistema Educativo, estabelece que a educação especial se organiza preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, podendo também processar-se em instituições específicas quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do educando. Neste sentido, esta resposta, desenvolvida pela APPACDM na freguesia de Areosa destina-se a crianças e jovens (entre o 6 e os 18 anos) que não conseguem fazer a sua integração em estabelecimentos regulares de ensino.

> **Centro de Apoio Protegido:** segundo o Decreto-Lei n.º 40/83, de 25 de janeiro e o Decreto-Lei nº194/85 de 24 de junho. o emprego protegido tem como finalidade proporcionar às pessoas que possuam capacidade média de trabalho igual ou superior a um terço da capacidade normal exigida a um trabalhador não deficiente no mesmo posto de trabalho a correspondente valorização pessoal e profissional, facilitando a sua transferência para um emprego normal, quando tal lhes for assegurado convenientemente. As pessoas em regime de emprego protegido consideram-se trabalhadores para todos os efeitos, sendo-lhes reconhecidos, em princípio, os direitos, deveres e garantias inerentes aos trabalhadores em regime normal de trabalho, com algumas especificidades próprias decorrentes da sua situação de deficiência.

Atualmente, a APPACDM tem um Centro de Emprego Protegido, que desenvolve atividade em duas áreas (Oficinal e Agro), enquadrando 33 pessoas neste regime de emprego.

> **Banco de Ajudas Técnicas (BAT):** projeto de inovação social, de natureza privada desta entidade e com fins solidários e não está abrangido por nenhum tipo de protocolo de cooperação, razão pela qual não possui capacidade definida. A sua capacidade de resposta depende diretamente do stock de equipamento disponível para cedência. Em 2023 o BAT do Posto de Assistência

Social de Alvarães (PASA) apoiou 40 pessoas através da cedência de 69 equipamentos. E em 2024, até ao mês de agosto, já foram apoiadas 32 pessoas através da cedência de 59 equipamentos.

Em Síntese:

- ▶ No ano de 2021, existiam cerca de 16.309 residentes no concelho de Viana do Castelo com pelo menos uma dificuldade (8.432 mulheres e 7.877 homens);
- ▶ As dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus), de visão e de memória ou concentração foram as referidas em maior número;
- ▶ As questões associadas ao autocuidado (tomar banho ou vestir-se sozinho), à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória e concentração são as que são referidas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportam;
- ▶ Em 2021, a grande maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade encontrava-se reformada (48,52%);
- ▶ Em 2021, existiam no concelho 922 crianças (dos 0 aos 14 anos de idade) com pelo menos uma dificuldade identificada.

3.5 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

O fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo trata-se de um tema prioritário em matéria de direitos humanos, pelo que as preocupações em combater este fenómeno têm sido crescentes, tendo originado a implementação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA).

Decorrido o período de vigência da Estratégia 2017-2023, foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 31/2024, de 2 de abril, a ENIPSSA 2025-2030. Esta Estratégia procura responder ao compromisso do Governo em promover políticas públicas, que assenta na atuação prévia nas situações das pessoas em situação de risco de sem-abrigo. Esta Estratégia procura igualmente responder aos desígnios internacionais: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Pilar Europeu de Direitos Sociais, adotando um modelo de acompanhamento mais próximo e eficaz das medidas que se propõe implementar, através do compromisso e colaboração necessárias entre todos os principais intervenientes, de forma a ampliar a resolução das situações de vulnerabilidade e combater o fenómeno das pessoas em situação de risco ou que vivenciam a condição de sem-abrigo, enquanto objetivo central para Portugal, em matéria de inclusão social.

De acordo com a ENIPSSA, considera-se “Pessoa em Situação de Sem-Abrigo” aquela que “independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental se encontre sem teto ou sem casa”.

Incluem-se na situação “sem teto”, as pessoas que vivem no espaço público (por exemplo, jardins, estações de transportes públicos, estacionamento, passeios, pontes, viadutos ou outros locais), em abrigos de emergência (equipamentos que acolhem de forma imediata e gratuita, por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita) ou ainda em locais precários (nomeadamente, carros abandonados, entradas de prédios, vãos de escadas, prédios ou casas abandonadas, entre outros).

Enquadram-se na situação “sem casa” as pessoas que se encontram integradas em alojamentos temporários, nomeadamente em centros de alojamento temporário / albergues e apartamentos de transição, onde a pernoita é limitada e sem acesso a alojamento de longa duração. Consideram-se ainda nesta situação, as pessoas que se encontram a viver em pensões ou quartos pagos pelos serviços sociais.

No âmbito desta Estratégia, o NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo) de Viana do Castelo foi constituído a 21 de julho de 2021, sendo uma parceria

interinstitucional, coordenada pela Câmara Municipal, composta por entidades públicas e privadas (autarquia, segurança social, saúde - áreas dos cuidados de saúde primários, saúde mental e comportamentos aditivos, justiça, educação, administração interna, emprego, entre outras) com intervenção direta ou indireta junto da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo.

A intervenção do NPISA de Viana do Castelo tem por base o Modelo de Intervenção e Acompanhamento Integrado definido pela ENIPSSA, que prevê que “todas as pessoas devem ter o acompanhamento de um gestor de caso desde o momento em que a situação é identificada/sinalizada”. Assim, a gestão de casos permite a realização de um acompanhamento social de proximidade, sistemático e individualizado, que visa responder às necessidades e objetivos dos munícipes e que assenta no desenvolvimento de estratégias flexíveis de comunicação e na coordenação e otimização dos recursos disponíveis.

Torna-se importante referir que, na sequência do processo de descentralização de competências da administração central para as autarquias locais em matéria de Ação Social (Decreto-Lei 55/2020 de 12 de agosto), o Município de Viana do Castelo passou a assumir as referidas competências, no dia 01 de janeiro de 2023, nomeadamente o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - acompanhamento dos munícipes em situação de vulnerabilidade social e económica, o acompanhamento dos beneficiários da medida de RSI e respetiva coordenação do Núcleo Local de Inserção. Assim, o acompanhamento social aos munícipes em situação de sem-abrigo é garantido, através da atribuição de um técnico gestor de caso, que assume uma função de mediador e facilitador nos processos de articulação e comunicação com as diferentes entidades/respostas com as quais a pessoa em situação de sem-abrigo tem de se relacionar no seu percurso de inserção.

O cenário da intervenção junto desta população tem-se intensificado, sendo que as instituições de cariz social também têm vindo a envolver-se e a dinamizar respostas, disponibilizando apoios para garantir alojamento, alimentação, higiene pessoal, bens essenciais, entre outros. Por outro lado, as entidades parceiras constituintes do NPISA Viana do Castelo têm reforçado a articulação, no sentido de se garantir uma monitorização consistente da situação e ações sólidas junto do grupo de população em apreço, promovendo uma reflexão conjunta e a procura das respostas mais adequadas a cada situação.

O NPISA, através das suas parcerias, proporciona aos munícipes: o acesso a cuidados de saúde primários e de especialidade, a integração em respostas de tratamento no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (comunidades terapêuticas,

unidades de desabituação), a regularização de documentação, o encaminhamento para respostas de habitação/ institucionais, bem como a integração em atividades de cariz profissional e sócio ocupacional (emprego, formação profissional e outros projetos formativos ou atividades sócio ocupacionais).

De acordo com o levantamento realizado no final do ano 2023, existiam no concelho de Viana do Castelo 38 pessoas em situação de sem-abrigo, 12 das quais “sem casa” e 26 “sem teto”. Todas estas pessoas são acompanhadas em proximidade pelos serviços e há respostas que possibilitariam a sua integração se estas aceitassem. Normalmente são situações associadas a patologia de saúde mental, o que dificulta a sua integração e encaminhamento para respostas adequadas.

As pessoas em situação de sem-abrigo identificadas são maioritariamente do sexo masculino, entre as idades de 45 e os 64 anos, divorciados, desempregados, com baixa escolaridade e com histórico de consumos e de doença mental.

As sinalizações de situações chegam ao Município pelos próprios, pelas instituições/entidades locais, pela LNES, por agentes de autoridade e por agentes da comunidade.

Tabela 69 – Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Viana do Castelo (2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023) (N.º)

Território	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pessoas em situação de sem-abrigo	56	41	33	30	32	38
Pessoas Sem Teto	16	7	7	15	18	26
Pessoas Sem Casa	40	34	26	15	14	12

Fonte: CMVC

Em janeiro de 2021 foi criada, pelo Município de Viana do Castelo, a Unidade de Pernoita para as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, com capacidade para oito pessoas, uma solução transtirória uma vez que está em fase de projeto a Unidade de Pernoita para pessoas em Situação de Sem-abrigo, integrada na candidatura Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT).

Em Síntese:

- ▶ No final do ano de 2023, existiam 38 pessoas em situação de sem-abrigo (26 sem casa e 12 sem teto) no concelho de Viana do Castelo, observando-se, em termos numéricos, uma tendência de crescimento (nos últimos 3 anos) do número de pessoas em situação de sem-abrigo no concelho;
- ▶ As sinalizações e as diligências de intervenção junto da população em situação de sem-abrigo têm intensificado e reforçado a articulação interinstitucional concelhia, através da criação do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo;
- ▶ Encontram-se a ser desenvolvidas ações que permitem aumentar a capacidade de resposta a esta problemática, nomeadamente a oferta de resposta de alojamento temporário, prevista na ELH.

3.6 MINORIAS

A inclusão social das minorias é uma questão central para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No concelho, grupos como a comunidade cigana e os migrantes enfrentam desafios significativos no acesso a direitos, serviços e oportunidades, devido a preconceitos e discriminação ainda presentes. Estas minorias encontram-se muitas vezes em situação de vulnerabilidade social, económica e cultural, o que torna fundamental a implementação de políticas inclusivas que promovam a igualdade de oportunidades e o respeito pela diversidade. Este capítulo abordará a comunidade cigana e, de seguida, a situação dos migrantes que, embora se constituam uma minoria, o número de migrantes no concelho tem aumentado significativamente, gerando desafios que têm sido destacados pelos parceiros sociais, merecendo, desta forma, uma análise individualizada.

Na abordagem sobre as minorias, torna-se essencial compreender o seu significado. Segundo Capotorti (1979), é “um grupo numericamente inferior ao resto da população de um Estado, em posição não dominante, cujos membros – sendo nacionais desse Estado – possuem características étnicas, religiosas ou linguísticas diferentes das do resto da população e demonstram, pelo menos de maneira implícita, um sentido de solidariedade, dirigido à preservação da sua cultura, das suas tradições, religião ou língua” (Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015, p. 471).

ETNIA CIGANA

O INE divulgou em dezembro de 2023 os resultados do primeiro inquérito às condições de vida, origens e trajetórias da população residente. Cerca de 6,4 milhões de residentes em Portugal entre os 18 e os 74 anos identificam-se como de etnia branca, havendo mais de meio milhão que se dizem pertencentes ao grupo misto (263,2 mil), negros (169,2 mil), asiáticos (56,6 mil) e ciganos (47,5 mil) (INE, 2024).

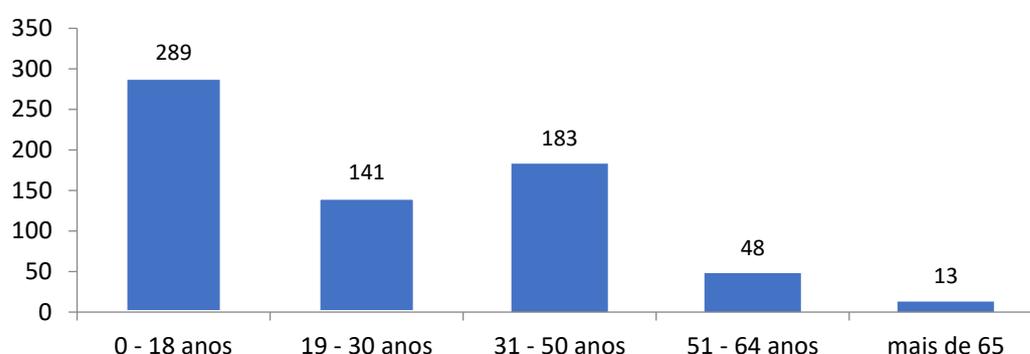
A acentuada dimensão dos contrastes sociais da população cigana em relação à globalidade da população portuguesa, faz com que ela se configure isoladamente das demais minorias étnicas presentes na sociedade portuguesa. As pessoas ciganas continuam a enfrentar desafios particularmente complexos que perpetuam os fatores de exclusão social, o que leva a que se aborde esta população no presente documento.

O Município de Viana do Castelo, através da Divisão de Coesão Social (DCS), recolheu dados quantitativos relativos ao acompanhamento realizado a membros da comunidade cigana durante 2023/2024, nomeadamente em termos de faixa etária, nível de

escolaridade, situação laboral e condições habitacionais. Registam-se 674 cidadãos de etnia cigana acompanhados, representando 0,79% da população total do concelho. Embora esta percentagem seja relativamente baixa, as especificidades deste grupo justificam uma análise individualizada.

De modo geral, caracteriza-se, através do gráfico abaixo, a faixa etária das pessoas de etnia cigana, acompanhadas pelo Município. Trata-se de um grupo étnico jovem, onde 430 elementos têm até 30 anos de idade, representando cerca de 64% das pessoas ciganas residentes no concelho.

Gráfico 33 – Grupo étnico cigano, segundo a faixa etária (2024) (Nº)



Fonte: CMVC

A análise da distribuição etária da população cigana revela informações importantes sobre a sua demografia. A faixa etária de 0 aos 18 anos continua a ser a mais representativa, 42,9% da população total, com 289 indivíduos, tal como 2021 em que se registou 280 indivíduos, 44,8% da população total.

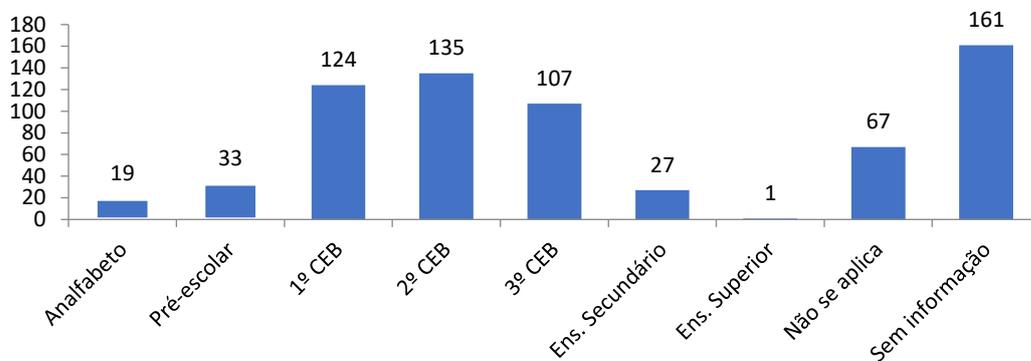
Compreendida nas faixas etárias entre 19 e 64 anos, a população em idade ativa representa 55,2%, enquanto a população acima de 65 anos corresponde a aproximadamente 1,9%, indicando um número reduzido de idosos. A elevada percentagem de indivíduos em idade ativa deve ser analisada à luz da sua situação no mercado de trabalho, conforme evidenciado no gráfico sobre esta temática, mais abaixo. A inclusão da categoria "mais de 65 anos" face ao diagnóstico 2020, destaca que a população idosa é bastante reduzida. Isso pode indicar uma taxa de natalidade alta ou a migração de populações mais velhas para outras regiões.

Relativamente à escolaridade, apesar de atualmente a escola desempenhar um papel integrador para os cidadãos da comunidade cigana, a educação formal não garante

necessariamente o acesso a empregos qualificados ou a um futuro profissional mais promissor para este grupo. A falta de oportunidades que normalmente se associa à obtenção de um diploma académico leva a uma maior descrença entre os jovens ciganos quanto aos benefícios da escolarização.

De um modo geral, observa-se nesta população um maior absentismo, bem como taxas elevadas de abandono e insucesso escolar, o que resulta em baixas qualificações e contribui para a perpetuação da pobreza e da dependência de apoios sociais. Considerando estes fatores, é relevante analisar o nível de escolaridade deste grupo étnico, destacando-se, desde já, a categoria "Não se aplica", que abrange as crianças ainda não em idade escolar.

Gráfico 34 – Grupo étnico cigano, segundo o nível de escolaridade (Ano letivo 2023/2024) (Nº)



Fonte: CMVC

Relativamente à escolaridade, entendida como o nível letivo concluído, o gráfico acima indica que a maioria dos indivíduos está concentrada no 2º CEB e no 1º CEB, totalizando 259 elementos. Analisando o ensino obrigatório, contabiliza-se um total de 393 indivíduos.

Em comparação com o Diagnóstico Social de 2020, verifica-se um decréscimo de 15,11% nos ciclos escolares obrigatórios, onde estavam registados 463 indivíduos. Essa diferença pode ser atribuída à categoria "Sem informação", o que impede a formulação de conclusões definitivas sobre a redução do número de ciganos com escolaridade nos ciclos escolares obrigatórios.

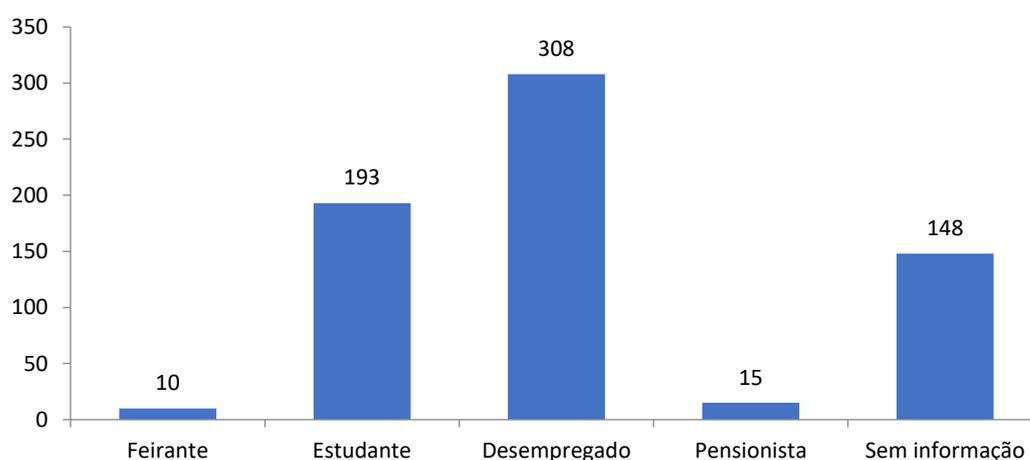
Importa ainda estabelecer um paralelismo no que diz respeito aos analfabetos, uma vez que, comparativamente com o Diagnóstico Social de 2020, 19 elementos deixaram de constar na categoria de analfabeto, indicando a evolução escolar.

A esfera da exclusão social remete esta população para situações de trabalho maioritariamente informais e/ou precárias, pouco duradouras, uma vez que a taxa de

dependentes sociais torna complexa a sua integração laboral. Por outro lado, a identidade cultural pode influenciar as suas escolhas de emprego e estilo de vida, valorizando formas de vida que não se encaixam nas normas tradicionais do mercado de trabalho. Não descurando que os ciganos enfrentam muitas vezes preconceitos durante o processo de procura de emprego, estes e outros fatores incrementam uma taxa de empregabilidade reduzida.

Segundo o Relatório da Comissão sobre a Evolução do Emprego e da Situação Social na Europa (ESDE) de 2023, Portugal comparativamente a outros países da UE, tem uma das taxas mais baixas de emprego no grupo étnico cigano (31%), o que representa uma diferença de 45% face à população em geral.

Gráfico 35 – Grupo étnico cigano, segundo a situação face ao trabalho (2024) (%)



Fonte: CMVC

Sem grandes discrepâncias, a realidade da comunidade retratada evidencia de igual forma o panorama nacional fortemente marcado por uma taxa elevada de desemprego, 46% respeitante a 308 elementos.

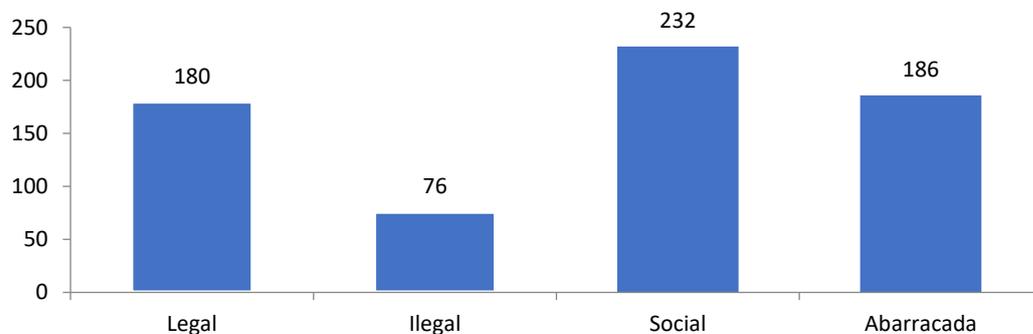
Para além das questões relacionadas com o emprego, a situação habitacional deste grupo étnico também merece destaque. A realidade habitacional desta população é, em muitos casos, marcada por condições precárias e por um acesso limitado a soluções adequadas. A questão habitacional agrava as vulnerabilidades sociais da comunidade, gerando desafios adicionais no que diz respeito à sua integração e qualidade de vida. No panorama nacional, a situação habitacional desta população é caracterizada por uma elevada desigualdade e precariedade. Dados do INE (2023), numa informação à comunicação social denominada por “Rendimento e Condições de Vida: Habitação, dificuldades habitacionais e eficiência energética dos alojamentos”, revela que uma grande proporção deste grupo étnico vive em condições habitacionais inadequadas. De

acordo com o Relatório de 2023 do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), aproximadamente 50% da população cigana em Portugal reside em habitação social, enquanto 30% vive em alojamentos improvisados ou abarracados.

Estes dados refletem uma realidade nacional em que a habitação social serve frequentemente como a principal solução para as necessidades habitacionais da população cigana. A presença em áreas segregadas e a falta de infraestruturas adequadas são questões recorrentes que afetam a qualidade de vida deste grupo étnico.

O padrão local é consistente com as tendências nacionais, mostrando que, apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos.

Gráfico 36 – Grupo étnico cigano, segundo a situação de habitação (2024) (Nº)



Fonte: CMVC

A situação de habitação da amostra, conforme os dados apresentados no gráfico acima, a maioria dos indivíduos encontra-se a residir em habitação social, com 232 ciganos inseridos nesta tipologia de alojamento. Este número reflete o impacto das políticas públicas de apoio habitacional, mas também evidencia a dependência do grupo étnico cigano em relação a estas soluções para garantir condições mínimas de habitabilidade. No entanto, um número significativo, 186 indivíduos, ainda reside em alojamentos abarracados ou improvisados, o que revela um cenário de precariedade habitacional, no entanto, estão a ser construídas urbanizações municipais, no âmbito do programa 1º direito, que vão permitir acabar com situações de acampamentos ainda existentes.

Este tipo de habitação, muitas vezes caracterizado por falta de infraestruturas adequadas, como água potável, eletricidade e saneamento, coloca em risco a saúde e a qualidade de vida da comunidade. A concentração de famílias ciganas em áreas de habitação precária não apenas aprofunda a marginalização social, mas também limita o seu acesso a serviços essenciais, como educação e saúde.

Em Síntese:

- ▶ A abordagem da situação do grupo étnico cigano revela um panorama complexo, refletindo tanto a realidade local quanto as tendências nacionais;
- ▶ Os dados da DCS revelam a existência de aproximadamente 674 cidadãos ciganos, representando 0,79% da população total residente no concelho de Viana do Castelo;
- ▶ A análise relativa à faixa etária indica uma população predominantemente jovem, com 64% dos ciganos residentes tendo até 30 anos;
- ▶ A faixa etária mais representativa é entre os 0 e os 18 anos, constituindo 42,9% da população, o que sugere uma alta taxa de natalidade;
- ▶ A situação educacional mostra que grande parte do grupo étnico cigano possui o 2º CEB e o 1º CEB;
- ▶ No que diz respeito ao emprego, a taxa de desemprego entre os ciganos é de 46%, refletindo a dificuldade de integração laboral.
- ▶ Em relação à habitação, a maioria dos cidadãos ciganos vive em habitação social (232 pessoas), enquanto 186 ainda residem em alojamentos abarracados.

3.7 MIGRANTES

A mobilidade das pessoas entre diferentes territórios, nomeadamente as migrações, são uma componente absolutamente essencial do atual modelo de globalização. Almejamos viver num mundo de livre circulação de pessoas, bens e mercadorias e como tal não é possível confinar as populações nos seus países de origem.

A migração tem pontos muito positivos para os territórios, nomeadamente a nível social e económico, mas enfrentam também alguns obstáculos, como barreiras culturais, falta de redes de apoio, dificuldades na procura de habitação e emprego, entre outros. Um país desenvolvido e em crescimento económico, implementa políticas com o objetivo de reduzir os impactos negativos e maximizar os benefícios dos fluxos migratórios.

Nos últimos anos registaram-se mudanças no enquadramento legal relativo à entrada, permanência, saída e afastamento de migrantes do território nacional, o que induziu a alguma mudança nas tendências dos fluxos migratórios, uma vez que as dinâmicas de acolhimento e de integração podem influenciar positiva ou negativamente os fluxos de entrada de migrantes, bem como todas as fases subsequentes da sua estrada num novo país.

No que diz respeito aos fluxos migratórios, de acordo com os dados publicado pelo INE, Viana do Castelo, tal como apurado a nível nacional, registou em 2011 um saldo negativo (número de entrada de pessoas com o número de saídas) tendo este permanecido com valores negativos até 2016, consequência da crise económica e financeira que afetou o país. A partir de 2017, Viana do Castelo, tal como registado a nível nacional, regressa a um saldo migratório positivo. No ano de 2021 o fluxo migratório em Viana do Castelo desce ligeiramente, no contexto de pandemia mundial, que teve consequências diretas na circulação de pessoas. No ano de 2022 e 2023 o saldo migratório volta a recuperar a tendência de crescimento e a manter-se com valores positivos.

Tabela 70 – Saldo migratório dos municípios da Região do Alto Minho, nos anos 2011, 2016, 2017, 2020, 2021, 2022 e 2023

Território	Saldo migratório ²⁷						
	2011	2016	2017	2020	2021	2022	2023
Portugal	-25178	-629	14896	57768	72040	136144	155701
Norte	-15058	-3231	2562	14548	20834	42808	44600
Alto Minho	-737	-40	291	2284	1235	2520	3042
Arcos de Valdevez	-17	57	66	244	128	269	403
Caminha	-42	-23	11	199	213	370	332
Melgaço	-9	8	15	1	25	89	134
Monção	-7	46	71	311	140	256	310
Paredes de Coura	-5	21	45	112	52	89	115
Ponte da Barca	-42	-15	10	73	61	144	161
Ponte de Lima	-203	-86	-43	257	7	187	276
Valença	-26	25	58	260	204	226	295
Viana do Castelo	-357	-83	42	730	248	640	822
Vila Nova de Cerveira	-29	10	16	97	157	250	194

Fonte: INE

De acordo com os dados do INE reportados, em 2023, Viana do Castelo era o concelho da Região do Alto Minho com maior saldo migratório positivo (+822), o mais elevado observado nos últimos anos, tendo em segundo lugar o concelho de Arcos de Valdevez, que ultrapassou o concelho de Caminha.

O Município de Viana do Castelo tem atraído cada vez mais cidadãos estrangeiros, de distintas nacionalidades, que se fixam no território devido a uma economia em crescimento, às oportunidades de trabalho e de educação, à segurança e respetivas condições de vida.

²⁷ **Saldo migratório:** Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo (INE).

(A partir de 2021, Estimativas Provisórias de População Residente - estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021; 2022, Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024, que incluem na população residente as pessoas deslocadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal.)

A população estrangeira residente no concelho não se distribui de forma igual pelo território, concentrando-se principalmente nas freguesias urbanas do litoral, onde assumem um maior impacto face ao total de residentes.

Tabela 71 – População residente (N.º) no concelho de Viana do Castelo segundo a nacionalidade da população (2021) (N.º)

Território	Total	Total de pop. estrangeira		Europa	África	América	Ásia	Oceânia
		N.º	%					
Viana do Castelo (concelho)	85778	2490	2,90	617	185	1492	192	4
Afife	1.519	57	3,75	27	2	26	2	0
Alvarães	2462	25	1,02	10	1	13	1	0
Amonde	231	0	0	0	0	0	0	0
Areosa	4698	113	2,41	41	12	52	8	0
Carreço	1737	42	2,42	11	0	27	4	0
Castelo do Neiva	1719	57	2,10	16	0	35	5	1
Chafé	3447	235	6,82	49	10	172	4	0
Darque	8002	321	4,01	54	16	233	18	0
Freixieiro de Soutelo	465	8	1,72	8	0	0	0	0
Lanheses	1517	19	1,25	9	3	5	2	0
Montaria	450	2	0,44	1	0	1	0	0
Mujães	1422	33	2,32	17	1	12	3	0
Outeiro	1060	5	0,47	3	0	2	0	0
Perre	2772	14	0,51	6	3	5	0	0
Santa Marta de Portuzelo	3901	40	1,03	13	5	22	0	0
São Romão de Neiva	1048	15	1,43	5	0	10	0	0
UF Barroelas e Carvoeiro	4701	41	0,87	14	1	25	1	0
UF Cardielos e Serreleis	2150	20	0,93	4	1	15	0	0
UF Geraz do Lima e Deão	2150	20	0,93	4	1	15	0	0

Território	Total	Total de pop. estrangeira		Europa	África	América	Ásia	Oceânia
		N.º	%					
UF Mazarefes e Vila Fria	2494	19	0,76	5	1	12	0	1
UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	1433	19	1,33	15	0	3	1	0
UF Subportela, Deocriste e Portela Susã	2250	5	0,22	3	0	2	0	0
UF Torre e Vila Mou	1092	12	1,10	7	0	5	0	0
UF Viana Castelo	25157	1280	5,09	250	123	767	138	2
Vila de Punhe	2064	30	1,45	13	1	16	0	0
Vila Franca	1686	22	1,30	12	1	9	0	0
Vila Nova de Anha	2257	34	1,51	15	2	12	5	0

Fonte: INE

No ano de 2011, de acordo com os dados do INE, residiam no concelho 1.136 estrangeiros de um total de 88.725 cidadãos (1,28% de estrangeiros face ao total e residentes). Já no ano de 2021, e de acordo com a mesma fonte, residiam no concelho 2.490 indivíduos com nacionalidade estrangeira representando 2,9% do total de residentes no concelho de Viana do Castelo, ou seja, reflete-se numa baixa importância relativa da população estrangeira no concelho, porém em mais 1,62 pontos percentuais que em 2011.

No que diz respeito à nacionalidade dos cidadãos verificam-se algumas mudanças neste universo e na ordenação dos continentes mais representados comparativamente a anos anteriores, sendo que em 2011 a maioria dos cidadãos estrangeiros eram provenientes de países europeus (58,45%) e, no ano de 2021, 59,92% dos cidadãos estrangeiros residentes no concelho de Viana do Castelo eram naturais de países da América. Esta alteração pode ser justificada pelo número significativo de cidadãos da América do Sul que procuram Portugal e especificamente Viana do Castelo pela sua atratividade que em parte se relaciona com a segurança, com o mercado de trabalho, e, por ser

popularmente conhecido como a porta de entrada geográfica da Europa devido à localização estratégica e privilegiada.

É de salientar a grande oferta de programas de acolhimento e integração destes cidadãos, nomeadamente com a criação de equipas específicas e com atividades de integração através da língua, não menos importante é o acompanhamento destes cidadãos para se estabelecerem no Concelho, o que traz cada vez mais migrantes a residir em Viana do Castelo.

Os dados concelhios disponíveis permitem ainda realçar que a população migrante residente no território, tal como já mencionado acima, não se distribui de forma homogénea pelo concelho, assumindo-se que as oportunidades de trabalho, as ofertas habitacionais e as redes de apoio funcionam como três dos principais fatores enquadradores da distribuição geográfica dos migrantes. Assim, e tal como é possível verificar nos dados acima referidos, os migrantes concentravam-se, na sua maioria, na UF de Viana do Castelo (1.280). A freguesia de Chafé registou a maior percentagem de residentes naturais de países estrangeiros face à população total residente, com 6,82%.

Tabela 72 – População estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo, por nacionalidade e grupo etário (2021) (N.º)

Território	Total	0 – 14 anos	15 – 64 anos	65 e mais anos
Viana do Castelo	85778	10217	54069	21492
Portuguesa	83288	9911	52119	21258
Estrangeira	2490	306	1950	234
Europa	617	57	404	156
África	185	4	176	5
América	1492	236	1187	69
Ásia	192	9	179	4
Oceânia	4	0	4	0

Fonte: INE

Mantendo a tendência de anos anteriores, a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal, no ano de 2021, encontrava-se maioritariamente entre os 15 e

os 64 anos de idade, traduzido em 78,31% da população estrangeira residente no concelho.

Por outro lado, em 2021, apenas 9,4% dos estrangeiros residentes tinham 65 ou mais anos, enquanto que os residentes de nacionalidade portuguesa nesse mesmo grupo etário atingiam os 25,5%. A imigração em Portugal, e neste caso específico em Viana do Castelo, continua a assumir uma pirâmide etária em idade ativa, pelo facto do movimento migratório ser, predominantemente, por razões económicas ou laborais, assumindo assim um papel fundamental no atenuar dos efeitos do envelhecimento demográfico da população.

Com uma percentagem bastante significativa de população estrangeira em idade ativa importou analisar o número de desempregados registados no concelho, sendo verificado que à data de julho de 2024, dados mais recentes, os desempregados de “nacionalidade não portuguesa” registados no IEFP atingiram os 292 indivíduos, sendo que, por motivos de confidencialidade, não foram disponibilizados dados de caracterização da nacionalidade por concelho. Apesar de ainda não estarem divulgados os dados referentes ao primeiro semestre de 2024 face ao número de estrangeiros residentes no concelho, os dados reportados pelo IEFP levam a considerar que os cidadãos estrangeiros registados como desempregados seja inferior a 10% do total da população estrangeira residente no concelho.

Tabela 73 – Cidadãos registados como desempregados no concelho de Viana do Castelo, por nacionalidade (julho, 2024) (N.º)

Território	Total
Viana do Castelo (concelho)	1.808
Nacionalidade portuguesa	1.516
Nacionalidade não portuguesa	292

Fonte: IEFP

Caracterizar a educação recebida em Portugal por cidadãos de nacionalidade estrangeira residentes em Viana do Castelo (contemplando-se a integração de estudantes estrangeiros no sistema escolar português) é um aspeto importante para enquadrar o processo de integração dos cidadãos estrangeiros nas sociedades de acolhimento e nos desafios inerentes ao sistema educativo.

Tabela 74 – Distribuição de alunos/as migrantes, por agrupamentos de escolas e por ciclos, no ano letivo 2023/2024

Agrupamento de Escolas	Alunos/as migrantes					
	Pré-Escolar	1.ºCEB	2.º CEB	3.ºCEB	Secundário	Total
AE Monserrate	57	115	55	59	106	392
AE Sta. Maria Maior	0	6	20	19	130	175
AE Abelheira	42	77	29	54	0	202
AE Barrocelas	9	28	14	18	7	76
AE Monte da Ola	83	197	80	100	5	465
AE Arga e Lima	11	28	8	8	15	70
AE Pintor José Brito	8	41	14	38	4	105
Total	210	492	220	296	267	1485

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Concelho de Viana do Castelo

Repare-se que, em Viana do Castelo, no ano letivo de 2023/2024, estavam matriculados/as, nos sete agrupamentos do Concelho, 1.485 alunos/as migrantes, sendo que 34,38% estava a frequentar o 1º CEB (do 1º ao 4º ano). A concentração dos migrantes nas freguesias urbanas do litoral mencionadas acima é reforçada também pela distribuição de crianças estrangeiras pelos agrupamentos de escolas, sendo que 51.79% do total de alunos/as estão matriculados nos três Agrupamentos de Escolas da UF de Viana do Castelo.

No contexto atual de diversidade e de experiências que enriquecem o ambiente educacional, com o aumento das crianças migrantes matriculadas no sistema escolar português, os diferentes estabelecimentos escolares encontram um conjunto único de desafios que exigem estratégias e recursos que permitam superar obstáculos e garantir que todos os/as alunos/as prosperem.

Tabela 75 – Alunos/as inscritos no ensino superior no concelho de Viana do Castelo, por nacionalidade e ano letivo

Território	Alunos/as inscritos/as no ensino superior (concelho de Viana do Castelo)						
	2016/2017	2017/2018	2018/2018	2018/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023
Total	3018	2965	3022	3158	3403	3580	3533
Portuguesa	2846	2796	2.839	2923	3182	3167	3066
Estrangeira	172	169	183	235	221	413	467

Fonte: INE

No que diz respeito ao número de alunos/as inscritos/as no ensino superior estes têm aumentado ao longo dos últimos anos, sendo que no ano letivo de 2022/2023 estavam inscritos 467 estrangeiros no ensino superior que diz respeito a 13,22% do número total de inscritos, mais 7,52 pontos percentuais que no ano letivo de 2016/2017.

Este crescimento pode ser efeito dos programas de captação de estudantes internacionais para o ensino superior, bem como de algumas mudanças no enquadramento legal português que têm feito aumentar os fluxos migratórios de estudantes estrangeiros.

Tabela 76 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com Título de Residência e Vistos de longa duração. (2014 - 2021) (Nº)

Território	População estrangeira							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Viana do Castelo (Distrito)	2864	2860	3045	3158	3706	4789	6 167	7 505
Arcos de Valdevez	179	189	190	203	232	273	299	344
Caminha	261	257	259	295	329	421	513	625
Melgaço	95	96	89	88	92	108	120	149
Monção	376	365	367	380	441	568	733	876
Paredes de Coura	37	38	46	60	77	105	150	184
Ponte da Barca	93	91	98	87	73	97	126	142
Ponte de Lima	227	213	229	270	315	383	446	548
Valença	404	394	411	408	437	546	845	1 057
Viana do Castelo	970	984	1114	1141	1480	1992	2 474	2 991
Vila Nova de Cerveira	222	233	242	226	230	296	461	589

Fonte: Sefstat

De acordo com a informação do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o número de migrantes residentes no concelho de Viana do Castelo, com título de residência e visto de longa duração, tem vindo a aumentar nos últimos anos (desde 2016), tendência também verificada em todo o distrito.

A população estrangeira no distrito de Viana do Castelo apresenta um crescimento significativo ao longo dos anos. Em 2014, a população estrangeira era de 2.864, enquanto em 2021 atingia os 7.505. Isso representa um aumento de aproximadamente 162%.

O concelho de Viana do Castelo teve um aumento notável de 970 cidadãos estrangeiros em 2014, para 2.991 cidadãos estrangeiros em 2021, o que representa um crescimento de cerca de 208%. É o Município com maior número absoluto de população estrangeira, sendo que em 2021 representava cerca de 40% do total de estrangeiros no distrito, sendo desta forma um ponto focal para a migração na região.

O aumento contínuo da população estrangeira sugere que Viana do Castelo e as suas localidades estão a tornar-se mais atrativas para os migrantes, possivelmente devido a fatores económicos, sociais ou de qualidade de vida.

Os Municípios com maior crescimento percentual do distrito de Viana do Castelo (2014-2021) são:

- > Paredes de Coura: +396% (de 37 para 184), embora comece com números baixos;
- > Viana do Castelo: +208% (de 970 para 2991);
- > Caminha: +139% (de 261 para 625);
- > Monção: +133% (de 376 para 876);
- > Arcos de Valdevez: +92% (de 179 para 344).

Tabela 77 – Residentes estrangeiros no concelho de Viana do Castelo, por nacionalidade (2016, 2018, 2019, 2020 e 2021) (Nº)

	2016	2018	2019	2020	2021
Viana do Castelo (concelho)	1088	1449	1977	2474	2991
Brasil	263	426	717	1063	1402
Espanha	153	145	171	183	165
França	94	120	143	156	146
Roménia	49	112	98	105	98
Ucrânia	95	77	79	80	85
Itália	29	74	129	146	160
Cabo Verde	31	51	57	62	67
China	77	50	63	68	69
São Tomé	10	50	69	79	144
Reino Unido	45	37	50	68	62
Alemanha	26	31	33	45	47
Outros países da Europa	132	157	123	131	136
Outros países da América	34	53	69	108	155
Outros países da Ásia	28	46	92	112	167
Outros países de África	47	51	83	67	87

Fonte: SEF

Ao analisarmos a evolução do número de residentes estrangeiros, segundo a sua nacionalidade, é possível verificar que o Brasil destaca-se como a principal nacionalidade entre os migrantes, com um crescimento acentuado uma vez que a população brasileira cresceu de 263 em 2016 para 1.402 em 2021, um aumento de 433%. É a nacionalidade com o maior aumento absoluto e percentual. O que pode estar relacionado com laços culturais e económicos.

Surge uma diversidade crescente na migração para Viana do Castelo, o que pode ser verificado com a presença de cerca de 80 nacionalidades, incluindo São Tomé e Príncipe, Itália, outros países da América e da Ásia.

Algumas nacionalidades, como a espanhola e a ucraniana, mostram estabilidade, enquanto outras, como a italiana e a de São Tomé e Príncipe, apresentam um crescimento mais acentuado.

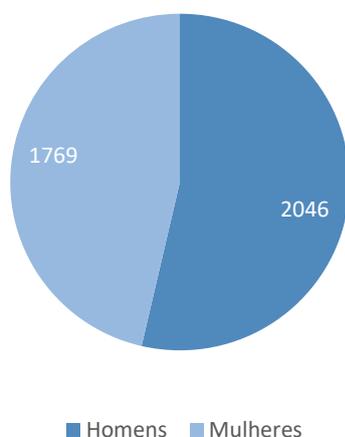
Tabela 78 – População estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo, por sexo (2013-2022) (Nº)

Ano	Total	Homem	Mulher
2022	3815	2046	1769
2021	2991	1541	1450
2020	2473	1301	1172
2019	1977	1040	937
2018	1449	755	694
2017	1110	557	553
2016	1088	542	546
2015	974	486	488
2014	964	470	494
2013	1031	527	504

Fonte: INE

No que diz respeito à distribuição por sexo, os dados do INE evidenciam um ligeiro aumento da proporção de mulheres de nacionalidade estrangeira no total de residentes estrangeiros no concelho de Viana do Castelo, entre 2014 e 2016. No entanto, a partir de 2017, os homens voltam a ter números superiores face às residentes estrangeiras do sexo feminino. Reconhecendo que a população estrangeira não é um todo homogéneo, e considerando as dez nacionalidades numericamente mais representadas em Viana do Castelo, de acordo com os últimos dados publicados por parte do extinto SEF, observa-se que, em 2021, o Brasil e São Tomé e Príncipe destacam-se com maior importância relativa do sexo feminino no total de residentes dessa nacionalidade.

Gráfico 37 – População estrangeira residente no concelho de Viana do Castelo, por sexo (2021)
(Nº)



Fonte: INE

Em 2022, para um total de 3.815 migrantes, há 2.046 homens, o que representa 53,6 % da população, e 1.769 mulheres, o que representa 46,4 % da população. Analisando os dados por sexo, não se verifica uma diferença percentual significativa entre residentes homens e mulheres.

Em Síntese:

- ▶ Em 2023, Viana do Castelo era o concelho da Região do Alto Minho com maior saldo migratório positivo (+822), o mais elevado observado nos últimos anos, tendo em segundo lugar o concelho de Arcos de Valdevez, que no ano de 2022 ultrapassou o concelho de Caminha;
- ▶ Viana do Castelo é o município com o maior número total de habitantes estrangeiros, representando, em 2021, aproximadamente 40% do total de estrangeiros no distrito;
- ▶ Em 2021, os migrantes concentravam-se, na sua maioria, na UF de Viana do Castelo (com 1.280). A freguesia de Chafé registou a maior percentagem de residentes naturais de países estrangeiros face à população total residente, com 6,82%;
- ▶ Em 2021, a maioria da população estrangeira em Viana do Castelo pertencia à faixa etária de 15 a 64 anos, com um total de 1.950 indivíduos, o que representava aproximadamente 78,3% da população estrangeira;
- ▶ Em Viana do Castelo, no ano letivo de 2023/2024, estavam matriculados/as, nos sete agrupamentos do concelho, 1.431 alunos/as migrantes, sendo que 34,38% destes alunos estava a frequentar o 1º CEB;
- ▶ No ano letivo de 2022/2023 estavam inscritos no concelho de Viana do Castelo 467 migrantes no ensino superior, que diz respeito a 13,21% do número total de inscritos, mais 7,51 pontos percentuais que no ano letivo de 2016/2017;
- ▶ A população estrangeira no distrito de Viana do Castelo apresenta um crescimento significativo ao longo dos anos. Em 2014 a população era de 2.864, enquanto em 2021 já chegava a 7.505. Isso representa um aumento de aproximadamente 162%;
- ▶ Em 2021, 46,9% da população estrangeira residente no concelho era proveniente do Brasil, seguindo-se a proveniente de Espanha (5,5%), Itália (5,3%) e França (4,9%).

3.8 OUTROS

3.8.1 VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No ano de 2023, registaram-se no Distrito de Viana do Castelo 633 denúncias do crime de VD, o que corresponde a uma ligeira diminuição face a 2022 (4,5%) mas, ainda assim, se mantém bastante acima dos anos anteriores (2021 – 581; 2020 - 572) (RASI, 2021, 2022 e 2023).

A estatística nacional mostra que 69,3% das vítimas são mulheres e 78,9% dos denunciados/as são homens. No que se refere a vítimas, 61,4% tem idade igual ou superior a 25 anos, 28,3% tem menos de 16 anos e 9,2% tem entre 16 e 24 anos. No que se refere a denunciados/as, 88,7% tem idade igual ou superior a 25 anos, 6,9% tem idade entre os 16 e os 24 anos e 0,2% tem idade inferior a 16 anos.

Destaque para o facto de que em 27,6% dos casos a vítima é cônjuge ou companheira/o; e em 27% é filho/a ou enteado/a. A relação de namoro apenas se regista em 4,9% das vítimas. Registou-se ainda um total de 4.050 vítimas com mais de 64 anos (RASI, 2023).

Segundo a base de dados de VD (Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna - SGMAI), em 2021, 31,1% das participações por VD a nível nacional tiveram ocorrência presenciada por menor. Pode afirmar-se que, no distrito de Viana do Castelo, cerca de 205 ocorrências foram presenciadas por menores. Em 2022, as CPCJ do distrito receberam 825 comunicações de crianças em risco/perigo e realizaram 227 diagnósticos. Por cada 100 crianças e jovens residentes no distrito de VC, 3,80 estão em acompanhamento pelas CPCJ. A nível nacional, 27,4% das denúncias realizadas à CPCJ correspondem a situações de VD.

Relativamente aos recursos especializados existentes no Concelho de Viana do Castelo, verifica-se a existência de:

- > uma estrutura de atendimento de vítimas de VD - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD) do GAF, que desenvolve o Projeto Farol e a Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de VD;
- > uma Casa Abrigo para Mulheres e Crianças Vítimas de VD – Casa Abrigo do GAF, com capacidade para 15 pessoas;
- > um Centro de Acolhimento de Emergência (CAE) para Mulheres e Crianças Vítimas de VD – CAE do GAF com capacidade para 40 pessoas;

- > um Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) da Guarda Nacional Republicana (GNR);
- > uma Equipa do Programa Escola Segura da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Ao nível estatístico, o NAVVD do GAF (juntamente com o Projeto Farol e a Resposta de Apoio Psicológico - RAP) acompanhou, em 2023, 445 vítimas de VD do concelho (adultas e menores), observando-se que, nos últimos anos, o recurso ao serviço é cada vez maior.

O atual Acordo de Cooperação atípico celebrado entre a Segurança Social e o GAF prevê o atendimento de 25 vítimas mensalmente. Porém, o NAVVD atende, por mês, em média, mais de 60 vítimas adultas e mais de 20 crianças e jovens no seu território de intervenção (concelhos de Viana e Ponte de Lima). Este acordo é manifestamente insuficiente para as necessidades do território abrangido pela resposta, que, ao longo dos últimos 20 anos, tem sido reforçada por projetos financiados, sob a coordenação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

No que respeita às estruturas de acolhimento, receberam em 2023, 392 vítimas (adultas e menores) oriundas sobretudo, e por motivos de segurança, de outros concelhos do país que não Viana do Castelo. Verifica-se, contudo, que uma percentagem significativa destas pessoas/agregados familiares se fixam em Viana do Castelo após processo de autonomização, não raras vezes acabando por ficar em condições de fragilidade socio-económica a curto ou médio prazo.

Ambas as respostas existentes (atendimento e acolhimento) pertencem à Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) e são supervisionadas pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

De salientar que, ao nível da prevenção primária da VD, o concelho não dispõe de nenhuma resposta capaz de desenvolver ações de forma contínua e sistemática. O NAVVD (enquanto única resposta especializada), à exceção das fases em que dispõe de projetos financiados, não tem capacidade para trabalhar na área da prevenção primária da violência doméstica, dada a falta de alocação de recursos humanos. Assim, por exemplo, em contexto escolar o concelho não consegue assegurar ações de informação e sensibilização, de modo regular, numa lógica de prevenção de uma problemática grave no país.

3.8.2 PESSOAS COM COMPORTAMENTO ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

Em outubro de 2021, foi publicado o Diagnóstico de Viana do Castelo relativo aos comportamentos aditivos e dependências (CAD), elaborado pelo CRI de Viana do

Castelo. Nesse documento, partindo do fenómeno dos CAD, pretende-se compreender a sua dimensão e natureza, bem como identificar os recursos e oportunidades existentes localmente para o desenvolvimento de um Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI). Os princípios de orientação estratégica que sustentam o plano de intervenção baseiam-se na territorialidade, na integração, na parceria e na participação.

Identificação de problemas elencados no diagnóstico no âmbito do fenómeno dos CAD:

- > Problemas de comportamento e absentismo escolar;
- > Disfuncionalidade Familiar;
- > Consumo de Substâncias Psicoactivas- SPA (lícitas e ilícitas);
- > Comportamentos aditivos sem substância: jogo (gaming ou gambling) e internet;
- > Comportamentos de Risco associados ao Trabalho Sexual;
- > Necessidade de Formação específica no âmbito dos CAD;
- > Isolamento social, sedentarismo e desocupação prolongada do seu dia-a-dia, agravado pela situação pandémica gerada pelo COVID 19 em 2020;
- > Enfraquecimento de competências de empoderamento e recovery, ausência de relacionamentos sociais mais satisfatórios, baixa auto estima e baixas expectativas na mudança de hábitos e de vida.

Através dos contactos com os parceiros da Rede Social, o Diagnóstico refere como públicos estratégicos para intervenção os seguintes:

- ▶ Alunos do ensino público e privado: Jardim de Infância, 1º, 2º, 3º Ciclo e Ensino Secundário, níveis II e III do Ensino Profissional e Ensino Superior do território de Viana do Castelo:

No que respeita ao consumo de SPA, a cannabis tem ganho expressividade o que é, não raro, referido pelos parceiros, sobretudo aludindo a uma baixa perceção do risco associado ao consumo. O aumento da experimentação ao longo da vida no 3º ciclo (onde em 2006 tínhamos 5,2% e em 2015 verifica-se 14,7%) ganha ainda maior significado pelo aumento do consumo nos últimos 12 meses (de 3,7% para 12,5%) e nos últimos 30 dias/ consumo atual (2,5% para 6,9%).

O Inquérito Nacional em Meio Escolar (INME) 2006-2011 e Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga (ECTAD) 2015, refletem estas tendências concelhias, que acompanham a tendência Nacional. Em 2020, dos 634 indivíduos abrangidos em ações de informação/ sensibilização e formação em meio escolar, 566 são do concelho de Viana do Castelo.

▶ Jovens consumidores de SPA (lícitas e ilícitas):

Os diversos parceiros da rede apontam que o consumo de substâncias psicoativas no concelho de Viana do Castelo, sem ser alarmante, é preocupante. Entre os jovens, verifica-se o consumo de canábis, com o aumento do consumo de álcool. O relatório do Dia da Defesa Nacional (DDN) 2014, apontava que “Tal como em outros estudos, a substância mais consumida é o álcool, seguida pelo tabaco e depois pela canábis, apresentando as outras substâncias ilícitas valores bastante inferiores. A maioria dos jovens já experimentou álcool e tabaco, mantendo na atualidade os consumos de álcool, mas representando menos de metade aqueles que mantêm o consumo atual de tabaco. Quanto ao consumo de canábis, a maioria dos jovens nunca experimentou (7 em cada 10 jovens). Daqueles que já experimentaram canábis cerca de um em cada seis mantém atualmente esses consumos” (DDN, 2014, pág. 53).

Os dados de 2016, 2017 e 2018, vieram corroborar estas tendências. Saliente-se que os jovens do concelho de Viana do Castelo apresentam, em 2017, no indicador consumo atual uma taxa de 44,3%, superior à média nacional de 40%. Analisando ainda os processos da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) por local de ocorrência, dos 258 registados em 2020 no distrito de Viana do Castelo, destaca-se claramente o concelho de Viana do Castelo.

Em 2020 e 2021, foram encaminhados 12 jovens indiciados pela CDT local, residentes no concelho de Viana do Castelo, para sessões de Redução de Riscos e Minimização de Danos do CRI. No mesmo período foram encaminhados 50 jovens para consultas de Prevenção seletiva e indicada. Destes, 23 são do concelho de Viana do Castelo, e 16 são dos restantes nove concelhos.

▶ Jovens com outros comportamentos aditivos:

Os dados recolhidos nos inquéritos do DDN permitem-nos perceber a evolução dos comportamentos aditivos dos jovens sem SPA. Verifica-se um aumento muito significativo para os diferentes indicadores, sendo o menos expressivo o que respeita à utilização das redes sociais quatro ou mais horas por dia de segunda a sexta-feira e ao fim de semana, que em 2016 já era expressivo. Ainda assim houve um aumento de quase 10% no espaço de 3 anos.

Os jogos online e as apostas apresentam valores significativos fazendo prever, a médio prazo, um aumento também de casos de dependência. Por isso, uma necessidade de intervenção ao nível da prevenção.

Esta é uma “nova realidade” que se terá agravado em 2020/2021 pela pandemia.

▶ Utentes em tratamento no CRI de Viana do Castelo:

No primeiro semestre do ano de 2021 estavam ativos na equipa de tratamento do CRI 728 utentes, dos quais 318 a residir no concelho de Viana do Castelo. Em 2023 este número foi de 345.

Encontram-se 122 utentes em tratamento no CRI em Programa Terapêutico com Agonista Opiáceo – Metadona.

No mesmo semestre em análise, encontravam-se sete indivíduos em tratamento no CRI, com comportamentos aditivos sem substância (jogo), residindo seis no concelho de Viana do Castelo.

▶ Utentes acompanhados pela Estrutura de Redução de Riscos e Minimização de Danos (Projeto “Adições”, em 2021, Projeto Ir+ em funcionamento desde 2022 - promovidos pelo GAF):

A Equipa de Redução de Riscos e Minimização de Danos (ERRMD) do Gabinete de Atendimento à Família, cofinanciada pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), tinha ativos em acompanhamento, à data do Diagnóstico: 486 utentes, consumidores de SPA e 62 famílias e 12 utentes de rua, consumidores de SPA por via injetada (todos residentes na UF de Viana do Castelo).

Identificaram-se 217 indivíduos consumidores problemáticos de álcool, com dependência marcada, sem motivação para tratamento ou com abandono do mesmo, encontrando-se 44 a residir no concelho de Viana do Castelo.

Encontravam-se em acompanhamento 22 indivíduos em situação de sem-abrigo, com consumo de substâncias psicoativas, concentrando-se no concelho de Viana do Castelo o maior número de indivíduos nesta condição.

Estão identificados e são acompanhados semanalmente, 67 indivíduos trabalhadores do sexo (33 em Viana do Castelo).

A Equipa de Rua identifica ainda, um grupo de risco de 62 indivíduos, sem consumos (familiares de utentes com consumos problemáticos, com dificuldades na relação no seio familiar) e indivíduos com consumos esporádicos, mas com alto risco de dependência, tendo em conta o contexto familiar e sociodemográfico.

▶ Frequentadores do Contexto Recreativo

Do conjunto dos eventos festivos realizados no distrito e identificados como prioritários, enumeram-se anualmente, cerca de 7000 frequentadores do contexto recreativo consumidores de SPA's;

- ▶ Jovens Indiciados pela Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT), com consumo de SPA's

Encontravam-se, à data do Diagnóstico, sinalizados 14 jovens para Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI) e 12 jovens para Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD), com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, maioritariamente do sexo masculino, encaminhados pela CDT de Viana do Castelo, por experimentação ou utilização problemática de SPA, com uma maior incidência na canábis, sem critérios de dependência ou sem motivação para tratamento.

Em 2023 esta estrutura atendeu/acompanhou 150 pessoas do Concelho de Viana do Castelo.

De referir a existência no Concelho de uma outra estrutura de atendimento e Acompanhamento especializado – a Unidade de Apoio na Toxicodependência (UAT – protocolada entre a Segurança Social e o GAF e com capacidade para 25 utentes (abrangência em acordo de cooperação). A UAT do GAF foi criada no sentido de dar resposta às necessidades dos indivíduos/famílias que estejam ou tenham estado implicados em situações de uso/abuso de substâncias. A intervenção da UAT conflui, assim, no sentido de apoiar e promover o desenvolvimento positivo de indivíduos que usam/abusam de substâncias ou que se encontrem em situação de risco - quer por estarem em período de abstinência, quer pela existência de fatores que possam conduzir a esse uso/abuso.

Em 2023 este serviço, com uma equipa multidisciplinar, atendeu/acompanhou 51 indivíduos do concelho de Viana do Castelo.

3.8.3 PESSOAS PORTADORAS DE VIH

Na última década do século passado, vivia-se um flagelo provocado pela Pandemia da SIDA. No início do século XXI, mais precisamente em 2001, surge a oportunidade de se criar em Viana do Castelo uma resposta social especializada no atendimento e acompanhamento de pessoas portadoras de VIH - o CAPS - Centro de Apoio Psicossocial VIH/Sida, num formato mais estruturado e cuja intervenção psicossocial era exclusivamente dirigida a pessoas infetadas, afetadas e preocupadas com a infeção pelo VIH/SIDA.

Nesta altura, contava-se já com um conhecimento mais aprofundado sobre a infeção por VIH e a doença de SIDA, e o acesso à terapêutica anti retroviral era uma realidade para as pessoas doentes.

Os avanços científicos ao longo das últimas duas décadas permitem hoje afirmar que o diagnóstico precoce e o maior acesso aos medicamentos antirretrovirais aumentou a esperança média de vida para pessoas com VIH, comparativamente com aquelas que foram diagnosticadas no início do século (ONU).

Perante as mudanças verificadas ao nível do conhecimento científico e dos avanços da medicina nos últimos 30 anos, em particular na área da infeção por VIH/SIDA, o CAPS VIH/SIDA do GAF foi ajustando a sua intervenção quer à legislação em vigor e às normativas nacionais e internacionais, quer às necessidades das pessoas acompanhadas a nível distrital, procurando acompanhar este processo de transformação. É um trabalho desenvolvido em estreita colaboração com a Unidade Local de Saúde do Alto Minho e, só em 2023, o CAPS do GAF atendeu/acompanhou 50 pessoas.

A realidade de hoje é, em tudo, diferente da realidade no fim do século passado, com importantes conquistas a mencionar:

- ▶ Integração do Programa Nacional para infeção VIH/SIDA na Direção Geral Saúde (DGS);
- ▶ Do tratamento exclusivos de pessoas CD4+ abaixo dos 350, passou-se para o tratamento para todas as pessoas independentemente do número de CD4;
- ▶ De um *cocktail* de fármacos diário, as pessoas infetadas tomam agora apenas um comprimido por dia para combater a infeção;
- ▶ Surgiram fármacos genéricos, reduzindo custos/despesas do Estado neste âmbito;
- ▶ As pessoas infetadas e as doentes de Sida passaram a ter uma esperança média de vida equiparada à de uma pessoa não infetada;
- ▶ Constatou-se que a TARV permite controlar a carga viral e por isso, hoje, uma pessoa em tratamento com carga viral indetetável não transmite o vírus (Indetetável = intransmissível);
- ▶ Promoção da adesão à terapêutica através de medidas de distribuição dos fármacos mais facilitadas e de proximidade: possibilidade de recolha dos fármacos em farmácias comunitárias, ou nos centros de saúde ou entidades de cariz social existentes nas comunidades locais das pessoas infetadas;
- ▶ Adesão à terapêutica mais facilitada pela melhoria dos fármacos (quer em termos de eficácia, quer na redução dos efeitos secundários);

- ▶ O VIH é, atualmente, considerado uma doença crónica;
- ▶ Aposta nas medidas preventivas;
- ▶ Promoção do acesso ao teste de rastreio rápido, quer ao nível do SNS quer das entidades da Sociedade Civil com a Rede de Rastreio Comunitária;
- ▶ Disponibilização do autoteste nas farmácias comunitárias;
- ▶ Divulgação e acesso à PrEp e à PPE;
- ▶ Acesso aos materiais preventivos (preservativos masculino e feminino, gel lubrificante).

Desde 2009 que o CAPS integra o Fórum Nacional para a infeção por VIH/SIDA, levando a representação do concelho de Viana do Castelo para o mapeamento nacional. O XXI Governo Constitucional, no seu programa para a saúde, estabeleceu como prioridades “promover a saúde através de uma nova ambição para a saúde pública, reforçando a vigilância epidemiológica e a promoção da saúde, da prevenção primária e da prevenção secundária, e melhorar a qualidade dos cuidados de saúde”. O Fórum é uma estrutura consultiva do Programa Nacional para a Infeção VIH Sida e Tuberculose e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, no âmbito da Direção-Geral da Saúde (DGS) e que congrega a participação de 20 organizações não-governamentais que desenvolvem atividades nestas áreas. Compete ao Fórum garantir a participação ativa da sociedade civil no âmbito da prevenção e controlo das infeções do VIH sida, tuberculose e hepatites virais

4.

Respostas Sociais do Concelho



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

4. RESPOSTAS SOCIAIS DO CONCELHO

Este capítulo expõe a rede de serviços e respostas sociais existentes no concelho, direcionadas sobretudo para as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A rede de serviços e equipamentos sociais é composta por um conjunto alargado de organismos públicos e privados e instituições que integram serviços e valências direcionadas a diversos grupos da população.

Os dados que se apresentam neste capítulo têm por base as respostas aos questionários e a carta social. Assim, pretende-se identificar e expor as respostas sociais do concelho quanto à capacidade, utilização e existência de lista de espera durante o ano de 2023, não tendo sido possível a diferenciação entre vagas participadas e vagas privadas.

4.1 INFÂNCIA

4.1.1 CRECHE

Tabela 79 – Creches (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	Nº Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Academia Dos Pimpolhos, Sociedade Unipessoal, Limitada	42	33	-
Casa do Povo Afife	25	16	×
Centro Paroquial de Promoção Social e Cultural de Darque	122	90	✓
Centro Paroquial e Social de Lanheses	42	42	✓
Centro Social Cultural Carreço	46	46	✓
Centro Social Cultural Meadela	94	94	-
Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo	42	42	-
Centro Social e Cultural de Barrocelas	123	96	✓
Centro Social e Paroquial de Vila de Punhe	42	42	✓
Centro Social Paroquial de Areosa	37	37	✓
Centro Social Paroquial de Deão	42	42	✓
Centro Social Paroquial de Perre	37	37	✓
Centro Social Paroquial de S. Romão de Neiva	64	56	-
Centro Social Paroquial S. Sebastião Chafé	46	41	×
Centro Social e Paroquial de Vila Franca	40	40	✓
Centro Social Paroquial de Vila Nova de Anha	76	75	✓

4. RESPOSTAS SOCIAIS DO CONCELHO

Entidade	Capacidade de Resposta	Nº Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Congregação de Nossa Senhora da Caridade	69	69	-
Lar de Santa Teresa	133	133	✓
Posto de Assistência Social de Alvarães	33	33	✓
Santa Casa Da Misericórdia De Viana Do Castelo	82	82	✓
Santa Casa Da Misericórdia De Viana Do Castelo – S. Tiago da Barra	42	42	✓
Centro Social Paroquial de Vila Nova de Anha	76	75	✓

4.1.2 ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Tabela 80 – Estabelecimento de Educação Pré-Escolar (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Casa do Povo Afife	50	25	✗
Centro Social e Cultural da Meadela	50	45	-
Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo	65	65	-
Centro Social e Cultural de Barroelas	100	81	✗
Centro Social e Paroquial de Santa Maria Maior	100	96	✓
Centro Social e Paroquial de Vila de Punhe	75	61	✗
Centro Social Paroquial do Senhor do Socorro	75	66	✗
Centro Social Paroquial de Perre	50	42	✗
Centro Social Paroquial de S. Romão de Neiva	85	64	-
Centro Social Paroquial N. Sra. Fátima	50	18	✗
Centro Social Paroquial S. Sebastião Chafé	67	53	✗
Lar de Santa Teresa	125	125	✓
Santa Casa Da Misericórdia De Viana Do Castelo	75	45	✗
Santa Casa Da Misericórdia De Viana Do Castelo – S. Tiago da Barra	75	60	✗

4.1.3 CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Tabela 81 – Centro de Atividades de Tempos Livres (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (ACISJF)	16	6	×
Associação Cultural e de Educação Popular (ACEP)	150	91	-
Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo	40	40	-
Centro Social e Cultural de Barroelas	100	100	✓
Centro Social e Paroquial de Santa Maria Maior	60	60	✓
Centro Social e Paroquial de Vila de Punhe	22	22	✓
Centro Social Paroquial Castelo do Neiva	50	50	✓
Centro Social Paroquial de Areosa	30	25	-
Centro Social Paroquial de Perre	23	16	×
Centro Social Paroquial de S. Romão de Neiva	40	40	-
Centro Social Paroquial S. Sebastião Chafé	40	35	×
Centro Social Paroquial de Vila Nova de Anha	40	40	✓
Ozanan Centro Juventude	70	45	-

4.1.4 OUTRAS RESPOSTAS: ATL EM PAUSAS LETIVAS, PROMOVIDOS PELAS JUNTAS DE FREGUESIA

Tabela 82 – Outras respostas (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Juntas de Freguesia/ATL	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Junta de Freguesia de Alvarães	✓
Junta de Freguesia de Mujães	✓
Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo e UF de Cardielos e Serreleis	✓
Junta de Freguesia de Vila Franca	✓
UF de Geraz do Lima (Sta. Maria, Sta. Leocádia e Moreira e Deão)	✓
UF de Subportela, Deocriste e Portela Susã	✓

4.1.5 CASAS DE ACOLHIMENTO

Tabela 83 – Casas de Acolhimento (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Casa dos Rapazes e Oficinas de S. José (Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção da Autonomia dos Jovens)	15	6	-
Casa dos Rapazes e Oficinas de S. José (Casa de Acolhimento)	46	18	-
Centro Social e Paroquial N. Sra. de Fátima (Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência)	20	20	-
Lar de Santa Teresa (Casa de Acolhimento)	42	18	-

4.2 PESSOAS IDOSAS

4.2.1 ERPI

Tabela 84 – Estrutura Residencial Para Idosos (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Casa Sacerdotal da Diocese de Viana do Castelo	24	24	✓
Centro Paroquial de Promoção Social e Cultural de Darque	44	44	✓
Centro Paroquial e Social de Lanheses	30	34	✓
Centro Paroquial Social Barroelas	32	32	✓
Centro Social Cultural Carreço	23	23	✓
Centro Social e Cultural da Paróquia de Cardielos	21	23	✓
Centro Social Paroquial de Deão	33	33	✓
Centro Social Paroquial S. Sebastião Chafé	26	26	✓
Centro Social Paroquial de Vila Franca	26	27	✓
Centro Social Paroquial Vila Nova de Anha	16	16	✓
Congregação de Nossa Senhora da Caridade	120	120	✓
DomusVI Villa Carolina	60	42	✗
HG Residences Viana, Lda	45	40	✓
Lar de Santa Teresa	15	15	✓
Posto de Assistência Social de Alvarães	40	40	✓
Quinta de Santa Ana - Residência Sénior	16	16	✓
Residência Carinho - Apoio à Terceira Idade	12	12	✓
Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo – Lar da Piedade	40	40	✓
Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo – Lar S.Tiago	54	54	✓

4.2.2 SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Tabela 85 – Serviço de Apoio Domiciliário (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Associação de Reformados e Pensionistas do Distrito de Viana do Castelo	50	49	✓
Centro Paroquial de Promoção Social e Cultural de Darque	100	50	-
Centro Paroquial e Social de Lanheses	73	51	×
Centro Paroquial e Social de Subportela	40	32	-
Centro Paroquial Social Barroselas	64	38	×
Centro Social Cultural Carreço	50	40	×
Centro Social e Cultural da Paróquia de Cardielos	20	20	✓
Centro Social e Paroquial de Vila de Punhe	27	24	×
Centro Social Paroquial de Afife	20	16	-
Centro Social Paroquial Castelo do Neiva	60	30	✓
Centro Social Paroquial de Areosa	64	53	✓
Centro Social Paroquial de Deão	40	35	×
Centro Social Paroquial de Perre	30	30	✓
Centro Social Paroquial de Mazarefes	30	27	-
Centro Social Paroquial da Meadela	40	36	-
Centro Social Paroquial N. Sra. Fátima	43	40	×
Centro Social Paroquial S. Sebastião Chafé	25	16	×
Centro Social Paroquial de Vila Franca	45	27	×
Centro Social Paroquial de Vila Nova de Anha	50	30	×
Posto de Assistência Social de Alvarães	40	40	✓
Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo	30	30	✓

4.2.3 CENTRO DE DIA

Tabela 86 – Centro de Dia (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Associação de Reformados e Pensionistas do Distrito de Viana do Castelo	50	37	-
Centro Paroquial e Social de Lanheses	30	42	×
Centro Paroquial e Social de Subportela	30	27	-
Centro Paroquial Social Barrocelas	30	30	✓
Centro Social Cultural Carreço	40	35	×
Centro Social Cultural Meadela	21	15	-
Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo	30	18	-
Centro Social e Cultural da Paróquia de Cardielos	30	24	✓
Centro Social Paroquial de Afife	40	24	-
Centro Social Paroquial de Areosa	22	18	-
Centro Social Paroquial de Deão	30	30	✓
Centro Social Paroquial da Meadela	20	16	-
Centro Social Paroquial N. Sra. Fátima	40	35	×
Centro Social Paroquial S. Sebastião Chafé	30	13	×
Centro Social Paroquial de Vila Franca	20	8	×
Centro Social Paroquial de Vila Nova de Anha	50	30	×
Posto de Assistência Social de Alvarães	17	15	✓

4.4.4 CENTROS DE CONVÍVIO

Tabela 87 – Centros de Convívio (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Associação de Reformados e Pensionistas do Distrito de Viana do Castelo	40	25	×
Centro Social e Paroquial de Santa Leocádia de Geraz do Lima	30	15	-
Centro Social e Paroquial do Senhor do Socorro - Areosa	20	13	×

4.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

4.3.1 INTERVENÇÃO PRECOCE

Tabela 88 – Intervenção precoce (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
APCVC	80	80	-
APPACDM	37	48	✓

4.3.2 LAR DE APOIO

Tabela 89 – Lar de Apoio (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
APPACDM	24	24	✓

4.3.3 LAR RESIDENCIAL

Tabela 90 – Lar Residencial (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
APPACDM	44	44	✓

4.3.4 CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI)

Tabela 91 – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
APCVC	30	19	-
APPACDM	210	196	✓
Fundação AMA	15	14	✓

4.3.5 CENTRO DE APOIO À VIDA INDEPENDENTE (CAVI)

Tabela 92 – Centro de Apoio à Vida Independente (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
APCVC	19	19	-

4.3.6 CENTRO DE ATENDIMENTO, ACOMPANHAMENTO E REABILITAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE (CAARPD)

Tabela 93 – Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e incapacidade (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
ACAPO	78	35	-

4.3.7 APOIO EM REGIME DE AMBULATÓRIO

Tabela 94 – Apoio em Regime de Ambulatório (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
APCVC	300	220	-
Íris Inclusiva	75	43	*
Fundação AMA	-	100	✓

4.3.8 CENTRO EMPREGO PROTEGIDO

Tabela 95 – Centro Emprego Protegido (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
APPACDM	-	33	-

4.3.9 CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO

Tabela 96 – Centros de Recursos para a Inclusão (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
APPACDM	-	112	N/A

4.3.10 BANCO AJUDAS TÉCNICAS

Tabela 97 – Banco de Ajudas Técnicas (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Cruz Vermelha Portuguesa	N/A	8	*
Posto de Assistência Social de Alvarães	N/A	40	✓

4.4 OUTRAS RESPOSTAS

4.4.1 UNIDADE DE PERNOITA

Tabela 98 – Unidade de Pernoita (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Câmara Municipal de Viana do Castelo	8	8	*

4.4.2 REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Tabela 99 – Refeitório/Cantina Social (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Casa dos Rapazes Viana do Castelo	24	24	✓
Centro Social e Cultural de Carreço	12	12	*
Centro Social e Paroquial de Nossa Sra.de Fátima	72	36	-

4.4.3 COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Tabela 100 – Comunidade de Inserção (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Gabinete de Atendimento à Família	30	41	✓

4.4.4 ACOLHIMENTO DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Tabela 101 – Acolhimento de Vítimas de Violência Doméstica (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Gabinete de Atendimento à Família	55	392	✓

4.4.5 CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Tabela 102 – Centro de Apoio e Aconselhamento Parental (Capacidade de resposta, número de utentes e lista de espera)

Entidade	Capacidade de Resposta	N.º Utentes	Lista de Espera (em algum momento de 2023)
Gabinete de Atendimento à Família - CAFAP Preservação	61	101	✓
Gabinete de Atendimento à Família – CAFAP Reunificação	8	5	✓

5.

Áreas Prioritárias de Intervenção Social



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

5. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Traçado o retrato municipal da realidade social do concelho de Viana do Castelo apresentam-se de seguida as áreas de desenvolvimento social prioritárias para intervenção no concelho de Viana do Castelo, resultantes do presente diagnóstico social.

Refira-se que a identificação destas áreas congrega dados do Diagnóstico Social realizado em 2020, informação colhida no presente ano junto das entidades parceiras da Rede Social do concelho e dados do CLAS de Viana do Castelo, que tem vindo a desenvolver grupos de trabalho, numa ótica de atualização constante do diagnóstico social e planeamento da respetiva intervenção (2024).

Atentos às especificidades e problemáticas sociais do concelho de Viana do Castelo identificadas no presente diagnóstico definiram-se as áreas prioritárias de intervenção social. Em algumas destas áreas os parceiros sociais estabeleceram subáreas, que espelham as especificidades inerentes a cada uma das mesmas.

De referir que os dados obtidos nos diferentes meios de recolha de dados (Centro Distrital Segurança Social de Viana do Castelo - CDSSVC, carta social, consulta dos parceiros) são, por vezes, divergentes no que diz respeito à capacidade instalada no concelho e à sua ocupação efetiva, o que constitui uma dificuldade para um verdadeiro e aprofundado diagnóstico das necessidades. Contudo, é evidente a escassez de respostas em algumas áreas, sobretudo no setor social e solidário.

Para efeitos de identificação das necessidades do território concelhio, foram analisados os dados obtidos pelo município no âmbito do inquérito de diagnóstico realizado junto das entidades da rede social, os dados fornecidos pelo Centro Distrital de Segurança Social, os dados constantes da carta social e os resultados e medidas propostos pelos grupos de trabalho, criados no âmbito da Rede Social em 2024.

5.1. SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Nesta área de intervenção prioritária o CLAS identificou três subáreas com necessidades prementes: o envelhecimento, a saúde mental e a deficiência e/ou incapacidade.

5.1.1 ENVELHECIMENTO

O envelhecimento populacional advém quer do declínio da fecundidade, quer do aumento da longevidade, fatores que se têm vindo a alterar nas sociedades ocidentais, quer por fatores sociais e do mercado de trabalho, quer pelo próprio desenvolvimento da área da saúde e melhoria na qualidade de vida das populações. Nos últimos anos, tem-se registado uma queda da natalidade, com visível decréscimo da população jovem (0 a 14 anos de idade) e da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade) e aumento da população idosa (65 e mais anos de idade).

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a ENEAS (2017-2025).

Um dos Eixos Estratégicos da ENEAS assenta na “promoção de iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia”. Para garantir a satisfação das necessidades de saúde e sociais das pessoas idosas é fundamental que existam no território estruturas, equipamentos e serviços adequados a essas mesmas necessidades. As respostas para pessoas idosas devem também privilegiar a sua inserção social e comunitária, garantindo, sempre que possível, a permanência das pessoas no seu domicílio e meio familiar e social.

O isolamento social, a solidão, a dificuldade de acesso a respostas sociais da rede solidária, a precariedade económica, a limitação da retaguarda e apoio familiar, entre outros fatores apresentam-se como problemáticas que reclamam por uma reflexão e intervenção na área do envelhecimento no concelho.

Na área das pessoas idosas, o concelho de Viana do Castelo dispõe de uma capacidade para 677 utentes na valência ERPI, 530 para CD, 978 para SAD e 105 para CC. Conforme as valências as vagas encontram-se esgotadas, com lista de espera, preenchidas ou livres.

Por regra, as instituições encontram-se sempre com a taxa máxima de ocupação na valência ERPI e apresentam lista de espera. No que se refere à informação colhida através de questionários, apenas uma das instituições respondeu ter vagas disponíveis. As vagas de emergência social, frequentemente, estão esgotadas. Na rede privada o cenário é diferente, de acordo com a carta social, há vagas disponíveis, o que pode refletir as dificuldades económicas da população no acesso a esta resposta social.

Na valência Centro de Dia o retrato do concelho é mais favorável, a grande maioria das instituições apresenta vagas disponíveis. As instituições que prestam o serviço de Apoio Domiciliário, na generalidade, têm disponibilidade para apoiar mais utentes e os Centros de Convívio apresentam vagas disponíveis. Outra realidade que importa salientar são as Famílias de Acolhimento para Idosos, no concelho de Viana do Castelo existem 13 famílias que acolhem 26 idosos.

Os dados obtidos conduzem à necessidade de refletir sobre os motivos que justificam a existência de vagas em algumas respostas sociais, em simultâneo com a existência de lista de espera noutras entidades, o que poderá justificar um estudo mais aprofundado, a realizar no futuro.

Nas freguesias onde as respostas sociais para as pessoas idosas são escassas, têm sido implementados projetos de promoção do envelhecimento saudável dinamizados pelas Juntas de Freguesia e Autarquia, que têm como principal objetivo contribuir para a atenuação das necessidades identificadas nesta população, contribuindo para o seu bem-estar e manutenção no seu meio familiar e social, nomeadamente o Vencer a Idade com Saúde e o *Olimpics4All*.

Através dos questionários, os parceiros sociais reforçaram as seguintes problemáticas: o isolamento social, a falta de mobilidade, os quadros de demência e outras patologias, elevados graus de dependência, e a escassez de meios de transporte. Falta de recursos humanos motivados para trabalhar na área e com qualificações ajustadas, associado à tabela salarial pouco atrativa; necessidade de novos modelos do serviço de apoio domiciliário; baixa capacidade de resposta em ERPI e CC; necessidade de respostas de suporte aos cuidadores informais; frágil articulação entre as diversas organizações para rentabilização de recursos no terreno; baixa participação financeira por parte do Estado; dificuldades das famílias em assegurar os cuidados aos familiares idosos; falta de autonomia/suporte para acesso ao SNS; falta de vagas sociais para situações de emergência.

A heterogeneidade do território é também salientada, referindo-se que se em zonas mais rurais, o isolamento social da população idosa é percecionado como sendo agravado pela fragilidade da rede de transportes públicos, nas zonas urbanas é o

afastamento físico de redes de suporte informais que coloca os idosos num quadro de maior vulnerabilidade.

VULNERABILIDADES- POPULAÇÃO IDOSA

- ▶ Falta de mobilidade, quadros de demência e outras patologias, elevados graus de dependência que dificultam o acesso a serviços;
- ▶ Rede de meios de transporte deficitária que reforça quadros de isolamento social e dificuldades de acesso aos serviços;
- ▶ Falta de recursos humanos motivados para trabalhar na área e com qualificações ajustadas, associados à tabela salarial pouco atrativa;
- ▶ Resposta de ERPI e CC insuficiente;
- ▶ Respostas existentes desajustadas face às reais necessidades e capacidade financeira das famílias;
- ▶ Carência de respostas de suporte aos cuidadores informais;
- ▶ Frágil articulação entre as diversas organizações para rentabilização de recursos no terreno;
- ▶ Rede débil na prestação de cuidados informais, essencial para contribuir para o aumento da mobilidade, participação e qualidade de vida desta população.

5.1.2 SAÚDE MENTAL

A saúde mental em Viana do Castelo enfrenta vários desafios críticos, incluindo a oferta de cuidados nesta área considerada insuficiente, especialmente em termos de prevenção, diagnóstico e acompanhamento, afetando tanto adultos como crianças e jovens. A escassez de serviços especializados e a frágil articulação entre instituições dificultam o acesso a cuidados contínuos, enquanto o estigma social associado às doenças mentais impede uma plena reabilitação e integração na comunidade. Verifica-se um aumento de internamentos prolongados, que decorrem da falta de soluções adequadas para a reintegração social de doentes psiquiátricos.

Há uma perceção generalizada do aumento do número de pessoas com doença psiquiátrica, acompanhada pela incapacidade das famílias em fornecer o apoio necessário. Esse cenário resulta na desproteção dessas pessoas e no agravamento das suas condições, além de provocar desgaste e sobrecarga nos cuidadores. De acordo com o Serviço de Psiquiatria da ULSAM, o aumento exponencial de internamentos tem levado a altas proteladas por razões sociais, resultando num aumento significativo do número de dias de internamento hospitalar. A falta de respostas adequadas para a integração social de pessoas com perturbações de saúde mental é a principal causa da prorrogação de altas clínicas.

A carência de respostas especializadas manifesta-se ao nível da prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento das pessoas com doença mental. Os parceiros sociais alertam para a insuficiência de estruturas de acolhimento especializadas e equipas de intervenção comunitária, resultando em dificuldades de acesso aos cuidados e limitações na sua qualidade. Além disso, a falta de recursos económicos por parte das famílias limita o acesso a serviços privados, enquanto as respostas públicas e comunitárias permanecem insuficientes, tanto em contexto escolar como na comunidade em geral.

O acompanhamento psicológico de crianças e jovens também revela a mesma falta de respostas. Para além do suporte oferecido pela ULSAM e pelas escolas, que é insuficiente devido ao elevado número de utentes, quase não existem opções de apoio psicológico regular. As crianças e jovens do concelho, exceto nos casos de referência por violência doméstica, que contam com apoio do GAF (RAP), não dispõem de alternativas à consulta privada. Este quadro preocupa seriamente os parceiros sociais, incluindo a CPCJ de Viana do Castelo, que frequentemente se depara com a ausência de respostas para encaminhar crianças e jovens.

De acordo com a OMS, pelo menos um episódio de perturbação mental é vivenciado por 20% das crianças, ao longo do seu desenvolvimento, tornando crucial o investimento na prevenção e promoção da saúde mental nessa faixa etária. A taxa de suicídio na

adolescência é a terceira causa de morte neste grupo (Revista de Saúde Mental, junho de 2021). A equipa da ULSAM sublinha ainda a fragilidade nas respostas destinadas a crianças e jovens, apontando a escassez de terapias complementares, como terapia da fala, terapia ocupacional e psicologia. O trabalho em rede entre as várias estruturas é insuficiente, comprometendo a eficácia do acompanhamento.

Por fim, a formação de pessoal docente e não docente em psicopatologia promovendo-se a literacia em saúde mental e intervenção familiar na prevenção e promoção da saúde mental constituem também necessidades identificadas pelos parceiros sociais.

VULNERABILIDADES – SAÚDE MENTAL

- ▶ Falta de respostas especializadas para prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de doenças mentais;
- ▶ Incapacidade das famílias em acompanhar adequadamente os doentes, levando ao agravamento das condições;
- ▶ Dificuldade de acesso a serviços de saúde mental públicos;
- ▶ Recursos económicos limitados das famílias, dificultando o acesso a serviços privados de saúde mental;
- ▶ Estigmatização social da doença mental, dificultando a integração profissional e social;
- ▶ Ausência de acompanhamento psicológico regular para crianças, jovens e adultos.

5.1.3 DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

No concelho existem as seguintes tipologias de resposta para as pessoas com deficiência: Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), Lar Residencial, Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI), Intervenção precoce, Lar de Apoio, Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e incapacidade (CAARPD) e Apoio em Regime de Ambulatório (ARA), com a capacidade e ocupação já descrita em capítulo próprio. Assim como existe, ainda, o Banco de Ajudas Técnicas, prestado por duas entidades.

Analisando a capacidade e a taxa de ocupação das respostas sociais, verifica-se que as respostas de Intervenção Precoce e Lar Residencial têm uma taxa de ocupação de 100%, com lista de espera durante o ano de 2023.

Também os CACI, pese embora no final de 2023 não estivessem com a ocupação máxima, durante o ano foram tendo lista de espera para integração nesta resposta, pelo menos em duas das três entidades que prestam este serviço.

Assim, estes dados vão ao encontro do que os parceiros têm vindo a identificar, no que se refere ao número insuficiente de respostas existentes ajustadas às problemáticas de cada pessoa, assim como as dificuldades de acesso a esses mesmos serviços. Também a falta de recursos humanos especializados e de equipas com capacidade para dar uma resposta territorialmente adequada, tem vindo a ser identificada.

O estigma e discriminação, as dificuldades no acesso a informação, a apoios sociais e na integração socioprofissional das pessoas com deficiência e incapacidade são também referenciados. Muitas destas problemáticas originam e/ou agravam situações de vulnerabilidade/exclusão e isolamento social.

Também a falta de apoio às famílias com pessoas com deficiência e/ou incapacidade a cargo foi identificada como um problema nesta área de intervenção, na medida em que a falta de respostas sociais para a população com deficiência/incapacidade implica a dependência de um cuidador, o qual fica muitas vezes desgastado física e emocionalmente, assim como limitado no acesso ao mercado de trabalho, facto que acaba por se repercutir também nas questões financeiras destas famílias. A fragilidade financeira das famílias, por sua vez, condiciona também a capacidade de aceder aos serviços. À semelhança do panorama nacional, também o concelho de Viana do Castelo se debate com o problema do défice de empregabilidade das pessoas com deficiência e ou incapacidade.

VULNERABILIDADES – DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

- ▶ Falta de respostas sociais de apoio face às necessidades identificadas;
- ▶ Persistência de barreiras no acesso às oportunidades, em diferentes áreas de participação: escolar, profissional, cultural e social;
- ▶ Dificuldade na integração profissional;
- ▶ Défice de apoio aos cuidadores informais/famílias;
- ▶ Dificuldade de acesso à informação pela persistência de barreiras físicas e outras;
- ▶ Permanência de estereótipos, atitudes e comportamentos discriminatórios face à deficiência/incapacidade;
- ▶ Dificuldade no acesso a produtos de apoio;
- ▶ Dificuldades na reabilitação e aquisição de espaços físicos adequados e adaptados, por falta de financiamento do Estado;
- ▶ Protocolos de cooperação com valores abaixo do custo real da resposta.

5.2. FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Nesta área de intervenção prioritária o CLAS identificou 3 subáreas que merecem uma análise mais detalhada: as pessoas em situação de sem-abrigo, os migrantes e a habitação.

A área da Família e Comunidade pela sua abrangência apresenta problemáticas transversais a todas as áreas prioritárias identificadas no diagnóstico social do concelho. Assim, não serão aprofundadas nesta secção temáticas que serão detalhadamente descritas noutros campos deste documento, como por exemplo, a área da infância e juventude e a subárea do envelhecimento já tratada.

De uma forma geral, os parceiros sociais consideram que as famílias se debatem com os seguintes problemas/desafios: envelhecimento populacional, poucos recursos económicos associados a baixa escolaridade, salários baixos e precariedade laboral, dificuldades no acesso à habitação, rede de transportes públicos deficitária para algumas freguesias do concelho e falta de respostas no apoio do percurso educativo das crianças e jovens. Algumas famílias, pelas circunstâncias em que se encontram e/ou problemáticas específicas que apresentam, debatem-se ainda com outros desafios que as colocam num cenário de maior vulnerabilidade social. Enquadram-se aqui as famílias migrantes, de minorias, com elementos do agregado que sofrem de patologias do foro da saúde mental, deficiência e incapacidade e pessoas em situação de sem-abrigo.

Para fazer face às dificuldades das famílias do concelho, nomeadamente, agregados em situação de maior vulnerabilidade e/ou emergência social, os parceiros sociais reconhecem a importância de rede solidária já estabelecida entre autarquia e entidades do terceiro setor, que tem permitido o apoio no pagamento de rendas, distribuição de géneros alimentares e pagamento de medicação. Ainda assim, reforçam a necessidade de um maior investimento ao nível da intervenção com estas famílias, de forma a promover a sua autonomia e melhorar as suas competências parentais e sociais. O investimento na rede de transportes públicos continua a ser considerada uma prioridade enquanto fator determinante na resolução de algumas problemáticas do foro socio-económico e cultural.

A implementação de programas de desenvolvimento de competências parentais/formação parental a famílias sinalizadas pelas entidades de 1ª linha é também considerada uma prioridade.

5.2.1. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

As dificuldades no acesso à habitação, conjugadas com outras variáveis macro-económicas e sociais, têm contribuído para um aumento significativo de pessoas em situação de sem-abrigo por todo o território nacional, inclusive no concelho de Viana do Castelo. A inacessibilidade a uma habitação segura, estável e adequada é um indicador de vulnerabilidade e exclusão social.

A premência e urgência na intervenção tem se refletido nas políticas nacionais e locais implementadas, como é exemplo a Resolução do Conselho de Ministros nº 61/24 que estabelece as regras de prevenção e intervenção da ENIPSSA 2025-2030.

No que respeita à população em situação de sem-abrigo, os parceiros sociais, refletindo aquelas que são as necessidades já identificadas pelo Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo de Viana do Castelo, identificam um conjunto de problemas que carecem de respostas específicas no terreno.

Em primeiro lugar, retratam a realidade local ao nível das respostas sociais de acolhimento para a integração desta população, dando conta de que as respostas existentes apresentam sistematicamente lista de espera. Através dos questionários administrados verifica-se que a Comunidade de Inserção do GAF tem capacidade de ocupação de 30 lugares, mas em 2023 integrou 41 pessoas. Já o Centro de Alojamento Temporário - Casulo, da Associação Methamorphys, tem capacidade para 16 utentes e registou uma ocupação de 41 no mesmo ano. A unidade de pernoita também se manteve sempre com a capacidade máxima preenchida.

Os parceiros sociais, com responsabilidades na gestão dos casos das pessoas em situação de sem-abrigo, são unânimes em considerar que, para além da falta de vagas nestas estruturas, verifica-se existir uma franja de utentes, cujas respostas proporcionadas pelas mesmas, não se adequam. Neste sentido, entendem como urgente e prioritário, a criação de estruturas com normas de funcionamento mais flexíveis, que garantam resposta a necessidades básicas e condições de dignidade para estas pessoas.

Importa ressaltar, que é também consensual entre os parceiros sociais que as pessoas em situação de sem-abrigo, por regra, possuem processos de desestruturação pessoal muito intensos, que se traduzem na inexistência de rede de suporte familiar, na ausência de um plano de alteração do seu projeto de vida, de motivação para adesão a planos terapêuticos e/ou para integrar estruturas institucionais. O acompanhamento passa por uma intervenção com baixo limiar, redução de riscos e minimização de danos.

Na sequência dos sucessivos estados de emergência decretados pela pandemia COVID-19, a Câmara Municipal de Viana do Castelo confrontada com os constrangimentos e limitações nas respostas a esta população, criou uma Unidade de

Pernoita. Atualmente, usufruem desta resposta 8 pessoas, nomeadamente, de serviços de dormida e cuidados de higiene pessoal. O município assume todas as despesas de funcionamento da estrutura, em concreto, serviços de vigilância humana, limpeza, lavandaria e aluguer das instalações. O Município tem em fase de projeto a Unidade de pernoita para pessoas em situação de sem-abrigo do concelho, que ará resposta a muitas das necessidades identificadas.

De seguida, apresentam-se as prioridades de intervenção definidas pelo NPISA de Viana do Castelo, tendo presente que o mesmo tem competências ao nível do planeamento e da intervenção destinada a pessoas em situação de sem-abrigo.

VULNERABILIDADES – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

- ▶ Falta de conhecimento das entidades e comunidade em geral sobre a natureza do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo;
- ▶ Falta de soluções de alojamento suficientes e ajustadas;
- ▶ Respostas de capacitação, educação, formação e inserção profissional insuficientes;
- ▶ Dificuldades de acesso a cuidados de saúde;
- ▶ Necessidade de continuar a garantir a monitorização do fenómeno;
- ▶ Premência de garantir a eficácia e a eficiência da intervenção atual;
- ▶ Necessidade de acautelar a qualidade técnica da intervenção através do aumento da formação nesta área.

5.2.2. MIGRANTES

No que diz respeito ao fluxo migratório, Viana do Castelo, desde 2011 tem sofrido flutuações com os números tendencialmente a aumentar. De acordo com os dados do INE, em 2023, Viana do Castelo apresentava-se como o concelho da Região do Alto Minho com maior saldo migratório positivo (+822), o mais elevado observado nos últimos anos.

O concelho de Viana do Castelo tem atraído cada vez mais cidadãos estrangeiros, de diferentes nacionalidades, que se fixam no território devido a uma economia em crescimento, às oportunidades de trabalho, de educação e segurança. Estes e outros aspetos sustentam os números apresentados no ano de 2021 onde a população migrante do Município de Viana do Castelo representava cerca de 40% da população total estrangeira residente no distrito.

Especificamente em Viana do Castelo, esta população continua a assumir uma pirâmide etária em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos).

Deste modo, face às múltiplas nacionalidades e respetivas culturas, língua, hábitos e formas de estar, tem vindo a ser um desafio para esta comunidade a sua integração, bem como das instituições locais.

O Município de Viana do Castelo tem vindo a investir, de forma estruturada e apoiada, nas políticas locais de integração de migrantes, com o objetivo de promover a integração, participação, igualdade e coesão social da população migrante na comunidade de acolhimento. Desde 2016, que foram implementados vários projetos:

- > Planos Municipais para a Integração de Migrantes (2016, 2017 e 2020);
- > Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais de Viana do Castelo (2022);
- > Viana Acolhe (2023).

Estes projetos implementaram medidas de integração e acolhimento de cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT), abarcando diferentes áreas de intervenção, como o mercado de trabalho e empreendedorismo, a educação e língua, cultura, saúde, media e sensibilização da opinião pública, solidariedade, habitação, desporto e lazer, entre outras.

Também no âmbito do apoio à população refugiada, nomeadamente pessoas de nacionalidade ucraniana, o Município de Viana de Castelo celebrou um protocolo com o IHRU e o ACM, no âmbito do Programa “Porta de Entrada”. Este programa tem por objetivo apoiar agregados familiares, com necessidades de alojamento, tendo como requisitos ser cidadão deslocado da Ucrânia e ter obtido o estatuto de refugiado. Até agosto de 2024, este Programa abrangeu 20 agregados familiares.

Na mesma linha de intervenção, o Município de Viana do Castelo irá proceder à operacionalização do Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), integrado na Rede CLAIM, que se trata de um serviço de atendimento, de informação e apoio à comunidade migrante, contribuindo para a promoção dos seus direitos económicos, sociais, culturais e civis.

Especificamente, o CLAIM atua em diversas áreas, tais como regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação, entre outras.

Os parceiros sociais, identificam as seguintes necessidades e prioridades de intervenção nesta população:

VULNERABILIDADES - POPULAÇÃO MIGRANTE

- ▶ Barreira linguística;
- ▶ Desconhecimento dos serviços de apoio;
- ▶ Dificuldade no acesso aos serviços;
- ▶ Preparação insuficiente dos serviços de atendimento;
- ▶ Complexidade e demora no processo de regularização do cidadão migrante;
- ▶ Dificuldades de articulação dos serviços com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA).

5.2.2 HABITAÇÃO

Em relação à área da habitação pode-se destacar que paralelamente ao território nacional, é necessário um investimento no reordenamento e requalificação do parque habitacional (recuperação e reabilitação). Abordando em primeiro lugar a população mais vulnerável, a Câmara Municipal de Viana do Castelo iniciou a implementação e execução da Estratégia Local de Habitação, com o objetivo de diminuir as disparidades no acesso à habitação.

No cômputo geral, o desfasamento entre os valores de aquisição de imóveis e de arrendamento praticados e os rendimentos das famílias surge como consequência da especulação imobiliária a que se assiste nos últimos anos e do número reduzido de habitações para arrendar (privado e social) e para comprar existentes no território.

Outra problemática identificada é percentagem significativa de alojamentos que apresentam marcadas condições de degradação, identificados nos Censos de 2021, o que nos leva a deduzir que a solução não deverá apenas passar pela construção de novos alojamentos, mas pela capacidade de regeneração do edificado de forma a proporcionar uma maior igualdade de oportunidade no acesso ao mercado da habitação, através de uma oferta mais adequada e acessível face aos rendimentos das famílias.

É importante reforçar as políticas de habitação, com vista a uma resposta adequada não só às necessidades das famílias, como às características sociais, económicas e ambientais do território.

Assim, tendo a ELH sido desenhada para dar uma resposta adequada às situações de carência habitacional, assente num exercício de planeamento abrangente, orientado para o reequilíbrio entre as dinâmicas do mercado e a intervenção pública, na garantia do direito à habitação para todos os segmentos da população já residente ou a atrair e fixar no futuro, a mesma encontra-se em fase de concretização, o que irá aumentar o número de fogos disponíveis.

A estratégia da habitação vai muito além do Programa 1º direito, há outras medidas já implementadas no território, como o projeto de Alienação de Lotes de Terrenos Municipais para Construção Própria Permanente, através de regras previstas em regulamento próprio. Este regulamento tem como objetivo a alienação de lotes propriedade do Município, em propriedade condicionada ou plena, destinados à construção de habitação própria permanente.

Há ainda várias isenções a nível de construção e outros projetos de apoio a famílias vulneráveis referidos acima.

VULNERABILIDADES – HABITAÇÃO

- ▶ Necessidade de reordenamento e requalificação do parque habitacional;
- ▶ Acesso limitado a habitação a custos controlados;
- ▶ Desfasamento entre os valores de aquisição/arrendamento de imóveis e os rendimentos das famílias;
- ▶ Percentagem significativa de alojamentos vagos e com condições de degradação;
- ▶ Aumento da especulação imobiliária nos últimos anos.

5.3 INFÂNCIA E JUVENTUDE

A rede de equipamentos sociais e educativos do concelho e Viana do Castelo, orientados para a infância e juventude, é formada por 22 creches da rede solidária e 1 do setor privado, 14 estabelecimentos pré-escolares da rede solidária e 25 da rede pública, 13 Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL) da rede solidária, 67 escolas da rede pública, integradas em 7 agrupamentos escolares, e 3 escolas do setor privado. Acrescem 3 casas de acolhimento, nas modalidades de acolhimento, apoio e promoção da autonomia e resposta a situações de emergência, bem como programas de atividades de tempos livres em período de pausa letiva, promovidos por 6 juntas de freguesia.

O concelho de Viana do Castelo possui uma taxa de pré-escolarização e escolarização superior a 100% pelo que se depreende que a população em idade pré-escolar (entre os 3 e os 6 anos de idade) e escolar do ensino básico e secundário está a frequentar a escola. Viana do Castelo regista taxas de escolarização superiores às verificadas a nível nacional e na região do Alto Minho e região Norte. Apenas a taxa de pré-escolarização se observa inferior à registada na região do Alto Minho embora seja superior à observada a nível nacional e na região Norte. No ano letivo 2024/205, encontravam-se matriculadas 10318 crianças nos 7 agrupamentos escolares do concelho, das quais, 1147 crianças no ensino pré-escolar, 3080 no 1º ciclo do ensino básico, 1524 crianças no 2º ciclo do ensino básico, 1897 crianças no 3º ciclo e 2672 jovens no ensino secundário.

No ano letivo de 2022/2023 encontravam-se inscritos, no ensino superior, em Viana do Castelo, um total de 3174 jovens.

Viana do Castelo apresentava, em 2021/2022, uma taxa de retenção e desistência no ensino básico de 1.3%, valor inferior ao registado a nível nacional (3%) mas superior ao observado na região do Alto Minho (1%). A taxa de retenção e desistência cresce à medida que se progride no ciclo de ensino, acompanhando a tendência nacional e regional. O concelho apresentava, em 2021, 2015 residentes analfabetos com idade superior a 10 anos, sendo este problema expressivamente maior no género feminino.

A taxa de conclusão do ensino secundário no concelho é de 100%, registando valores superiores aos observados na região Norte e a nível nacional.

Em 2023, a rede de equipamentos sociais, demonstrou uma taxa de ocupação elevada na resposta social de Creche, próxima dos 100%, verificando-se a existência de lista de espera de forma generalizada, o que traduz a insuficiência de resposta para a procura existente. O pré-escolar da rede solidária possui uma taxa de ocupação inferior a 100%,

e, por regra, oferece resposta à procura, o que se parece justificar com a existência de uma resposta pública e gratuita. Por sua vez, os CATL possuem uma taxa de ocupação variável, com vários estabelecimentos no máximo da sua capacidade de resposta, enquanto outros possuem uma baixa ocupação. Por norma, os CATL não oferecem resposta específica e exclusiva para as pausas letivas, pelo que as juntas de freguesia têm vindo a desenvolver esforços para a implementação desta resposta, verificando-se 6 juntas de freguesia com resposta regular nesta área.

No que se refere às crianças e jovens em perigo, o volume processual da CPCJ tem vindo a aumentar desde 2021, registando-se um total de 483 processos em 2023, sendo a maioria dos processos relativos a sinalizações de crianças e jovens entre os 11 e 17 anos. A maioria das sinalizações decorre de situações de absentismo e abandono escolar, exposição a comportamentos de violência doméstica e adoção de comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento. A Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal – EMAT acompanharam, no ano de 2023, 310 crianças e jovens. Em 2023, 62 crianças integravam as respostas de acolhimento do concelho, registando-se, ainda, o acolhimento de 14 crianças em acolhimento familiar. Embora em Viana do Castelo não exista um diagnóstico sustentado, nos últimos anos tem-se verificado um aumento das sinalizações de casos de *bullying* à CPCJ e aos órgãos de polícia criminal, o que realça a necessidade e premência de estudar, diagnosticar e prevenir a escalada deste fenómeno, com base numa articulação concertada entre os parceiros e a sociedade civil.

Ainda nesta área prioritária os parceiros sociais manifestam preocupação em contrariar a dependência tecnológica das crianças e jovens e a necessidade de criar projetos/programas na comunidade para a promoção de competências socio afetivas e interpessoais.

VULNERABILIDADES – INFÂNCIA E JUVENTUDE

- ▶ Número de vagas em Creche insuficiente relativamente à procura;
- ▶ Dificuldade no preenchimento das vagas existentes nos estabelecimentos de educação pré-escolar do setor social, face ao poder económico das famílias;
- ▶ Inexistência de respostas sociais nos períodos de pausa letiva e tempos livres;
- ▶ Dificuldade no acesso a atividades de ocupação dos tempos livres, especialmente, nas zonas periféricas, agravado pela escassa rede de transporte;
- ▶ Crescente número de crianças com necessidades educativas especiais, com necessidade de acompanhamento por parte das equipas de intervenção precoce e outras terapias e especialidades;
- ▶ Acesso a terapias através do SNS e do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância demorado face à lista de espera;
- ▶ Capacitação dos recursos humanos para a promoção e proteção dos direitos das crianças;
- ▶ Sensibilização da comunidade educativa para o respeito da diferença e diversidade cultural;
- ▶ Dependência tecnológica das crianças e jovens;
- ▶ Falta de projetos de educação informal na comunidade para promoção de competências socio afetivas e interpessoais.

5.4 SETOR SOCIAL E INOVAÇÃO

O setor social tem-se revelado uma área crucial para o desenvolvimento sustentável e para a coesão social em todo o território nacional e, de modo particular, no concelho de Viana do Castelo. Nesse âmbito, os diferentes parceiros do CLAS têm refletido sobre as necessidades e dificuldades do setor social, com o objetivo de potenciar sinergias e promover a qualidade dos serviços prestados pelas diferentes organizações.

Deste esforço reflexivo e democratizado emergiu a inovação como uma área de intervenção prioritária, fundamental para o desenvolvimento e para a persecução de melhores índices de sustentabilidade das instituições que compõe este tecido.

Da análise aprofundada resultaram desafios, identificados pelos membros do CLAS, que se agrupam em três dimensões estratégicas. São estas a orientação para o exterior, a capacitação interna e a análise do meio envolvente.

Assumindo a sustentabilidade financeira como uma das principais preocupações das IPSS e organizações conexas, detalhar-se-ão em seguida cada uma das dimensões anteriormente enumeradas. Relativamente à dimensão “orientação para o exterior”, a literatura tem vindo a demonstrar que a diversificação das fontes de financiamento e o desenvolvimento de parcerias estratégicas são essenciais para garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados (Silva, 2020). Além disso, a maior aproximação à comunidade e a visibilidade das ações realizadas são cruciais para fortalecer os laços com a comunidade, aumentando a transparência e a participação pública (Carvalho & Santos, 2019).

Outra questão central, nesta dimensão em análise, é a valorização do trabalho desenvolvido pelas IPSS e organizações conexas. O reconhecimento e promoção das atividades destas instituições não só incrementam o sentido de pertença dos colaboradores, como também podem atrair novos mecenas (Carvalho, 2021). A aposta no marketing, divulgação e comunicação com o exterior é igualmente vital. Estratégias de marketing eficazes podem amplificar a visibilidade das organizações, atraindo mais recursos e suporte social (Martins, 2018).

Por outro lado, potenciar o trabalho em rede efetivo é uma abordagem que tem mostrado resultados promissores, não só no terceiro setor, como em outros contextos. A colaboração entre instituições concelhias pode permitir otimizar recursos e promover o impacto das suas intervenções, em acordo com o evidenciado através dos resultados de diversos projetos de cooperação interinstitucional em Portugal (Rodrigues, 2017).

Ao nível da dimensão “capacitação interna”, é inegável que a capacitação e formação de recursos humanos funcionam como pilares capitais para a melhoria da eficiência e

qualidade dos serviços. Nesse sentido, o investimento em formação contínua dos colaboradores, tanto em áreas técnicas como em *soft skills*, revela-se essencial para o desenvolvimento institucional (Pereira, 2020). Adicionalmente, estratégias para retenção de talentos, que incluam políticas e práticas que promovam a satisfação e o crescimento profissional dos colaboradores, são igualmente relevantes (Almeida, 2019). Além disso, a supervisão das intervenções é um fator crucial para garantir que as ações realizadas estejam de acordo com os padrões desejados. Implementar sistemas de supervisão eficazes pode aumentar a qualidade das intervenções (Fernandes, 2018). Melhorar a comunicação interna é outra estratégia chave. A investigação tem vindo a demonstrar que uma comunicação eficaz dentro das instituições promove a coesão e a colaboração entre os membros das equipas de trabalho (Ribeiro, 2021).

Por outro lado, a transformação digital, intrinsecamente aliada como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de forma ainda mais particular com a recém-lançada Agenda de Aceleração Digital dos ODS, é uma tendência crescente, com incomparável potencial para melhorar de forma significativa a eficiência administrativa e a acessibilidade da informação por parte dos diferentes *stakeholders*. A implementação de tecnologias digitais nas operações diárias das instituições tem vindo, também a ser recomendada por diversos especialistas de diferentes áreas (Costa, 2019).

Por fim, ao nível da dimensão “análise do meio envolvente”, assume-se que avaliação da intervenção, que deve incluir a mensuração dos resultados e do impacto de cada ação, é essencial para que as instituições possam ajustar estratégias e garantir que os objetivos das suas iniciativas sejam efetivamente alcançados. Ferramentas de avaliação bem desenhadas podem fornecer insights valiosos para a melhoria contínua (Oliveira, 2020). O desenho e gestão de projetos são igualmente importantes. Planear e gerir projetos de modo eficaz é uma variável determinante na implementação bem-sucedida de iniciativas e na persecução da inovação (Mendes, 2018).

OPORTUNIDADES PARA O SETOR SOCIAL

O grupo de trabalho do CLAS identificou, também, várias oportunidades que o meio envolvente, bom como o contexto, oferecem atualmente ao terceiro setor. As áreas de inovação reconhecidas incluem a sustentabilidade ambiental, que pode ser promovida através da integração de práticas ecológicas nas operações das instituições (Amaral, 2020). A partilha de recursos entre instituições é outra área promissora. A colaboração material e quotidiana, traduzida numa verdadeira partilha de recursos pode permitir a redução dos custos individuais e aumentar a eficácia das organizações (Dias, 2019). Adicionalmente, a comunicação e as parcerias, materializadas através de uma nova cultura e modelos de trabalho sinérgico, podem permitir melhorar significativamente a

coesão e a eficiência (Nascimento, 2020). A criação de um centro de recursos para a partilha de serviços, capaz de desenvolver soluções como “*Hazard Analysis and Critical Control Points*” (HACCP) e serviços terapêuticos, médicos ou outros, é outra das oportunidades identificadas. Estes centros podem providenciar serviços essenciais a várias instituições, otimizando os recursos globais (Souza, 2018).

O desenvolvimento de outros gabinetes de apoio ao setor, que forneçam orientação e suporte especializado em diversos domínios, é uma estratégia que tem vindo a ser recomendada (Teixeira, 2019). Envolver a comunidade no desenho de respostas também pode promover uma melhor garantia de que as soluções atendem efetivamente às necessidades reais (Barros, 2020) do contexto concelhio. A formação e capacitação conjunta, através de programas de formação partilhada, alicerçada em metodologias transparentes e claras de avaliação de impacto real, podem fortalecer as competências e o conhecimento de todos os agentes envolvidos no quotidiano das organizações sociais (Matos, 2018).

Complementarmente, a transformação digital, já abordada anteriormente, tem-se revelado como uma oportunidade crucial para a economia global. É uma realidade madura no tecido empresarial global e será uma inevitabilidade, acompanhando o mesmo grau de maturidade, nas organizações do terceiro setor. A semelhança do que sucede nas empresas, a adoção de tecnologias digitais pode permitir o aumento dos índices de eficiência e a acessibilidade dos serviços prestados pelas organizações (Fonseca, 2019).

Crê-se que da reflexão e identificação das necessidades e dificuldades do setor social em Viana do Castelo, juntamente com as oportunidades de inovação, resulta uma base sólida para melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo terceiro setor concelhio. Através da colaboração e do trabalho em rede, é e será possível a criação de um ambiente mais sustentável, eficiente e justo para todos (Lopes, 2020), neste caso em particular dos vianenses.

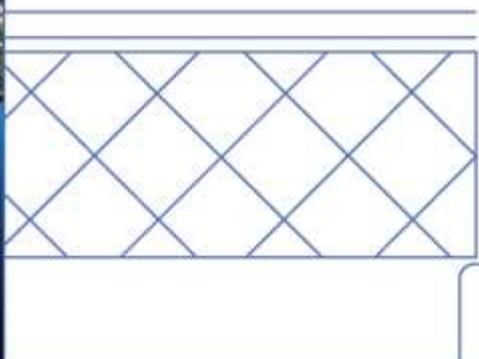
VULNERABILIDADES – SETOR SOCIAL E INOVAÇÃO

Os parceiros sociais identificaram um conjunto de vulnerabilidades do terceiro setor nas seguintes dimensões: orientação para o exterior, capacitação interna e análise do meio envolvente.

- ▶ Necessidade de reforço da sustentabilidade financeira das instituições;
- ▶ Diminuta aproximação à comunidade;
- ▶ Défices na divulgação e comunicação com o exterior;
- ▶ Frágil partilha de trabalho efetivo em rede;
- ▶ Falta de capacitação e formação de recursos humanos;
- ▶ Escassa capacidade de retenção de talentos adaptada ao setor;
- ▶ Fraca supervisão das intervenções;
- ▶ Défices ao nível da comunicação interna;
- ▶ Falta de digitalização de processos e documentos;
- ▶ Défices na avaliação da intervenção e do seu impacto;
- ▶ Falhas no desenho de projetos;
- ▶ Respostas manifestamente insuficientes.

6.

Referências Bibliográficas e Sites Consultados



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

- Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (2014). *Plano regional de saúde 2014-2016*. ARS Norte.
- Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (2017). *Plano estratégico 2017-2019*. ARS Norte.
- Administração Regional de Saúde do Norte. (2019). *ULSAM: Plano Local de Saúde – Extensão 2020*. ARS Norte.
- Administração Regional de Saúde do Norte. (n.d.). *Morbilidades: Observatório Regional de Saúde*. ARS Norte.
- Administração Regional de Saúde do Norte. (s.d.). *Planeamento em saúde: Planos locais de saúde*. ARS Norte.
- Almeida, T. (2019). Retenção de talentos no setor social. *Boletim de Gestão de Pessoas*.
- Alto Comissariado para as Migrações. (2023). *Estudo sobre as condições de vida e habitação das comunidades ciganas*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações. <https://www.acm.gov.pt>
- Amaral, E. (2020). Sustentabilidade ambiental no terceiro setor. *Revista de Ecologia Aplicada*.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). (2023). *Relatório de estatísticas sobre bullying*.
- Barea, J., & Monzón, J. L. (2006). *Manual de economía social*. Madrid: CIRIEC-España. P.28
- Barros, H. (2020). Envolvimento da comunidade. *Estudos de Participação Comunitária*.
- Câmara Municipal de Viana do Castelo. (2018). *Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Viana do Castelo 2018-2020*. CM Viana do Castelo.
- Câmara Municipal de Viana do Castelo. (2019). *Relatório do estado do ordenamento do território – REOT Viana do Castelo*. CM Viana do Castelo.
- Cardoso, J. (2016). *Parque habitacional não ocupado em Portugal: Análise e proposta de ação*. Instituto Superior Técnico.
- Carvalho, M. (2021). Valorização do trabalho social. *Estudos de Impacto Social*.
- Carvalho, M., & Santos, P. (2016). A sustentabilidade financeira das IPSS em Portugal. *Revista de Economia Social*, 12(3), 45-67.
- Carvalho, M., & Santos, P. (2019). Parcerias estratégicas no terceiro setor. *Revista de Economia Social*, 13(2), 52-70.
- Casa-Nova, M. J., & Palmeira, P. (Coord.). (2008). *10 anos de combate à exploração do trabalho infantil em Portugal*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI). <https://www.peti.gov.pt>
- Centro de Apoio à Economia Social. (2022). *Conta satélite 2019-2020*. <https://cases.pt/wp-content/uploads/2023/08/Conta-Satelite-2019-2020.pdf>
- Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. (2015). *Compreender os direitos humanos* (Coordenação de Vital Moreira e Carla de Marcelino Gomes). Coimbra Editora.
- Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Viana do Castelo. (2018). *Relatório anual de atividades 2017*. CPCJ Viana do Castelo.
- Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Viana do Castelo. (2019). *Relatório anual de atividades 2018*. CPCJ Viana do Castelo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

- Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Viana do Castelo. (2020). *Relatório anual de atividades 2019*. CPCJ Viana do Castelo.
- Comissão Europeia. (2023). *Employment and social developments in Europe: Addressing labour shortages and skills gaps in the EU*. Publications Office of the European Union.
- Comunidade Intermunicipal do Minho Lima. (2013). *Estratégia & plano global de ação “Alto Minho 2020”*.
- Conselho Nacional de Saúde. (2019). *Sem mais tempo a perder: Saúde mental em Portugal – um desafio para a próxima década*. <http://www.cns.min-saude.pt/2019/12/16/sem-mais-tempo-a-perder-saude-mental-em-portugal-um-desafio-para-a-proxima-decada/>
- Conta Satélite da Economia Social. (2023). Publicação digital | *Conta Satélite da Economia Social 2019-2020*. <https://cases.pt/wp-content/uploads/2023/08/Conta-Satelite-2019-2020.pdf>
- Coordenação Nacional para a Saúde Mental. (2008). *Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016*. Lisboa: Ministério da Saúde.
- Costa, M. (2019). Digitalização de processos no setor social. *Boletim de Tecnologia e Inovação*.
- Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho*. Diário da República, 1.ª série, n.º 113.
- Dias, N. (2019). Partilha de recursos entre instituições. *Boletim de Economia Solidária*.
- Direção Geral da Saúde. (2015). *Plano Nacional de Saúde – Revisão e extensão a 2020*. Lisboa: DGS.
- Direção Geral da Saúde. (2017). *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025: Proposta do grupo de trabalho interministerial*.
- Direção Geral da Saúde. (2017). *Programa Nacional para a Saúde Mental 2017*. Lisboa: DGS.
- Direção Geral da Saúde. (2019). *Comunicado sobre mortalidade infantil*. Lisboa: DGS.
- Eurostat. (2022). *Disability statistics in the EU*. <https://ec.europa.eu/eurostat>
- Fernandes, S. (2018). Sistemas de supervisão eficazes. *Revista de Supervisão e Avaliação*.
- Fonseca, L. (2019). Transição digital no setor social. *Revista de Inovação Digital*.
- Gomes, A. (2018). Indicadores de impacto social no terceiro setor. Tese de Mestrado, Universidade do Porto.
- Gomes, A. (2020). Indicadores económicos do terceiro setor. Relatório de pesquisa, Universidade do Porto.
- Gonçalves, F. (2021). Necessidades em saúde mental. *Estudos de Saúde Pública*.
- Guerra, P., & Santos, M. (2013). Relações entre o Estado e a sociedade: uma diacronia pelo terceiro setor em Portugal. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- INE. (2021). Contas satélite da economia social 2016-2019. Relatório Público.
- Infopédia. (2024, setembro 17). *Ciganos*. Porto Editora. [https://www.infopedia.pt/\\$ciganos](https://www.infopedia.pt/$ciganos)
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2024). *Guia prático do estatuto do cuidador informal: Cuidador informal principal e cuidador informal não principal*.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2021). *Relatório sobre a incapacidade em Viana do Castelo*. <https://www.ine.pt>
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). Estatísticas da economia social. Relatório Público.
- Instituto Nacional de Estatística. (2023). Conta satélite da economia social em Portugal. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. (2023). *Relatório sobre a vigilância epidemiológica da infecção por VIH em Portugal – 2022*. https://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/8383/3/Relato%cc%81rio_VIH_Portugal_2022_Vjulho2023.pdf

- Lopes, M. (2020). Colaboração e trabalho em rede. *Estudos de Desenvolvimento Social*.
- Martins, R. (2018). Estratégias de marketing no terceiro setor. *Boletim de Comunicação Social*.
- Matos, P. (2018). Formação e capacitação conjunta. *Boletim de Educação e Formação*.
- Mendes, D. (2018). Planejamento e gestão de projetos. *Jornal de Gestão de Projetos*.
- Ministério da Saúde. (2018). *Retrato da saúde 2018*. https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2018/04/RETRATO-DA-SAUDE_2018_compressed.pdf
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2017). Relatório de Portugal: *Terceiro ciclo de revisão e avaliação da implementação do Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento (MIPAA)*. MTSS.
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2017). *Para uma nova geração de políticas de habitação: Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação*.
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2023). *Análises e notas técnicas, indicadores sobre a deficiência e incapacidade*. Gabinete de Estratégia e Planeamento.
- Monzón, J. L., & Chaves, R. (2012). *The social economy in the European Union*. Brussels: European Economic and Social Committee.
- Nascimento, V. (2020). Comunicação e parceria. *Estudos de Cultura Organizacional*.
- Observatório das Migrações. (2018). *Imigração em números – Relatório estatístico anual 2018*.
- Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza. (2021). Boletim nº 7 – *A saúde mental em Portugal: Um breve retrato epidemiológico e social*.
- OCDE & Organização Mundial de Saúde. (2023). Portugal: *Perfil de saúde do país 2023*. Observatório Europeu de Sistemas e Políticas de Saúde. <https://oecdcode.org/disclaimers/cyprus.html>
- Oliveira, J. (2020). Avaliação de intervenções sociais. *Revista de Avaliação e Impacto*.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2021). *Saúde mental de crianças e adolescentes*. Recuperado de <https://www.who.int/pt/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2023). *Relatório sobre envelhecimento populacional*.
- Pereira, L. (2020). Formação contínua de colaboradores. *Jornal de Recursos Humanos*.
- Rede Social de Viana do Castelo. (2023). Regulamento interno do Conselho Local de Ação Social de Viana do Castelo. CMVC.
- Ribeiro, C. (2021). Comunicação interna eficiente. *Estudos de Gestão Organizacional*.
- Ribeiro, J. (2020). História e impacto das misericórdias em Portugal. *Revista de Solidariedade Social*, 32(1), 45-60.
- Serviço de Psicologia e Desenvolvimento da Criança. (2022). *Relatório de Intervenção e Gestão 2022*. https://www.spdc.pt/images/Relatorio_de_IG_2022_2.pdf
- Serviço de Psiquiatria da ULSAM. (2021). *Saúde mental na infância e adolescência*. Newsletter.
- Silva, J. (2017). O terceiro setor em Portugal: evolução e desafios. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa. P.27
- Silva, J. (2020). Financiamento sustentável no setor social. *Revista de Economia Social*.
- Silva, J., & Gomes, A. (2022). A digitalização no terceiro setor: desafios e oportunidades. *Revista de Gestão Social*, 15(1), 23-34.
- Silva, M. (2019). O papel das associações mutualistas na proteção social. *Análise Social*, 54(3), 233-250.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

Souza, G. (2018). Centros de recursos e serviços. *Revista de Gestão Integrada*.

Teixeira, R. (2019). Gabinetes de apoio ao terceiro setor. *Jornal de Políticas Públicas*.

UNESCO. (2015). Education for all 2000-2015: *Achievements and challenges; EFA global monitoring report 2015; Summary*.

Unidade Local de Saúde Alto Minho. (2018). *Perfil local de saúde 2018*.

Unidade Local de Saúde do Alto Minho. (2019). *Relatório de contas 2018*. <http://www.ulsam.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/10/2016/11/RelatorioContas2018.pdf>

Universidade Autónoma de Lisboa. (2023, junho 29). *Comunidade cigana: As inverdades que levam à discriminação e exclusão*. UALMEDIA. <https://ualmedia.pt/comunidade-cigana-as-inverdades-que-levam-a-discriminacao-e-exclusao/>

Vieira, T. (2023). *Os papéis das organizações do terceiro setor na resposta aos problemas sociais*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

OUTROS SITES CONSULTADOS:

- > <http://www.inr.pt>
- > <http://www.ulsam.min-saude.pt/>
- > https://infoempresas.jn.pt/Concelho_VIANA-CASTELO.html
- > <https://infoeuropa.euroid.pt>
- > <https://www.bportugal.pt>
- > <https://www.cm-viana-castelo.pt>
- > <https://www.ine.pt>
- > <https://www.pordata.pt>
- > <https://www.portaldahabitacao.pt>
- > <https://www.sns.gov.pt/>
- > www.cartasocial.pt
- > <https://www.dgeec.medu.pt/>
- > <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>
- > <https://atlasunicipiossaudeis.pt/>
- > <https://www.inteligenciaterritorial.pt/>

7.

Anexos



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

7. ANEXOS

Anexo 1. Questionário de recolha de dados às instituições

Identificação Entidade

Freguesia Sede

	N.º Respostas
Áreas Crianças e Jovens	0
Famílias e Comunidade Geral	0
Pessoas com Deficiência e Incapacidade	0
Pessoas com Doença Mental	0
Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	0
Pessoas Idosas	0

Crianças e Jovens

Identificação Entidade _____

Respostas	Freguesia(s)	Número Utentes Apoiados	Capacidade da resposta	Taxa Ocupação Média em 2023	Lista Espera 2023
	Descreva em que freguesias a resposta está presente	Insira o número total de utentes apoiados no ano 2023	Insira o número da capacidade máxima da resposta, se aplicável	Insira um valor entre 0 e 100	Defina se teve em algum momento do ano 2023 lista de espera
Intervenção Precoce na Infância		0	0	0	
Casa de Acolhimento		0	0	0	
Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção da Autonomia dos Jovens		0	0	0	
Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência		0	0	0	
Centro de Atividades de Tempos Livres		0	0	0	
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – Preservação		0	0	0	
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – Reunificação		0	0	0	
Creche		0	0	0	
Crianças e jovens com processo tutelar educativo		0	0	0	
Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens		0	0	0	
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar		0	0	0	
Outro:		0	0	0	

Principais dificuldades e necessidades que identifica na área das crianças e jovens

Soluções/ Propostas para as necessidades identificadas

Família e Comunidade

Identificação Entidade

Respostas	Freguesia(s)	Número Utentes Apoiados	Capacidade da resposta	Taxa Ocupação Média em 2023	Lista Espera 2023
	Descreva em que freguesias a resposta está presente	Insira o número total de utentes apoiados no ano 2023	Insira o número da capacidade máxima da resposta, se aplicável	Insira um valor entre 0 e 100	Defina se teve em algum momento do ano 2023 lista de espera
Atendimento e Acompanhamento Social		0	0	0	
Ajuda Alimentar		0	0	0	
Centro Comunitário		0	0	0	
Centro de Apoio à Vida		0	0	0	
Centro de Férias e Lazer		0	0	0	
Comunidade de Inserção		0	0	0	
Grupo de Auto-Ajuda		0	0	0	
Migrantes		0	0	0	
Pessoas com comportamentos aditivos e dependências		0	0	0	
Pessoas com VIH/Sida (CAPS)		0	0	0	
Pessoas em consulta para agressores		0	0	0	
Pessoas em execução de penas e medidas na comunidade		0	0	0	
Pessoas vítimas de violência doméstica em acolhimento		0	0	0	
Pessoas vítimas de violência doméstica em atendimento		0	0	0	
Refeitório/Cantina Social		0	0	0	
Rendimento Social de Inserção		0	0	0	
Outro:		0	0	0	

Principais dificuldades e necessidades que identifica na área da família e comunidade

Soluções/ Propostas para as necessidades identificadas

Pessoas com Deficiência e Incapacidade

Identificação Entidade _____

Respostas	Freguesia(s)	Número Utentes Apoiados	Capacidade da resposta	Taxa Ocupação Média em 2023	Lista Espera 2023
	Descreva em que freguesias a resposta está presente	Insira o número total de utentes apoiados no ano 2023	Insira o número da capacidade máxima da resposta, se aplicável	Insira um valor entre 0 e 100	Defina se teve em algum momento do ano 2023 lista de espera
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade		0	0	0	
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão		0	0	0	
Escola de Cães-Guia		0	0	0	
Imprensa Braille		0	0	0	
Lar Residencial		0	0	0	
Residência de Autonomização e Inclusão		0	0	0	
Serviço de Apoio Domiciliário		0	0	0	
Transporte de Pessoas com Deficiência		0	0	0	
Outro:		0	0	0	

Principais dificuldades e necessidades que identifica na área das pessoas com deficiência e incapacidade

Soluções/ Propostas para as necessidades identificadas

Pessoas com Doença Mental

Identificação Entidade _____

Respostas	Freguesia(s)	Número Utentes Apoiados	Capacidade da resposta	Taxa Ocupação Média em 2023	Lista Espera 2023
	Descreva em que freguesias a resposta está presente	Insira o número total de utentes apoiados no ano 2023	Insira o número da capacidade máxima da resposta, se aplicável	Insira um valor entre 0 e 100	Defina se teve em algum momento do ano 2023 lista de espera
Fórum Sócio-Ocupacional		0	0	0	
Unidade de Vida Apoiada		0	0	0	
Unidade de Vida Autónoma		0	0	0	
Unidade de Vida Protegida		0	0	0	
Outro:		0	0	0	

Principais dificuldades e necessidades que identifica na área das pessoas com doença mental

Soluções/ Propostas para as necessidades identificadas

Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

Identificação Entidade _____

Respostas	Freguesia(s)	Número Utentes Apoiados	Capacidade da resposta	Taxa Ocupação Média em 2023	Lista Espera 2023
	Descreva em que freguesias a resposta está presente	Insira o número total de utentes apoiados no ano 2023	Insira o número da capacidade máxima da resposta, se aplicável	Insira um valor entre 0 e 100	Defina se teve em algum momento do ano 2023 lista de espera
Atelier Ocupacional		0	0	0	
Atendimento		0	0	0	
Centro de Alojamento Temporário		0	0	0	
Equipa de Rua para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo		0	0	0	
Unidade de Pernoita		0	0	0	
Outro:		0	0	0	

Principais dificuldades e necessidades que identifica na área das pessoas em situação de sem-abrigo

Soluções/ Propostas para as necessidades identificadas

Pessoas Idosas

Identificação Entidade _____

Respostas	Freguesia(s)	Número Utentes Apoiados	Capacidade da resposta	Taxa Ocupação Média em 2023	Lista Espera 2023
	Descreva em que freguesias a resposta está presente	Insira o número total de utentes apoiados no ano 2023	Insira o número da capacidade máxima da resposta, se aplicável	Insira um valor entre 0 e 100	Defina se teve em algum momento do ano 2023 lista de espera
Serviço de Apoio Domiciliário		0	0	0	
Centro de Convívio		0	0	0	
Centro de Dia		0	0	0	
Centro de Noite		0	0	0	
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas		0	0	0	
Outro:		0	0	0	

Principais dificuldades e necessidades que identifica na área das pessoas idosas

Soluções/ Propostas para as necessidades identificadas



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU